

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO – PE SECONSERVA Nº 90274/2026
UASG: 986001

1. INTRODUÇÃO

1.1 – O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio da **Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos – SECONSERVA**, torna público que fará realizar licitação, sob a modalidade de PREGÃO por meio ELETRÔNICO, pelo critério de julgamento menor preço global, para a realização, sob o regime de Empreitada por Preço Unitário dos serviços comuns de engenharia devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência na forma da lei.

1.2 – A presente licitação se rege por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – **Lei de Responsabilidade Fiscal**, pelo **Código de Defesa do Consumidor**, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – CAF, instituído pela Lei nº 207/80, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 1/90, pelo Regulamento Geral do Código supra citado – RGCAF, aprovado pelo Decreto Municipal nº 3.221/81, e suas alterações, pela **Lei Municipal nº 2.816/1999**, pela **Lei Municipal nº 4.352/06** e pelos **Decretos Municipais nº 17.907/99, 21.083/02, 21.253/02, 21.682/02, 27.078/06, 27.715/07, 31.349/09, 33.971/11, 46.195/2019, 49.415/2021, 51.078/2022, 51.260/2022, 51.628/2022, 51.629/2022, 51.631/2022, 51.632/2022, 51.634/2022, 51.635/2022 e 55.074/2024** com suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

1.3 – A presente licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo utilizado o Portal de Compras do Governo Federal, disponibilizado e processado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, mantido pelo Governo Federal, e regulamentado pelo Decreto Rio nº 55.074/2024, a que as licitantes interessadas se submetem, devendo providenciar o seu credenciamento junto ao referido sistema, no sítio antes indicado, para obtenção da chave de identificação e da senha, antes da data determinada para a realização do Pregão Eletrônico.

1.3.1 – O Edital será disponibilizado no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, bem como no Portal de Compras da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (E-Compras-Rio), disponível em <http://ecomprasrio.rio.rj.gov.br>.

1.4 – As retificações do Edital obrigarão todas as licitantes e serão divulgadas pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

1.5 – A licitação que é objeto do presente Edital poderá ser adiada ou revogada por razões de interesse público, sem que caiba às licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por estes motivos, de acordo com o art. 387 do RGCAF c/c o art.71, inciso II e §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.6 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico licitacao.seconserva@prefeitura.rio através de documento em papel timbrado da empresa com aposição de assinatura do representante legal da mesma, preferencialmente eletrônica.

1.6.1 – O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

1.7 – Os interessados poderão formular impugnações até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico licitacao.seconserva@prefeitura.rio, através de documento em papel timbrado da empresa com aposição de assinatura, preferencialmente eletrônica.

1.7.1 – Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

1.8 – A licitação não prosseguirá nos atos ulteriores até que sejam prestados os esclarecimentos ou respondidas as impugnações existentes. Oferecida a resposta da Administração, a sessão pública de abertura da licitação será realizada nos

prazos indicados no item 3.1, conforme o caso, no mesmo horário e local, salvo quando houver designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

2. AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO

2.1- Autorização do Ilmo. Sr. Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos (conforme art. 252 do CAF), constante do Processo Administrativo nº CSV-PRO-2025/09418 de 26/09/2025, publicada no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO de 08/04/2026.

3. DIA, HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA DA LICITAÇÃO

3.1 - No dia **21 de maio de 2026**, às **14:00h**, o Pregoeiro iniciará a sessão pública do **PREGÃO ELETRÔNICO PE – SECONSERVA Nº 90274/2026**, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>. (Portal de Compras do Governo Federal).

3.2 – No caso de a licitação não poder ser realizada na data estabelecida, será adiada para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

4. OBJETO

4.1 – O objeto do presente Contrato é a prestação de serviços comuns de engenharia de “**Serviços de Revitalização da Pavimentação e de Implantação de Rota Cicloviária da Avenida Edison Passos, Estrada de Furnas, Estrada Velha da Tijuca e Rua Boa Vista – Alto da Boa Vista, AP2 e AP4**”, pertencente ao código 261289.0002-83, sob o regime de Empreitada por Preço Unitário, conforme as especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I).

4.2 - São consideradas parcelas de maior relevância técnica:

➔ Execução de revestimento em concreto asfáltico com borracha, do tipo Open Graded ou Camada Porosa de Atrito (CPA), em quantidade mínima de 11.000 m²;

➔ Execução de ciclovia em pavimento rígido com uso de concreto de cimento Portland colorido, em quantidade mínima de 1.900 m²;

➔ Execução de sinalização horizontal com massa termoplástica por extrusão, em quantidade mínima de 538 m²;

➔ Execução de sinalização horizontal em laminado elastoplástico, em quantidade mínima de 279 m².

5. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 – Os recursos necessários à aquisição do objeto ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária própria:

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

PROGRAMA DE TRABALHO: 43001.154520071.1774

NATUREZA DA DESPESA: 449051

FONTE DE RECURSO: 1500100

ITEM PATRIMONIAL: 363

5.2 – O demonstrativo contendo o orçamento estimado, sob a forma de Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, encontra-se no Anexo II, totalizando a importância de **R\$ 34.490.130,65 (trinta e quatro milhões, quatrocentos e noventa mil, cento e trinta reais e sessenta e cinco centavos)**, sendo este valor constituído pelo valor orçado de **R\$ 29.238.494,57 (vinte e nove milhões, duzentos e trinta e oito mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e cinquenta e sete centavos)** cujos preços utilizados foram os da tabela de preços do SCO-RIO no mês de setembro 2025, conforme Decretos nos. 15.307 de 29/11/1996 e 15.550 de 28/02/1997, mais a parcela máxima de B.D.I de 18% no valor de **R\$ 5.251.636,08 (cinco milhões, duzentos e cinquenta e um mil, seiscentos e trinta e seis reais e oito centavos)**, cujo índice foi adotado em conformidade com ofício nº05/SMO/GAB de 09/01/2014, em adequação à Lei Federal 12.844/2013.

6. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

6.1 – O critério de julgamento da presente licitação é o menor preço global.

7. PRAZOS

7.1 – O Contrato terá eficácia a partir da publicação do instrumento correspondente no Portal Nacional de Contratações Pública e vigorará por 360

(trezentos e sessenta) dias corridos, contados da data estabelecida no memorando de início, em perfeita obediência ao Cronograma Físico-Financeiro (Anexo IV).

7.1.1 – O prazo para o início dos serviços será de 7 (sete) dias úteis contados do recebimento do memorando de início.

7.2 – O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2.1 – O período de conservação por conta da CONTRATADA será de 180 (cento e oitenta) dias a contar do aceite provisório, na forma do art. 462 do RGCAF, sem prejuízo da garantia legal.

7.2.2 – O prazo de garantia convencional por conta da CONTRATADA será de 180 (cento e oitenta) dias a contar do aceite na forma do Termo de Referência, sem prejuízo da garantia legal de adequação dos serviços.

7.3 – As licitantes ficam obrigadas a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias, contados da data da realização da licitação.

7.4 – Decorrido o prazo consignado no item anterior sem que tenha havido convocação para assinatura do termo de contrato ou retirada do instrumento equivalente, as licitantes ficarão liberadas de quaisquer compromissos assumidos.

8. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

8.1 – Para a participação nesta licitação é necessário que o interessado esteja credenciado junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e junto ao Sistema Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP – Brasil.

8.2 – Para participação no Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

8.3 – A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado, ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações, declare, nos campos próprios, que inexistente qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita o regulamento do sistema de compras eletrônicas relativo ao Pregão Eletrônico e que se responsabiliza pela origem e procedência dos bens que cotar.

8.4 – A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no Pregão Eletrônico por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

8.5 – Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada Pregão Eletrônico.

8.6 – O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

8.7 – Não serão admitidas nesta licitação as empresas suspensas do direito de licitar, no prazo e nas condições do impedimento, e as declaradas inidôneas pela Administração Direta ou Indireta, assim como as empresas e/ou seu sócio majoritário que tenham sido apenados com proibição de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992 e alterações posteriores.

8.8 – Será permitida a participação de sociedades cooperativas, desde que apresentem a documentação de habilitação descrita no subitem (A.7) do item 13.

8.9 – Será permitida a participação em consórcio, sujeita às seguintes regras:

(a) as empresas consorciadas apresentarão instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, subscrito por todas elas, indicando a empresa líder, que será responsável principal, perante a Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos - SECONSERVA pelos atos praticados pelo Consórcio, sem prejuízo da responsabilidade solidária estabelecida na alínea (d). Por meio do referido instrumento a empresa líder terá poderes para requerer, transigir, receber e dar quitação.

(b) apresentação conjunta, mas individualizada, da documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico-financeira, à

regularidade fiscal e à regularidade trabalhista. As consorciadas poderão somar seus quantitativos técnicos e econômico-financeiros, para o fim de atingir os limites fixados neste Edital relativamente à qualificação técnica e econômico-financeira. Não será admitida, contudo, a soma de índices de liquidez e endividamento, para fins de qualificação econômico-financeira;

(c) as empresas consorciadas não poderão participar da licitação isoladamente, nem por intermédio de mais de um consórcio;

(d) as empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase da licitação quanto na da execução do Contrato;

(e) o consórcio vencedor, quando for o caso, ficará obrigado a promover a sua constituição e registro antes da celebração do Contrato.

8.10 – As operações societárias promovidas por sociedades empresariais isoladamente ou por aquelas participantes de consórcio ou as alterações de composição de consórcio deverão ser submetidas à análise da Secretaria Municipal de Conservação – SECONSERVA, para aferição da manutenção das condições de habilitação ou verificação de suas implicações com o objeto do Contrato, que poderá ser extinto em qualquer hipótese de prejuízo ou elevação de risco para o seu cumprimento.

8.10.1 – A substituição e o ingresso de consorciado deverá ser expressa e previamente autorizada pela Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos – SECONSERVA e será condicionada à comprovação de que a empresa substituta/ingressante preenche os requisitos exigidos para habilitação jurídica e de regularidades fiscal, social e trabalhista, além da comprovação de que o consórcio mantém, no mínimo, os quantitativos originários para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados à ocasião do certame.

8.11 – Não será permitida a participação de licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores da Administração Direta ou Indireta do Município, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta licitação. Será vedada também a participação de licitantes que possuam em seus quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses, devendo apresentar declaração de atendimento a tal requisito.

8.12 – Não serão aceitas na presente licitação as licitantes que tenham participado da elaboração do(s) projeto(s) relacionado(s) ao objeto desta licitação, bem como aquelas cujo quadro técnico seja integrado por profissional que tenha atuado como autor ou colaborador do Termo de Referência.

8.13 – Não será permitida a participação de licitantes que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

8.13.1- Não será permitida a participação de licitantes quando caracterizar nepotismo, conflitos de interesses, tráfico de influência ou qualquer das vedações contidas no Decreto Rio nº 51.260/2022.

8.14 – Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si, conforme o inciso V do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.15 – Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

8.16 – As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, visando à habilitação, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal.

8.16.1 – A empresa estrangeira, que concorrer isoladamente ou como líder de consórcio, deve informar endereço de representante em território brasileiro, com poderes para receber intimação e citação, bem como endereço eletrônico para comunicações.

8.17 – O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

9. CREDENCIAMENTO

9.1 – Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta do “Manual do Fornecedor”, disponibilizado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

9.1.1 – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG – Sistema de Compras do Governo Federal.

9.1.2 – O referido credenciamento depende de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

9.1.2.1 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados nos itens 9.1.1 e 9.1.2 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.1.3 – O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilização legal da licitante e do seu representante legal, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

9.1.4 – É de exclusiva responsabilidade da licitante a utilização da senha de acesso, inclusive qualquer transação efetuada diretamente ou por representante, não sendo cabível ao Provedor do Sistema ou a Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos – SECONSERVA promotor da presente licitação, responsabilidades por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

9.1.5 – A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio do acesso.

10. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 – Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes apresentarão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública prevista no item 3.1.

10.1.1 – A etapa de que trata o item 10.1 será encerrada com a abertura da sessão pública.

10.1.2 – As propostas de preço serão ofertadas com base no valor global do objeto licitado.

10.2 – Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

10.2.1 – Nos termos do artigo 58 da Lei Federal n.º 14.133/2021, será exigida **GARANTIA DA PROPOSTA**, correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, a ser recolhida pelos licitantes em momento prévio à abertura do certame no montante de R\$ 344.901,31 (trezentos e quarenta e quatro mil, novecentos e um reais e trinta e um centavos), em uma das modalidades previstas no § 1º do artigo 96 da referida Lei e apresentada após a etapa de lances como pré-requisito da proposta.

10.3 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

10.3.1 - está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

10.3.2 - não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

10.3.3 - não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

10.3.4 - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.3.5 - O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.4. A falsidade das declarações de que tratam os itens 10.3.1/10.3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021 e neste Edital.

10.5 - As licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas inseridas no sistema, até a abertura da sessão pública da presente licitação, no dia e horário previstos no item 3.1.

10.5.1- A proposta do licitante melhor classificado somente será disponibilizada para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

10.5.2 - Encerrada a etapa de lances e negociação, o Pregoeiro examinará a proposta do licitante mais bem classificado quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado, a sua exequibilidade (em acordo com a Resolução SECONSERVA N.º 051 de 2025) e adequação do objeto e, depois, solicitará a apresentação da Proposta Final, a Planilha de Custos e Formação de Preços quando solicitada no Edital e seus anexos e Documentos de Habilitação descritos no item 13, no prazo de 2 (duas) horas, contados da convocação feita pelo Pregoeiro no sistema eletrônico.

10.5.3 - O prazo estabelecido no item 10.5.2 pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes do findo o prazo.

10.5.4 - Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, em formato digital, nos termos do item 12.4.2.

10.5.5 - O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante decisão fundamentada,

registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhe atribuirá validade e eficácia para fins de classificação.

10.5.6 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 13.5, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

10.5.7 - Não será estabelecida nesta etapa do certame ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização de procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

10.6 - No preço proposto serão computadas todas as despesas para a execução do contrato, incluindo a totalidade dos custos diretos e indiretos do objeto da presente licitação, constituindo obrigação da CONTRATADA o pagamento dos salários de todos os seus empregados e respectivos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como todos os tributos, encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, inclusive seguros, multas, e outras despesas relacionadas ao objeto da licitação e quaisquer despesas extras e necessárias não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta licitação.

10.6.1 – As propostas de preços apresentadas por cooperativas de trabalho ou por contribuintes individuais deverão incluir os valores devidos a título de contribuição previdenciária, no montante dos percentuais consignados no **Decreto Rio nº 18.835/00**.

10.7 – O valor total da proposta, acrescido dos valores devidos a título de contribuição previdenciária, na forma do item anterior, será considerado apenas para efeito de comparação com o valor das propostas apresentadas pelas demais licitantes, no momento do seu julgamento.

10.7.1 – O valor devido título de contraprestação pela execução dos serviços será obtido mediante a dedução do valor total da proposta do montante do valor devido a título de contribuição previdenciária, o qual deverá ser recolhido à entidade competente, na forma da legislação.

10.7.2 – Os custos indiretos, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado, entre

outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme disposto em regulamento.

10.8 – Nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada se decorrer de erro ou má interpretação do objeto licitado ou deste Edital. Considerar-se-á que os preços propostos são completos e suficientes para pagar todo o objeto contratado.

10.9 – A licitante deverá remeter a proposta de preços devidamente adequada aos preços ofertados na fase competitiva em arquivo único compactado, no curso da sessão pública, quando solicitada a fazê-lo pelo Pregoeiro.

10.10 – As licitantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas. A Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos – SECONSERVA, em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação ou os seus resultados.

10.11 – Incumbirá, ainda, à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10.12 - A apresentação de declaração falsa de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte implicará a sua inabilitação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

10.13 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico de todos os campos pertinentes.

11. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1 – A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

11.1.1 – Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

11.1.2 – O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

11.2 – O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

11.3 – Serão desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) que contiverem vícios insanáveis;
- c) que apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada conforme Resolução SECONSERVA N.º 051 de 2025, quando exigido;
- e) que apresentarem desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do Edital;
- f) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- g) que por ação da licitante ofertante contenha elementos que permitam a sua identificação;
- h) que não tenha indicado a marca dos produtos cotados;
- i) cujo objeto esteja desacompanhado da documentação técnica/certificação exigida no Termo de Referência.

11.3.1 – A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

11.3.2 – Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global fixado neste edital, conforme as especificidades do mercado correspondente (art.

59, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Resolução SECONSERVA N.º 051, de 2025).

11.3.3 – Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, conforme o § 4º do art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.3.4 - A inexequibilidade de que trata o subitem anterior só será considerada após diligência do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, que averiguarão se a oferta da licitante é viável, dando-lhe a oportunidade de comprovar, documentalmente, serem os custos dos insumos coerentes com os de mercado e os coeficientes de produtividade compatíveis com a execução do objeto licitado, demonstrando a exequibilidade de sua proposta.

11.4 – Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

11.5 – Após a análise das propostas de preço será divulgada nova grade ordenatória pelo sistema contendo a relação com as propostas classificadas e aquelas desclassificadas mediante decisão motivada do Pregoeiro.

11.6 – O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da etapa de lances.

11.7 – A etapa de lances será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico para os autores das propostas classificadas.

11.8 – Para a etapa de lances neste Pregão Eletrônico será adotado o modo de disputa aberto e fechado.

11.9 – Aberta a etapa de lances, as licitantes classificadas deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do recebimento do seu lance e do valor consignado no registro.

11.10 – As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação pertinentes.

11.10.1 – O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

11.10.2 – Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.10.3 – Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

11.10.4 – Não poderá haver desistência dos lances ofertados, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pelo Pregoeiro, sujeitando-se a licitante às penalidades previstas no item 21 deste edital.

11.11 – A etapa de envio de lances na sessão pública durará 15 (quinze) minutos.

11.11.1 – Encerrado o prazo previsto no item 11.11, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de 10 (dez) minutos, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

11.11.2 – Encerrado o prazo previsto no item 11.11.1, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de melhor valor e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superior, àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento desse prazo.

11.11.3 – Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições de que trata o item 11.11.2, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

11.11.4 – Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 11.11.2 e 11.11.3, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

11.11.5 – Na ausência de lance final e fechado, nos termos dos itens 11.11.2 e 11.11.3, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e

fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item 11.11.4.

11.11.6 – Na hipótese de não haver licitante classificada na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o Pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do item 11.11.5.

11.12 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

11.13 - A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

11.14 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.15 - O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

11.16 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DIREITO DE PREFERÊNCIA

12.1 – Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério do menor preço global, sendo considerada mais bem classificada a licitante que, ao final da etapa de lances do Pregão Eletrônico, tenha apresentado lance(s) cujo(s) valor(es) seja(m) igual(is) ou inferior(es) ao(s) previsto(s) para cada item na estimativa de valores (Anexo II).

12.1.1 – Caso não venham a ser ofertados lances, será considerada vencedora a licitante que, ao final da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, tenha apresentado proposta(s) cujo(s) valor(es) seja(m) igual(is) ou inferior(es) ao(s) previsto(s) para cada item na estimativa de valores (Anexo II).

12.2 – Consoante o art. 4º, inciso II da Lei Federal n.º 14.133/2021, não serão aplicadas as disposições constantes nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123/2006 referentes ao critério de desempate por preferência às microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP).

12.3 - Caso esteja configurado empate em primeiro lugar, será realizada disputa final entre os licitantes empatados, que poderão apresentar novo lance fechado.

12.3.1 - Na hipótese de o disposto no item 12.3 não ser suficiente para solucionar o empate, serão adotados os critérios de desempate, previstos no art. 60 da Lei Federal n.º 14.133/2021 (Anexo XVI), sucessivamente:

a) Avaliação do desempenho contratual prévio do licitante através da análise dos registros de sanções administrativas lançados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema E-Compras mantido por essa Municipalidade, importando na reordenação da proposta do participante eventualmente sancionado, respeitada a graduação entre sanções administrativas.

b) Análise do desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho – de acordo com o inc. III do Art. 60 da Lei Federal n.º 14.133/2021, regulamentada pelo Decreto Rio 51.632/2022.

c) Análise do desenvolvido pelo licitante de programa de integridade de que trata o inc. IV do Art. 60 Lei Federal n.º 14.133/2021 – conforme Art. 4º, 6º e 7º do Decreto Rio 51.631/2022.

d) Não sendo superada a situação de empate das propostas, em igualdade de condições, serão aplicados, sucessivamente, os critérios de preferência elencados no §1º do Art. 60 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

12.3.1.1 – Em caso de utilização dos critérios de desempate previstos nas alíneas “b” e “c” do item 12.3.1, será exigida comprovação documental idônea em acordo com Decreto Rio nº 51.631/2022 e Decreto Rio nº 51.632/2022, não sendo considerada válida a declaração realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, hipótese em que a proposta será desclassificada.

12.4 – Após o encerramento das etapas anteriores, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante mais bem classificada para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de

julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas em edital.

12.4.1 – A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.4.2 – Haverá um prazo de 02 horas (duas horas), contado da solicitação do Pregoeiro no sistema, para corrigir documentos enviados anteriormente que apresentem erros e falhas ou acrescentar documentos ausentes identificados pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio, além dos documentos complementares conforme o item 10.5.4. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes do findo o prazo.

12.4.3 - O desconto sobre o preço orçado para o presente certame na forma do preço final proposto pelo licitante, (Fator K), será aplicado linearmente sobre a planilha de custo inicial, emitida pelo sistema SISCOB, sem arredondamento de valores, desta forma caso necessário, deverá ser aplicado o ajuste do preço proposto ainda nesta fase.

12.5 – O Pregoeiro anunciará a licitante detentora da proposta ou do lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação da proposta ou do lance de menor valor.

12.6 – A Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos – SECONSERVA, poderá requisitar, a qualquer momento, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, demonstração(ões) do(s) serviço(s) objeto da presente licitação, na forma do Termo de Referência.

12.6.1 – Durante a licitação, em caso de divergência entre as referidas demonstrações e as especificações deste Edital e/ou do Termo de Referência, as propostas serão desclassificadas.

12.6.2 – Na hipótese de não realização ou de rejeição da demonstração apresentada pelo primeiro colocado, serão convocados os licitantes subsequentes na ordem de classificação provisória.

12.7 – Encerradas as negociações e considerada aceitável a oferta de menor valor, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação observando as seguintes diretrizes:

- a) O Pregoeiro deverá efetuar consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, de modo a não admitir a permanência, no certame, de licitante declarada suspensa de participar em licitações, impedida de contratar com a Administração ou declarada inidônea.
- b) O Pregoeiro verificará o atendimento das condições de habilitação da licitante detentora da oferta de menor valor, por meio de consulta on line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como apreciará a documentação complementar descrita no item 13 deste edital;
- c) Caso os dados e informações existentes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF não atendam aos requisitos estabelecidos no item 13 deste edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos que julgar adequados;
 - c.1) Essa verificação será registrada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos do processo administrativo respectivo os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;
- d) A licitante com a melhor proposta deverá remeter sua documentação de habilitação em arquivo único compactado, nos termos do item 10.1. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos serão enviados em formato digital, via Portal de Compras do Governo Federal, observado o item 12.4.2.
- e) O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública pelo prazo que fixar para a realização de diligências com vistas ao saneamento que trata o item 13.5 A sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- f) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos equipamentos ou meios eletrônicos de consulta no momento da verificação a que

se refere a alínea “b”. Na hipótese de ocorrer essa indisponibilidade, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada.

g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

12.8 – Se a oferta não for aceitável, permanecendo acima do máximo estipulado para a contratação no item 5.2, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.

12.8.1 – Na hipótese de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, essa deverá ser encaminhada exclusivamente via sistema, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, nos termos do item 12.4.2.

12.8.2 – Na hipótese do art. 61, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, o Pregoeiro, após negociar com os demais licitantes, na ordem de classificação, decidirá sobre a aceitabilidade das propostas e, em caso positivo, observará quanto à verificação e comprovação da habilitação, o procedimento previsto no item 12.8.

12.9 – Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada em que estarão registrados todos os atos e ocorrências do procedimento, a qual será disponibilizada para consulta no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

12.10 - Erros no preenchimento da Planilha da Formação de Preços, quando solicitada no Edital e seus anexos não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

12.11 - Caso o Termo de Referência exija a apresentação de demonstrações, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-las, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de desclassificação da proposta.

12.12 - Por meio de mensagem no sistema, serão divulgados o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das demonstrações, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

12.13 - Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

12.14 - No caso de não haver entrega da demonstração ou ocorrer atraso, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, a proposta do licitante será desclassificada.

12.15 - Se a(s) demonstração(ões) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) demonstração(ões) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

12.16 - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

12.17 - Somente haverá a necessidade de apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

12.17.1 - A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.18 - Constatada a regularidade dos atos praticados pelo Pregoeiro, a autoridade competente adjudicará o item/o grupo da licitação à licitante vencedora e homologará.

13. HABILITAÇÃO

13.1 – O julgamento da habilitação se processará na forma prevista no item 12.8 deste Edital, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito à:

(A) Documentação relativa à habilitação jurídica;

- (B) Documentação relativa à habilitação econômico–financeira;
- (C) Documentação relativa à habilitação fiscal;
- (D) Documentação relativa à habilitação social e trabalhista;
- (E) Documentação relativa à qualificação técnica.

13.1.1 – As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento previsto no art. 70, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2 – Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

13.3 – Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados até a data da realização da licitação.

13.4 – A documentação exigida para atender as alíneas (A) à (E) poderá ser substituída pelos arquivos existentes no SICAF e em sistemas semelhantes mantidos pelo Município, dentro do prazo de validade, desde que atendidas às exigências previstas no presente Edital.

13.5 – O Pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros e falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação.

13.5.1 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização das diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 13.5, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

(A) – HABILITAÇÃO JURÍDICA

(A.1) Registro comercial, no caso de empresário individual;

(A.2) Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso designados em ato separado;

(A.3) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício.

(A.3.a) A sociedade simples que não adotar um dos tipos societários regulados no Código Civil deverá mencionar no respectivo ato constitutivo as pessoas naturais incumbidas de sua administração, exceto se assumir a forma de sociedade cooperativa.

(A.4) A prova da investidura dos administradores da sociedade limitada eventualmente designados em ato separado do Contrato Social, mediante termo de posse no livro de atas da Administração e averbação no registro competente.

(A.5) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

(A.6) Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

(A.7) As sociedades cooperativas deverão fornecer os seguintes documentos, de forma atualizada e consolidada:

(A.7.a) Ato constitutivo;

(A.7.b) Estatuto acompanhado da ata da Assembleia que o aprovou;

(A.7.c) Regimento interno acompanhado da ata da Assembleia que o aprovou;

(A.7.d) Regimentos dos fundos instituídos pelos cooperados acompanhados das atas das Assembleias que os aprovaram;

(A.7.e) Atas das Assembleias Gerais em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros da cooperativa;

(A.7.f) Registro de presença dos cooperados nas 03 (três) últimas Assembleias Gerais;

(A.7.g) Ata da sessão em que os cooperados autorizam a cooperativa a contratar o objeto deste certame, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa;

(A.7.h) Demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

(A.8) Declaração formal de que atende às disposições do art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 2º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 19.381/2001, na forma do Anexo IX.

(B) – HABILITAÇÃO ECONÔMICO–FINANCEIRA

(B.1) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente, devendo apresentar:

(B.1.a) Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que 1 (um). Será considerado como Índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante.

ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

(B.1.b) Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior que 1 (um). Será considerado como Índice de Liquidez Corrente o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

ATIVO CIRCULANTE

$$\text{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

(B.1.c) Índice de Endividamento (IE) menor ou igual a 1 (um). Será considerado Índice de Endividamento o quociente da divisão da soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante pelo Patrimônio Líquido.

$$\text{IE} = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$$

(B.1.1) A licitante que utiliza a Escrituração Contábil Digital – ECD deverá apresentar o balanço patrimonial autenticado na forma eletrônica, pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED.

(B.1.2) Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:

(B.1.2.1) Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, observado o art. 289 da Lei Federal nº 6.404/76; ressalvada a hipótese das empresas enquadradas no art. 294 daquela legislação, que poderão fazer a sua apresentação em publicação eletrônica, na forma do disposto na Portaria ME nº12.071/2021 do Ministério da Economia e suas sucessivas alterações;

(B.1.2.2) Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário deverá ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, contendo:

(B.1.2.2.1) Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

(B.1.2.2.2) Quando se tratar de sociedade constituída há menos de dois anos, os documentos referidos no item B.1 limitar-se-ão ao último exercício.

(B.2) A licitante que não alcançar o índice (ou quaisquer dos índices) acima exigido(s), conforme o caso, deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, conforme § 4º do Art. 69 da Lei 14.133/2021.

(B.2.1) Salvo os consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, será exigido do consórcio licitante um acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para fins de habilitação econômico-financeira, conforme o § 1º do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

(B.3) Certidões negativas de falência, recuperação judicial e extrajudicial, ou de insolvência civil expedidas pelo Distribuidor da sede da licitante. Para as licitantes sediadas na Cidade do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidão do 2º Ofício de Registro de Distribuição.

(B.3.1) A Pessoa Física ou Microempreendedor Individual - MEI deverá apresentar também as certidões emitidas pelos 1º e 2º Ofícios de Interdições e Tutelas.

(B.3.2) As licitantes sediadas em outras comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências, recuperação judicial e extrajudicial, e insolvência civil.

(B.3.3) Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial, caso seja comprovado, por meio de certidão de objeto e pé, expedida há menos de 30 dias, a concessão de recuperação judicial, na forma do art. 58 da Lei Federal nº 11.101/2005, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação estabelecidos nesse edital.

(B.3.4) Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, por meio de certidão de objeto e pé, expedida há menos de 30 dias, a homologação da recuperação extrajudicial, na forma do art. 162 ou do § 5º do art. 164 da Lei Federal nº 11.101/2005, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação estabelecidos nesse edital.

(B.4) O MEI (Microempreendedor Individual) para fins da habilitação econômico-financeira deverá apresentar a Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI) ou sua substituta, a Declaração Única do MEI (DUMEI). Caso o MEI tenha sido constituído no mesmo exercício do lançamento da licitação, deverá apresentar os relatórios mensais de receita bruta, assinados pelo próprio Microempreendedor Individual.

(B.5) Exige-se dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma do inciso I e § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Anexo VII do Edital de Pregão Eletrônico nº 90274/2026.

(C) – HABILITAÇÃO FISCAL

(C.1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF.

(C.2) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação.

(C.3) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(C.3.a) A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, inclusive contribuições sociais, e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, da sede da licitante;

(C.3.b) A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual;

(C.3.c) A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal;

(C.3.c.1) No caso de licitante domiciliada no Município do Rio de Janeiro, essa deverá apresentar, além dos documentos listados no item acima, certidão de Situação Fiscal e Enfitêutica do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU. Não sendo a licitante proprietária do imóvel onde localizada a sua sede, deverá apresentar declaração própria, atestando essa circunstância.

(C.4) No caso de licitante domiciliada em outro município, mas que possua filial ou escritório no Município do Rio de Janeiro, essa deverá apresentar, em relação à filial ou ao escritório, certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal. Não sendo a licitante proprietária do imóvel onde localizada a sua filial ou escritório, deverá apresentar declaração própria atestando essa circunstância.

(C.5) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF– FGTS.

(C.6) No caso de licitante em recuperação judicial, devidamente comprovada nos termos do item 13 (B.3.3), a documentação indicada nos itens 13 (C.3), (C.4) e (C.5) poderá ser substituída por comprovação de decisão judicial em vigor, que determine a dispensa da apresentação de certidões negativas para que o devedor exerça suas atividades, observado o disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal, nos termos do art. 52 da Lei Federal nº 11.101/2005.

(D) – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO SOCIAL E TRABALHISTA

(D.1) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ou Declaração firmada pela licitante, na forma do Anexo X, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não

emprega menor de dezesseis anos, salvo maiores de quatorze anos na condição de aprendiz, sob as penas da lei, consoante o disposto no Decreto Rio nº 23.445/2003.

(D.2) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo.

(D.3) Certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego de que cumpre a exigência de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, prevista em lei, obtida no endereço eletrônico <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br> ou outro que venha substituí-lo, ou declaração de possuir menos de 100 (cem) empregados, na forma do Anexo XXI.

(D.4) Certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego de que cumpre a exigência de contratação de aprendiz, prevista em lei, obtida no endereço eletrônico <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br> ou outro que venha substituí-lo, sendo dispensadas de tal exigência as microempresas e empresas de pequeno porte.

(E) – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

(E.1) Prova de registro da licitante na entidade de fiscalização profissional devidamente registrado no CREA ou CAU.

(E.2) Prova de aptidão da empresa licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, conforme definido no item 13 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA do Termo de Referência, por meio de apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, regularmente emitidos pelo CREA ou CAU, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços iguais ou similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei 14.133/21, para execuções dos serviços relativos às parcelas de maior relevância técnica abaixo relacionadas:

➔ Execução de revestimento em concreto asfáltico com borracha, do tipo Open Graded ou Camada Porosa de Atrito (CPA), em quantidade mínima de 11.000 m²;

➔ Execução de ciclovia em pavimento rígido com uso de concreto de cimento Portland colorido, em quantidade mínima de 1.900 m²;

➔ Execução de sinalização horizontal com massa termoplástica por extrusão, em quantidade mínima de 538 m²;

➔ Execução de sinalização horizontal em laminado elastoplástico, em quantidade mínima de 279 m².

Obs.: Embora os itens de sinalização horizontal, analisados individualmente, não atinjam o percentual de 4% do valor total do orçamento, sua soma supera esse valor e representa um conjunto de serviços com importância técnica significativa para a funcionalidade e segurança da via. Os itens de sinalização horizontal considerados como relevância técnica exigem precisão na aplicação, atendimento rigoroso às normas vigentes e utilização de materiais específicos que garantam durabilidade e visibilidade adequada. Tais características tornam esses itens essenciais para a qualidade final da obra. Assim, mesmo não alcançando isoladamente o limite percentual estabelecido, a natureza técnica justifica o enquadramento desses itens de sinalização horizontal como de relevância técnica.

(E.2.a) Para fins de contratação, visando a comprovação de **qualificação técnico profissional**, a licitante deverá apresentar declaração ou qualquer outro meio comprobatório de disponibilidade do profissional técnico responsável, devidamente registrado no CREA ou CAU, que assumirá o encargo em caso de vitória da licitante, devendo este ser o detentor do(s) atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviços de características semelhantes apresentado(s), para comprovação de aptidão relativa às parcelas de maior relevância técnica.

Alternativamente, é admitida a apresentação de atestado em nome da empresa, na qual conste o nome do responsável técnico, bem como, também deverá ser apresentada a ART baixada ou CAT, comprovando a responsabilidade dos serviços executados pelo profissional constante do atestado.

(E.3) Será admitida a soma dos atestados ou certidões apresentados pelas licitantes, desde que tais documentos sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

(E.4) Os atestados ou certidões recebidos estão sujeitos à verificação do Pregoeiro e da sua Equipe de Apoio quanto à veracidade dos respectivos

conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos arts. 169, § 3º, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e 337–F do Código Penal.

(E.5) Declaração formal da licitante de que assume o compromisso de utilização exclusiva de produtos e subprodutos de madeira que tenham procedência legal, sob as penas da lei, na forma do Anexo XI, quando for o caso.

(E.6) Declaração formal da licitante de que assume o compromisso de utilização de agregados reciclados oriundos de resíduos da construção, sob as penas, na forma do (Anexo XII).

(E.7) Prova, feita por intermédio da apresentação, em original, do ATESTADO DE VISITA fornecido e assinado pelo servidor do órgão fiscalizador, ou declaração da licitante, na forma do Anexo XIII, de que o seu Responsável Técnico ou outro profissional de qualificação correlata visitou o local dos serviços, na data de ____/____/____ às ____ h, e tomou conhecimento das condições para execução do objeto desta licitação, quando for o caso. O ATESTADO DE VISITA pode ser substituído por declaração em que o licitante ateste que conhece o local e as condições de realização do objeto do contrato, conforme o § 3º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

(E.8) Declaração formal da licitante indicando a localização das instalações dedicadas ao desempenho de sua atividade, acompanhada de cópia do respectivo Alvará de Funcionamento, na forma do Anexo XV, quando for o caso.

14. MEDIÇÕES

14.1 – As medições dos serviços obedecerão ao Cronograma Físico-Financeiro (Anexo IV), que será ajustado em função de inícios ou reinícios de etapas dos serviços em dias diferentes do primeiro dia útil de cada mês.

14.2 – A cada alteração contratual, por acréscimo ou redução do objeto, valor ou prazo do Contrato, observado o limite legal estabelecido no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, será acordado novo Cronograma, atendido o interesse da Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos – SECONSERVA.

14.3 – As medições serão processadas independentemente da solicitação da CONTRATADA. A primeira medição será realizada em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da ordem de início, e as subseqüentes a cada período de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do encerramento da medição anterior.

O último dia de uma medição coincidirá obrigatoriamente com o último dia útil do mês calendário da sua realização. Poderão ser realizadas medições intermediárias cujo último dia não coincida com o último dia útil do mês calendário de sua realização, a critério do CONTRATANTE.

14.4 – O processamento das medições obedecerá à seguinte sistemática:

(a) Todos os itens constantes da Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (Anexo II), originariamente ou em virtude de alterações contratuais, serão apontados em impresso próprio, assinado pela Fiscalização.

(b) O preço unitário dos itens não contemplados na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (Anexo II), incluídos em virtude de alterações contratuais, observados os limites legais, será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$PU_{II} = \frac{PLO \times PUE_{II}}{PEO}$$

Onde:

PU_{II} = Preço unitário do item incluído, referido ao mês base do orçamento;
PEO = Preço (SCO-RIO) do serviço, referido ao mês base do orçamento;
PLO = Preço da licitante para o serviço, referido ao mês base do orçamento;
PUE_{II} = Preço unitário (SCO-RIO), do item incluído, referido ao mês base do orçamento.

14.5 – Não serão considerados nas medições quaisquer serviços executados, mas não discriminados na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (Anexo II), ou em suas eventuais alterações no curso do Contrato.

14.6 – Para obtenção do valor de cada medição, será observado o seguinte procedimento:

(a) as quantidades medidas serão multiplicadas pelos respectivos preços unitários;

(b) o valor de cada medição corresponderá ao somatório dos produtos finais obtidos nos termos da alínea anterior;

(c) para efeito de faturamento, o valor de cada medição deverá considerar o percentual de redução ou acréscimo proposto pela CONTRATADA.

14.7– Na medição final ou na medição única será anexado um cadastro técnico dos serviços realizados, com todas as plantas, detalhes e especificações.

15. RECURSOS

15.1 – Divulgada a vencedora, o Pregoeiro informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão manifestar a intenção de interpor recurso, no prazo concedido na sessão pública.

15.2 – A falta de manifestação imediata à intenção de recorrer da licitante importará a decadência do direito de recurso.

15.3 – As licitantes que manifestarem o interesse em recorrer terão o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, sendo facultado às demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões no mesmo prazo, contado a partir do dia do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

15.4 – A apresentação das razões e das contrarrazões dos recursos deverá ser realizada, única e exclusivamente, em campo próprio do sistema eletrônico, observados os prazos estabelecidos no item anterior.

15.5 – Os recursos serão dirigidos ao Pregoeiro, que poderá reconsiderar seu ato no prazo de 3 (três) dias úteis, ou então, encaminhar o recurso, devidamente instruído, à autoridade superior, que proferirá a decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento.

15.6 – O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.7 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

15.8 – No tocante aos recursos relativos às sanções administrativas, devem ser observadas as disposições dos arts.165 a 168 da Lei nº 14.133/2021.

16. CONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

16.1 – As licitantes, como responsáveis por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumem como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

16.2 – Caso o Sistema do Pregão Eletrônico fique inacessível por problemas operacionais, exclusivamente do próprio sistema, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do pregão, o procedimento licitatório será suspenso e somente será retomado após a comunicação aos participantes no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

16.2.1 – Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas por meio do sistema ou em virtude de sua desconexão.

16.3 – A desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances não prejudica o seu transcurso. Caso o sistema eletrônico permaneça acessível às licitantes para o oferecimento de lances, estes continuarão a ser recebidos, retornando o Pregoeiro, quando possível, à sua atuação na etapa de lances, sem prejuízo dos atos realizados.

16.3.1 – Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

17. GARANTIA

17.1 – Nos termos do artigo 58 da Lei Federal n.º 14.133/2021, será exigida **GARANTIA DA PROPOSTA**, correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, a ser recolhida pelos licitantes em momento prévio à abertura do certame no montante de R\$ 344.901,31 (trezentos e quarenta e quatro mil, novecentos e um reais e trinta e um centavos), em uma das modalidades previstas no § 1º do artigo 96 da referida Lei e apresentada após a etapa de lances como pré requisito da proposta.

17.2 – A ADJUDICATÁRIA prestará **GARANTIA DO CONTRATO** de 2% (dois por cento) do valor total do Contrato, até o momento da sua assinatura ou da retirada do instrumento equivalente, em uma das modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.2.1 – No caso de seguro–garantia, a prestação da garantia pelo contratado será efetuada em até 1 (um) mês contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

17.2.2 - Em relação ao seguro–garantia, o instrumento deverá contemplar a possibilidade de sua renovação no período compreendido entre a data de assinatura do Contrato e a data de encerramento da sua execução e incluir a cobertura dos valores relativos a multas eventualmente aplicadas.

17.2.3 – No caso de fiança bancária, deverá ser observado o padrão estabelecido pelo Decreto Rio nº 26.244/2006.

17.3 – A CONTRATANTE utilizará a garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a essa, inclusive, para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações.

17.4 – Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato serão descontados da garantia caso não venham a ser quitados no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

17.5 – Em caso de extinção decorrente de ato praticado pela CONTRATADA, a garantia executada pelo CONTRATANTE, na forma do inciso III, do art. 139 da Lei 14.133/2021. Quando a garantia for insuficiente, o CONTRATANTE promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada.

17.6 – Na hipótese de descontos da garantia a qualquer título, seu valor original deverá ser integralmente recomposto no prazo de 7 (sete) dias úteis, exceto no caso da cobrança de valores de multas aplicadas, em que esse será de 48 (quarenta e oito) horas, sempre contados da utilização ou da notificação pela

CONTRATANTE, o que ocorrer por último, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

17.7 – Caso o valor do Contrato seja alterado, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATADA deverá complementar o valor da garantia para que seja mantido o percentual de 2% (dois por cento) do valor do Contrato.

17.8 – Sempre que houver reajuste ou alteração do valor do Contrato, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas no RGCAF.

17.9 – Os reforços do valor da garantia poderão ser igualmente prestados em uma das modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.10 – A garantia contratual somente será restituída após o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, nos termos do art. 465 do RGCAF, podendo ser retida, se necessário, para quitar eventuais obrigações da CONTRATADA.

18. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

18.1 – Constatada a regularidade dos atos praticados e decididos os recursos eventualmente interpostos, a autoridade competente da Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos - SECONSERVA adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

18.2 – Integra o presente Edital, sob a forma de Anexo III, a minuta do Contrato cujas disposições disciplinarão as relações entre a Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos - SECONSERVA e a ADJUDICATÁRIA.

18.3 – Uma vez homologado o resultado da licitação pelo Ilmo. Sr. Secretário Municipal de Conservação, será a licitante vencedora convocada, com antecedência mínima de dois dias úteis, pela Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos - SECONSERVA, para assinatura do contrato ou para retirada de instrumento equivalente, ciente de que deverá comparecer no endereço informado, podendo, na impossibilidade de comparecimento do seu representante legal, enviar mandatário munido da respectiva procuração, por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, e da via original do

documento de identidade e do cartão do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF do outorgado, conferindo-lhe poderes específicos para a assinatura de contrato administrativo ou para a retirada de instrumento equivalente.

18.3.1 – O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos – SECONSERVA.

18.3.2 – Em atendimento ao art. 7º do Decreto Municipal nº 49.415, de 17 de setembro de 2021, o fornecedor ou colaborador externo, vencedor de processo seletivo, que pretenda manter relação jurídica de qualquer natureza com o Município do Rio de Janeiro ou com qualquer de suas entidades da Administração Indireta, deverá cumprir o Protocolo de Avaliação de Integridade e Transparência – PAIT, disponível em <https://jeap.rio.rj.gov.br/QIF>, mediante o preenchimento do Questionário Eletrônico de Integridade e Transparência, requisito indispensável para celebração de qualquer instrumento jurídico com este Ente ou com uma de suas entidades.

18.4 – Deixando a ADJUDICATÁRIA de assinar o Contrato ou de retirar o instrumento equivalente no prazo assinalado, poderá o Pregoeiro, independentemente da aplicação das sanções administrativas à faltosa, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes por ordem de classificação.

18.5 – A ADJUDICATÁRIA deverá comprovar, no momento da assinatura do Contrato ou da retirada do instrumento equivalente, a manutenção das condições demonstradas para habilitação no Edital.

18.6 – A CONTRATADA será responsável, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços que são objeto desta licitação, em conformidade com as especificações do Termo de Referência e/ou dos projetos, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pela Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos – SECONSERVA.

18.6.1 - A ocorrência de desconformidade implicará a substituição dos materiais recusados, por não atender às especificações contidas no Termo de Referência que integra este Edital, sem ônus para a Secretaria Municipal de Conservação e

Serviços Públicos - SECONSERVA e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

18.7 – A CONTRATADA será também responsável, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros, em especial, mas não limitado, aos concessionários de serviços públicos, em virtude da execução do objeto contratado, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores.

18.8 – No momento da assinatura do Contrato ou da retirada do instrumento equivalente, a ADJUDICATÁRIA deverá apresentar, quando couber, relação nominal de seus empregados, com a devida documentação comprobatória, demonstrando cumprir o disposto nas políticas de inclusão estabelecidas na legislação em vigor.

18.9 – Nos casos em que a assinatura do contrato importar na exclusão do regime do SIMPLES Nacional, a ADJUDICATÁRIA deverá apresentar cópia da comunicação encaminhada à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, informando acerca da assinatura do contrato, no prazo previsto no art. 30, da Lei Complementar Federal nº 123/06.

18.10 - O ato de recebimento do objeto da licitação não implica a sua aceitação definitiva e não eximirá a licitante de sua responsabilidade no que concerne à qualidade dos serviços prestados.

18.11 – A Fiscalização da execução do objeto contratado caberá à Subsecretaria de Engenharia de Conservação.

18.12 - Em conformidade com o artigo 18 do Decreto Rio nº 51.629 de 9 de novembro de 2022 e eventuais alterações posteriores, a gestão contratual do(s) instrumento(s) originado(s) pelo presente certame deverá ser realizada por pelo menos 1 agente público designado e a fiscalização deve ser realizada por pelo menos 2 (dois) agentes públicos designados.

19. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

19.1 – Os pagamentos serão efetuados em conformidade com as etapas estabelecidas no Cronograma Físico-Financeiro (Anexo IV), observada a

obrigatoriedade da reserva do percentual de 10% (dez por cento) do valor do Contrato ou da Nota de Empenho para a última etapa, e obedecido o sistema de medições estabelecido neste Edital.

19.1.1 - O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado na Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos - SECONSERVA.

19.2 – Os pagamentos deverão ser efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, observado o disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos - SECONSERVA e obedecido o disposto na legislação.

19.3 – Para fins de medição, se for o caso, e faturamento, o período-base de medição do serviço prestado será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

19.3.1 – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do(s) serviços/fornecimento efetivamente executados e aceitos no período-base mencionado no item anterior sem que a Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos - SECONSERVA esteja obrigado(a) a pagar o valor total do Contrato.

19.4 – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

19.5 – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos - SECONSERVA e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

19.6 – O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada *pro rata die*, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos – SECONSERVA.

19.7 – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta no Banco Santander (Brasil) S/A, ou em outro Banco que venha substituí-lo, nos conformes legais a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

20. REAJUSTE

20.1 – Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados da data do orçamento estimado em 09/2025, observada a Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

20.2 – Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA–E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, calculado por meio da seguinte fórmula:

$$R = Po [(I-Io)/Io]$$

Onde:

R = valor do reajuste;

I = índice IPCA–E mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;

Io = índice do IPCA–E mensal relativo ao mês do orçamento estimado;

Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

20.3 – Caso o índice previsto neste Edital seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

20.4 – A CONTRATADA não terá direito ao reajuste do preço das etapas do serviço que, comprovadamente, sofrerem atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também das que forem

executadas fora do prazo, sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação, de acordo com o estabelecido no art. 518 do RGCAF.

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 – A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, independentemente do disposto no subitem 18.4, sujeitando-a às penalidades previstas no subitem 21.2.

21.2 – Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos - SECONSERVA poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes **sanções**, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 589 do RGCAF:

- (a) **Advertência;**
- (b) **Multa;**
- (c) **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- (d) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**

21.3 – A aplicação da sanção prevista na alínea “b” observará os seguintes parâmetros:

21.3.1 – 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela/etapa em atraso do Contrato, nos primeiros 15 (quinze) dias de atraso na execução dos serviços.

21.3.2 – 0,3% (três décimos por cento) até 0,4% (quatro décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela/etapa em atraso do Contrato, a partir do 16º (décimo sexto) dia útil de atraso na execução dos serviços.

21.3.3 - Após o 15º (décimo quinto) dia útil de atraso na execução do serviço, a Administração poderá optar pela extinção unilateral da avença e aplicar multa de 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do Contrato.

21.3.4 – 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese de recusa em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente.

21.3.5 - 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a extinção do Contrato e aplicar multa de 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do Contrato.

21.3.6 – 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

21.3.7 – As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

21.3.8 – Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05

2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução dos serviços;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01

21.4 – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

21.5 – As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista nas alíneas “b”, e não excluem a possibilidade de extinção unilateral do Contrato.

21.6 – As multas eventualmente aplicadas com base na alínea “b” do caput desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

21.7 – O valor das multas vencidas e não pagas deverá ser compensado com as quantias devidas à CONTRATADA e/ou executada a garantia.

21.8 – Quando do vencimento da penúltima e/ou da última fatura do contrato, o valor de eventual multa ainda pendente de recurso ou não vencida deverá ser retido das quantias devidas à CONTRATADA.

21.9 – A aplicação das sanções previstas no item 21.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

21.10 – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

22. FORO

22.1 – Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

23. DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 – Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.

23.2 – Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente na Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos - SECONSERVA

23.3 – As referências de horário correspondem ao horário oficial de Brasília – DF.

23.4 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.

23.5 – Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I	Termo de Referência
Anexo II	Estimativa Orçamentária
Anexo III	Minuta do Contrato
Anexo IV	Cronograma Físico/Financeiro
Anexo V	Declaração de Responsabilização Civil e Administrativa
Anexo VI	Declaração de Inexistência de Nepotismo
Anexo VII	Declaração para fins de Habilitação art. 63, inciso I e § 1º, da Lei Federal Nº 14.133/2021.
Anexo VIII	Declaração de Cumprimento das Normas de Saúde e Segurança do Trabalho.
Anexo IX	Declaração ref. ao art. 2º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 19.381/2001 e ao art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021
Anexo X	Declaração ref. ao Decreto Municipal nº 23.445/2003
Anexo XI	Declaração ref. ao Decreto Municipal nº 27.715/2007
Anexo XII	Declaração ref. aos Decretos Municipais nº 27.078/06 e 33.971/11.
Anexo XIII	Declaração de Regularidade Trabalhista
Anexo XIV	Declaração de visita
Anexo XV	Modelo de proposta
Anexo XVI	Indicação da localização das instalações
Anexo XVII	Declaração ME/EPP
Anexo XVIII	Declaração de Critério de Desempate art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.
Anexos XIV e XX	Decreto Municipal nº 43.567/2017 – Anexos I-A e I-B
Anexo XXI	Declaração de Quantidade de Empregados

23.6 – Este Edital contém 250 (duzentos e cinquenta) folhas rubricadas e numericamente ordenadas.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2026.

DANIELE FERREIRA REGO
PREGOEIRA
Mat. 60/324.980-2
SC/SUBG/CCCPL

ANEXO I

Termo de Referência

**Termo de Referência para “Serviços de Revitalização da
Pavimentação e de Implantação da Rota Ciclovitária da Avenida
Edison Passos, Estrada de Furnas, Estrada Velha da Tijuca e Rua
Boa Vista – Alto da Boa Vista, AP2 e AP4”**

1. APRESENTAÇÃO

Trata-se de licitação sob a modalidade de pregão eletrônico do tipo menor preço global, sob o regime de empreitada por preço unitário dos serviços de engenharia descritos neste termo de referência que apresenta os requisitos para a execução de serviços de fresagem, recomposição, regularização e capeamento asfáltico dos pavimentos, execução de sinalização horizontal, implantação de rota cicloviária e melhorias pontuais na drenagem da Estrada Velha da Tijuca, Av. Edison Passos, Rua Boa Vista e Estrada das Furnas nos bairros do Alto da Boa Vista e Itanhangá, situados nas áreas da 1ª CRC – AP2 e 3ª CRC – AP4.

Código do serviço: 261289.0002-83.

2 SERVIÇOS

2.1. Objeto

Trata-se do termo de referência para “**Serviços de Revitalização da Pavimentação e de Implantação de Rota Cicloviária da Avenida Edison Passos, Estrada de Furnas, Estrada Velha da Tijuca e Rua Boa Vista – Alto da Boa Vista**”, tendo como finalidade central a revitalização dos pavimentos por meio da fresagem dos trechos existentes com concreto asfáltico; do capeamento asfáltico, com uso de asfalto borracha, sobre as placas de concreto existente nas vias; implantação de rota cicloviária e das melhorias pontuais da drenagem e da execução da sinalização horizontal.

Esta contratação encontra esteio na alínea “b” do inciso XXIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, consoante ETP realizado.

Esta contratação consta do plano de contratações anual da Secretaria Municipal de Conservação, em atendimento ao inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

Programa de Trabalho: 43001.154520071.1774;

Natureza da Despesa: 449051

Fonte do Recurso: 1500100;

Item Patrimonial: 363.

2.2. Justificativa

As vias do Alto da Boa Vista são uma importante ligação entre os bairros da Zona Sudoeste, Zona Norte e Centro da Cidade. Possuem notável sinuosidade e apresentam significativa declividade. A superfície é composta em boa parte da área por placas de concreto e complementadas por trechos com revestimento asfáltico. Tais vias, frequentemente, necessitam de manutenção devido ao tempo de vida do pavimento, o que exige serviços de tapa-buraco e de correção das placas constantemente.

Por se tratar de uma área no interior da Floresta da Tijuca, a concepção do projeto priorizou a utilização de técnicas sustentáveis de pavimentação, aliada à segurança de tráfego, a qual é aspecto importantíssimo devido às peculiaridades das vias. Deste modo, o projeto foi elaborado com a previsão de uso de misturas asfálticas de alto desempenho, compostas com cimento asfáltico de petróleo (CAP) ecológico, o qual é caracterizado pela incorporação de grânulos de borracha de pneus descartados.

As misturas asfálticas deste projeto possuem características de retardar a reflexão de trincas e de melhorar a aderência pneu pavimento, com uso de faixa granulométrica dos agregados aberta, que auxiliam na redução do fenômeno da aquaplanagem devido à capacidade drenante superficial e da macrotextura rugosa. Outra vantagem é a redução da emissão de ruídos causados pelo contato dos pneus dos veículos com a superfície do pavimento.

Também está prevista a implantação de uma rota cicloviária ao longo de todo o trecho, contemplando diferentes tipologias, adequadas às características locais: ciclovia em concreto colorido, ciclofaixa na Estrada Velha da Tijuca e ciclorrota ao longo de toda a extensão que interliga os bairros de Itanhangá à Tijuca.

Verifica-se, atualmente, um aumento expressivo no número de ciclistas que utilizam essas vias, evidenciando a crescente demanda por infraestrutura cicloviária segura e integrada.

A implantação da rota proposta proporcionará maior segurança e conforto aos usuários, além de estimular o uso da bicicleta como meio de transporte alternativo e sustentável. Tal medida contribui significativamente para a mobilidade

urbana sustentável, a redução de emissões de poluentes e a melhoria da qualidade de vida na região.

Os serviços propostos neste Termo de Referência demandam recursos superiores aos previstos para a manutenção rotineira da SECONSERVA, desta forma se faz necessária a disponibilização de recursos e serviços específicos aqui especificados.

2.3. Objetivo

2.3.1. Geral

O objetivo geral deste termo de referência é orientar quanto aos serviços de revitalização das pistas de rolamento, que incluem: a fresagem; capeamento asfáltico com uso de membrana antirreflexão de trincas do tipo SAMI - *Stress Absorbing Membrane Interlayer* – sobre as placas de concreto; execução de camada porosa de atrito – CAP (*Open Graded*); recomposição de placas de concreto com nível de deterioração que não permita correções; nivelamento das guias de meio-fio, renivelamento de dispositivos de drenagem; implantação de rota cicloviária e execução de sinalização horizontal da Estrada de Furnas, Rua Boa Vista, Av. Édison Passos e Estrada Velha da Tijuca nas áreas da 1ª CRC – AP 2 e 3ª CRC – AP 4, objeto do certame.

O termo de referência em tela contempla a área da AP2 e AP4, e engloba 2 bairros, com 4 logradouros/Trechos e estimativa de 111.063,45 m² de pavimento.

As vias foram selecionadas levando-se em conta a sua importância viária, haja vista serem vias de acesso à Zona Sudoeste, Grande Tijuca e Centro. Também se ressalta a condição superficial das vias, resguardando os aspectos de conforto e segurança, inclusive dos ciclistas que circulam pela via.

2.3.2. Específicos

O objetivo específico deste termo de referência é fornecer as diretrizes e especificações para o fornecimento de serviços, materiais, equipamentos e mão de obra de forma a permitir a revitalização dos pavimentos da Estrada de Furnas, Rua Boa Vista, Av. Edison Passos e Estrada Velha da Tijuca nas áreas da 1ª CRC – AP 2 e 3ª CRC – AP 4, através da execução de revestimento asfáltico com uso de asfalto borracha, de modo a garantir conforto e segurança adequados à circulação de veículos com uso de técnica sustentável de reabilitação de pavimentos.

2.4. Natureza do Serviço

Classificamos os serviços descritos neste termo de referência como serviços de engenharia de natureza comum, por escopo, pois tratam-se de serviços de manutenção e recuperação periódica de vias que possuem padrões definidos em normas nacionais e internacionais e que podem ser medidos qualitativamente através desses padrões.

2.4.1 Modalidade de Licitação

A modalidade de licitação será **Pregão** com critério de julgamento **menor preço global**, conforme artigo 28º e parágrafo único do artigo 29º da Lei Nº. 14133 de 01 de abril de 2021, sob regime de empreitada por preços unitários, conforme artigo 46º, inciso I.

A opção pelo critério de julgamento “menor preço global” justifica-se pela preservação da qualidade e eficiência dos serviços, que seriam prejudicadas com a subdivisão do objeto, além de perda de economia de escala. Diante desses fatos, se torna fundamental a excepcionalidade do critério de julgamento admitido pela Súmula nº 247 do TCU e, adotando-se o preço global, uma vez que a divisão impactaria na qualidade e objetivo dos serviços.

3. PROJETO EXECUTIVO

O Projeto executivo deverá ser elaborado pela contratada e incluir todos os logradouros a serem atendidos, incluindo a rota cicloviária, juntamente com o levantamento topográfico planialtimétrico, o qual fornecerá os dados precisos para a medição dos serviços, assim como os detalhes das placas a serem restauradas, dos dispositivos de drenagem a serem recuperados e dos trechos com ciclovias e ciclofaixas. O projeto e todos os seus elementos deverão ser entregues por meio digital (arquivos em extensões “.pdf” e “.dwg – editáveis”, assim como os relatórios, especificações e demais documentos em arquivos em “.pdf”, “.docx” e “.xlsx”, sem quaisquer códigos, senhas ou outro meio de proteção dos arquivos) e, se assim a fiscalização solicitar, deverão ser impressos em folhas onde seja possível a leitura de todas as informações pertinentes.

Os custos referentes às assinaturas e/ou aquisição de softwares de edição deverão estar previstos nos valores ofertados pela licitante no pregão.

Os unifilares deverão apresentar os trechos a serem restaurados com as soluções propostas, baseadas nas contagens de tráfego e levantamento de defeitos.

4. METODOLOGIA OPERACIONAL

O capeamento asfáltico será realizado com aplicação de misturas asfálticas do tipo SAMI e Open-Graded (camada porosa de atrito), ambas compostas com asfalto modificado por borracha de pneus inservíveis, precedido de fresagem de trechos em CBUQ. Também está prevista a recuperação parcial da infraestrutura complementar destes logradouros, tais como: placas de concreto, meios-fios, sarjetas, calçadas, renivelamento de grelhas e tampões; implantação da rota cicloviária e, por fim, a execução de sinalização horizontal.

4.1 – Considerações iniciais:

A atuação da Fiscalização, não eximirá ou atenuará a responsabilidade da Contratada na execução dos serviços, continuando sempre como única responsável pela solidez, aparência, perfeição técnica dos trabalhos executados e total segurança de terceiros durante o serviço. Deste modo, a contratada deverá apresentar à fiscalização, a ART ou RRT do(s) responsável(is) técnico(s), pelos serviços ora contratados e do projeto executivo.

A Contratada poderá apresentar materiais similares aos especificados, bem como técnicas construtivas diferentes das propostas, desde que mantenham o padrão de qualidade, que possuam custo equivalentes e que sejam submetidos e aprovados previamente pela Fiscalização.

Se impugnado pela Fiscalização, a Contratada será obrigada a demolir, refazer ou substituir qualquer serviço que

Os itens não diretamente especificados e que determinada licitante julgue indispensáveis para a realização dos serviços, deverão estar previstos no valor proposto pela empresa quando do pregão.

4.2 – Descrição da Solução como um todo:

Não ocorreu, neste caso, estudo comparativo entre mais de uma solução. A solução adotada foi única e descrita a seguir, neste documento.

4.3 - Especificação dos Serviços:

Em linhas gerais, os serviços a serem executados deverão seguir os roteiros de execução dos itens descritos abaixo:

4.3.1 Licença ambiental

A empresa será responsável por todo o processo junto aos órgãos ambientais competentes para emissão de instrumentos de licenciamento ambiental, conforme DECRETO RIO Nº 51.503 de 14 de outubro de 2022. Após emissão, o instrumento deve ser encaminhado à fiscalização.

4.3.2 Disposição e Destinação Final de Materiais oriundos de escavações.

A destinação dos resíduos de Classe “A” gerados deve buscar a minimização do impacto ambiental, podendo, em determinados casos, os resíduos serem reutilizados em obras da Prefeitura ou serem encaminhados para os aterros de resíduos licenciados para este tipo de material.

No caso de escavação com incidência de contaminação, deve ser providenciada a análise do material e elaborado o plano de resíduos, com previsão de destinação final com aterros licenciados para este fim.

Em ambos os casos, é essencial que a empresa mantenha o registro completo de custódia do material escavado. O que inclui os MTR (Manifesto de Transporte de Resíduos), os CDF (Certificado de Destinação Final), as análises dos materiais e os planos de gerenciamento, deverão ser entregues à fiscalização sempre que solicitado.

4.3.3 Mobilização e projeto

A mobilização é a fase compreendida entre a entrega do memorando de início e o início dos serviços com uso dos equipamentos e mão de obra na via. Nesse período, que terá duração máxima de 10 dias, incluem elaboração do projeto executivo, contratação de equipe, se necessário, compra de equipamentos e materiais, definição e instalação para apoio, sinalização de identificação da obra, topografia e demais serviços prévios.

4.3.4 Fresagem

Corte mecânico com uso de fresadora a frio nos trechos com CBUQ para nivelamento da superfície do pavimento.

A espessura da fresagem será aquela suficiente para nivelar o greide da via. Portanto não haverá limites para sua espessura.

O peso específico a ser adotado deverá ser o valor de 2,3 tf/m³. Porém a contratada poderá utilizar o valor médio encontrado em ensaios de densidades a partir da extração de corpo de prova a cada 50 m em posições definidas em conjunto com a fiscalização.

Definindo-se o critério a ser utilizado, recomenda-se que esse seja o adotado em todas as medições da obra. Tais ensaios são a expensas da contratada e no caso de divergências com a fiscalização sobre os valores a serem adotados, prevalecerá o utilizado para composição do orçamento (2,3 Kgf/m³).

As seguintes etapas de execução poderão ser realizadas:

- Sinalização da área a ser trabalhada.
- Fresagem com uso de fresadora a frio;
- Transporte do fresado para uma distância média prevista de 17,66 km, observando os trechos com a velocidade média indicada;
- Retirada da massa remanescente após passagem da fresadora até o meio-fio, se houver;
- Limpeza da via para recebimento da primeira camada de SAMI.

4.3.5 SAMI – *Stress Absorbing Membrane Interlayer*

A SAMI é uma camada de revestimento asfáltico de pequena espessura, cuja função principal é retardar e/ou eliminar a propagação de trincas das camadas subjacentes às camadas que se encontram na superfície do pavimento e recebe o contato com os pneumáticos dos veículos.

Gaspar et al., 2017; Raul, 2019 apud Bernucci et al., 2008 cita a SAMI como sendo camadas executadas na superfície de um revestimento antigo deteriorado e sobre o qual será executado um recapeamento, e que podem ser constituídas de microrrevestimento asfáltico, tratamentos superficiais por penetração com ligantes

asfálticos modificados por polímeros ou por borracha de pneus, ou mesmo misturas asfálticas finas, com elevado teor de asfalto modificado por polímero, em geral com modificação que resulta em elevado desempenho elástico em camadas delgadas.

O tipo de SAMI a ser utilizado nos serviços de capeamento das Vias do Alto da Boa Vista será o revestimento asfáltico por penetração, do tipo tratamento superficial, com uso de asfalto borracha do tipo AB22, conforme resolução ANP N. 39 de 24 de dezembro de 2008, a qual define as especificações do asfalto borracha a ser utilizado em território nacional. Quanto à granulometria, o projeto de mistura apresentado pela contratada irá definir a melhor granulometria a ser utilizada, levando-se em conta o melhor desempenho possível quanto a propagação de trincas, aliado ao melhor desempenho quanto à deformação permanente.

Para efeito de orçamento foi prevista a composição de tratamento superficial duplo do tipo 2BD, sendo as letras referente as graduações B e D, conforme especificação técnica DER/SP – ET-DE-P00/21.

FAIXA B – DER/SP

Abertura da Peneira (mm)	Porcentagem que passa (%)
25	100
19	90 – 100
12,5	20 – 55
9,5	0 – 15
0,075	0 – 2

FAIXA D – DER/SP

Abertura da Peneira (mm)	Porcentagem que passa (%)
12,5	100
9,5	90 – 100
4,8	0 – 20
2,4	0 – 5
0,075	0 – 2

As taxas de CAP consideradas também são encontradas na especificação citada, sendo 1,4 l/m² na primeira camada e 1,3 l/m² na segunda camada.

As duas camadas de SAMI serão executadas posteriormente à fresagem e regularização dos trechos em CBUQ existentes e das eventuais correções das placas de concreto existentes.

As seguintes etapas de execução poderão ser realizadas:

- Sinalização da área a ser trabalhada;
- Aplicação do ligante asfáltico por meio de equipamento espargidor, na taxa indicada anteriormente para cada camada;
- Aplicação do agregado na faixa granulométrica aprovada por meio do distribuidor de agregados;
- Uso de rolo compressor liso para penetração dos agregados;

4.3.6 Recapeamento asfáltico

– Camada Porosa de Atrito – CPA ou Open Graded

Deverá ser produzida e aplicada a mistura asfáltica do tipo Open Graded também conhecida como CPA (Camada Porosa de Atrito) com a utilização do CAP modificado com borracha do tipo AB22.

Bernucci et al., 2008, cita que a característica importante dessa mistura asfáltica, é que ela causa: redução da espessura da lâmina d'água na superfície de rolamento e conseqüentemente das distâncias de frenagem; redução do spray proveniente do borrfio de água pelos pneus dos veículos, aumentando assim a distância de visibilidade; e redução da reflexão da luz dos faróis noturnos. Todos esses aspectos conjuntos são responsáveis pela redução do número de acidentes em dias de chuva.

Os critérios e especificações de materiais deverão obedecer às normas DNIT 112/2009 ES no que diz respeito ao ligante asfáltico e DNER 386/99 ES para as especificações dos agregados e parâmetros volumétricos e mecânicos da mistura.

Para o bom desempenho do CPA, são necessários agregados que atendam a norma do DNER 386/99 ES, que limita o valor do desgaste Los Angeles em no máximo 30%.

Foram verificadas as pedreiras com potencial de utilização de agregados conforme especificado pela norma DNER de CPA, porém em levantamento

realizado na literatura acadêmica (Ramos, C. R, 2003 e Lago, L. N., 2018) e verificando os resultados de ensaios dos agregados que são fornecidos à PCRJ, encontrou-se apenas as seguintes pedreiras no Estado do RJ com potencial para atender este critério de resistência, são elas: Pedreira Itereré em Campos dos Goytacazes – RJ e pedreira ESAM – Nova Iguaçu RJ. Diante da dificuldade de se conseguir agregados com valores de desgaste Los Angeles abaixo de 30%, poderá ser utilizados agregados com valores maiores de 30%, conforme a própria norma DNER explicita, porém não superiores a 45% e desde que o índice de degradação da Rocha não ultrapasse os limites definidos.

O peso específico do concreto asfáltico do tipo Open Graded considerado para orçamento é de até 2,25 kgf/m³ para misturas asfálticas do tipo CPA. Porém a **contratada deverá utilizar o valor de densidade aparente de projeto especificado no traço de mistura asfáltica** ou utilizar os valores médios encontrados em ensaios de densidades aparentes, a partir da extração de corpo de prova a cada 50 m em posições definidas em conjunto com a fiscalização. Definindo-se o critério a ser utilizado, esse deverá ser o adotado por toda a obra. Tais ensaios são a expensas da contratada e no caso de divergências com a fiscalização sobre os valores a serem adotados, prevalecerá o definido no projeto de traço de mistura asfáltica.

As seguintes etapas de execução poderão ser realizadas:

- Sinalização da área a ser trabalhada;
- Preparo e limpeza do pavimento a ser recuperado;
- Transporte da massa asfáltica para as frentes de serviço, para uma distância média prevista de 39,57 km, observando os trechos com a velocidade média indicada;
- Realização da pintura de ligação. As emulsões deverão ser do tipo RR-1C, conforme resolução ANP N. 036/2012.
- Aplicação da mistura asfáltica do tipo Open Graded (CPA) com espalhamento utilizando vibroacabadora eletrônica;
- Compactação da mistura asfáltica com rolo tandem, eletrônica e posterior compactação do material asfáltico em camada com espessura conforme projeto executivo.;

4.3.7 Recomposição das placas de concreto

As placas severamente deterioradas e as que estejam localizadas em locais cujo declive/active que, eventualmente, impeçam a perfeita compactação do CPA

deverão ser demolidas e reconstituídas. A contratada deverá apresentar o projeto detalhado das placas, juntamente com toda a documentação necessária para a perfeita execução dos serviços e conforme item 3 do referido Termo de referência.

As seguintes etapas de execução poderão ser realizadas:

- Sinalização da área a ser trabalhada.
- Demolição da placa deteriorada;
- Limpeza e tratamento da sub-base;
- Instalação das armaduras;
- Concretagem e adensamento do concreto, conforme especificações em projeto;
- Abertura e tratamento de juntas.
- Manutenção para a cura do concreto;

4.3.8 Alinhamento de meio fio

Os trechos com meio-fio danificados ou desalinhados deverão ser recompostos com meio fio em granito e/ou concreto, respeitando as dimensões do meio-fio original e serem assentados com argamassa de cimento e areia. As sarjetas em concreto danificadas deverão ser recompostas com concreto de 35MPa.

As seguintes etapas de execução poderão ser realizadas:

- Sinalização da área a ser trabalhada.
- Demolição do passeio e escavação adjacente ao meio fio;
- Nivelamento do meio fio com aplicação de camada de pó de pedra para regularização;
- Reaterro do trecho escavado;
- Concretagem de parte do trecho escavado para travamento do meio fio nivelado e do passeio demolido para recomposição deste;
- Transporte do refugo para uma distância prevista de 19,85 km, observando os trechos com a velocidade média indicada.

4.2.9 Substituição e/ou renivelamento de tampões e grelhas –

As grelhas e tampões a serem substituídos deverão ser em ferro fundido dúctil conforme norma ABNT NBR 10.160.

Após renivelamento, deverá ser executada a moldura de concreto armado, na espessura média de 16 cm. A armadura deverá suportar as cargas dinâmicas imposta pelo tráfego e obedecer ao cobrimento mínimo de 3 cm, conforme previsto no Manual de Dimensionamento de Pavimentos de Concreto Estruturalmente Armados da ABCP (Associação Brasileira de Cimento Portland) e Manual de Pavimentos Rígidos do DNIT – IPR 714/2005.

As seguintes etapas de execução poderão ser realizadas:

- Sinalização da área a ser trabalhada;
- Demolição do pavimento da pista de rolamento adjacente ao tampão ou a grelha;
- Arrancamento do tampão ou grelha danificados;
- Instalação ou nivelamento do tampão ou grelha e concretagem para fixação do nivelamento adotado;
- colocação da chapa de aço para proteção do serviço até a cura do concreto;
- transporte do refugo para uma distância prevista de 19,85 km, observando os trechos com a velocidade média indicada;
- execução de moldura armada em concreto de 35MPa.

4.2.10 Implantação da Rota Cicloviária

Estes serviços serão realizados com base nos projetos da rota cicloviária fornecidos e/ou aprovados pela CET-Rio. Estão incluídas as pinturas de símbolos, faixas contínuas e tracejadas, revitalização parcial de trechos de calçada, instalação de tachas e tachões.

As seguintes etapas de execução poderão ser realizadas:

- Sinalização da área a ser trabalhada;
- Demolição de calçada danificada;
- Transporte do refugo para uma distância prevista de 19,85 km, observando os trechos com a velocidade média indicada.
- Execução da base;

- Concretagem das placas de concreto com resistência à compressão mínima de 20 MPa;
- Execução das Juntas;
- Acabamento.
- Instalação de dispositivos de proteção para os ciclistas e pedestres (guarda-corpo).

4.2.11 Sinalização horizontal da pista de rolamento de veículos

Estes serviços serão realizados com base nos projetos de sinalização viária fornecidos pela CET-Rio, os quais serão enviados pela SECONSERVA quando da execução da via. Estão incluídas as pinturas de símbolos, faixas contínuas e tracejadas, instalação de tachas e tachões.

As seguintes etapas de execução poderão ser realizadas:

- Pré-marcação dos eixos das vias;
- Marcação das faixas entre as pistas de rolamento e os bordos.
- Execução das faixas de pedestre;
- Execução das linhas tracejadas e contínuas;
- Execução dos símbolos (setas, fiscalização eletrônica, letras e indicação de faixa de parada de motociclistas);
- Execução de símbolos e elementos da ciclorrota e ciclofaixa.

A sinalização horizontal das vias deverá ser executada **no menor prazo possível**, cabendo à empresa contratada a responsabilidade por quaisquer incidentes decorrentes da ausência de sinalização em razão de atraso em sua execução.

Na hipótese da impossibilidade de realização imediata da sinalização em virtude de condições climáticas adversas ou outros fatores imprevisíveis, a Contratada deverá adotar **todas as providências necessárias para mitigar riscos**, incluindo a instalação de sinalização provisória alertando e orientando os usuários, até que a execução da sinalização horizontal seja concluída.

Complementando o escopo dos serviços planejados para o cumprimento do objeto deste termo de referência, poderão ser ainda realizadas as seguintes atividades:

- a. Auxílio no transporte de materiais;
- b. Relocação da sinalização de obra;
- c. Execução da limpeza e da organização da obra;
- d. Apoio à execução de revestimento asfáltico;
- e. Levantamento Topográfico;
- f. Apoio de tráfego;

5 ÁREA DE ATUAÇÃO

Os logradouros onde serão executados os serviços estão localizados nas áreas das VIII e XXIV RA's – AP 2 e 4, definidas através do decreto nº. 3157 de 23/08/1981, pertencentes à 1ª Coordenadoria Regional de Conservação (1ª CRC) e 3ª Coordenadoria Regional de Conservação (3ª CRC).

A ordem de execução será definida à posteriori conforme entendimento da fiscalização e apresentação do projeto executivo.

O Mapa a seguir ilustra os trechos que estão contemplados neste termo de referência.



6. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão fiscalizados por servidores da SECONSERVA, especialmente designados para esse fim. A eles ficará reservada atribuição de resolver e decidir todos os casos de dúvida que surjam, fujam a rotina ou não estejam previstos neste Termo de Referência.

O desempenho da Contratada será avaliado mensalmente pela fiscalização, através dos procedimentos descritos no Boletim de Desempenho, com a finalidade de verificação da perfeita execução dos mesmos e o atendimento aos projetos, normas e especificações e disposições contratuais.

A Contratada deverá adotar todas as medidas necessárias a facilitar o acesso da Fiscalização a todo e qualquer local dos serviços, possibilitando o livre exercício da função fiscalizadora, orientadora e executora, assim como permitir o acesso em suas instalações da empresa supervisora ou equipe indicada pela fiscalização, para execução da sua atividade, inclusive fornecendo documentação pertinentes ao contrato como: relatórios, resultados de ensaios, diários de obra etc.

A execução de todos os serviços deverá obedecer aos procedimentos contidos neste termo de referência e projetos executivos, bem como aos termos previstos em Contrato. Deverá ser observado adicionalmente as normas, resoluções e instruções da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, incluindo o **Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos elaborado pela Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro**, normas técnicas da ABNT, e demais dispositivos legais vigentes.

Compete à Contratada a execução dos serviços determinados pela Fiscalização, ficando a mesma responsável por qualquer erro que porventura venha a ser constatado, cabendo a ela os ônus decorrentes da reexecução dos serviços que forem considerados imperfeitos ou defeituosos.

A resolução da conveniência da entrega da execução de determinados serviços à subcontratadas sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, será necessariamente submetida à prévia concordância da Administração, conforme o artigo 122 da Lei 14.133 de 2021. A Contratada responderá integralmente pela subcontratada, podendo, a critério da Administração, esta ser afastada por motivos contrários aos objetivos deste termo de referência.

Toda e qualquer responsabilidade sobre as consequências de má conduta, imperícia ou imprudência de pessoal da contratada na execução de serviços determinados pela Fiscalização e todo e qualquer dano que venha a ser causado nos serviços executados, à propriedade de terceiros ou da PCRJ, bem como os

encargos impostos por lei, dano ou morte de qualquer pessoa, respondendo por si e seus sucessores, independentemente de seguros por ela efetuados será da Contratada. Da mesma forma a Fiscalização fica isenta de quaisquer responsabilidades sobre atos executados por pessoal, equipamentos ou viaturas da Contratada independentemente de os mesmos terem sido ou não determinados ou solicitados por ela.

7 MOBILIZAÇÃO E INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS

O canteiro de serviços deverá ser instalado em local previamente definido e autorizado pela Fiscalização e deverá atender à legislação referente à segurança, saúde e higiene do trabalho - item 18.4 da Norma Regulamentadora NR-18 do Ministério do Trabalho e Emprego. Também deverá ser obedecida toda legislação urbanística e posturas municipais vigentes sobre a utilização do solo urbano.

A Contratada deverá providenciar junto às concessionárias dos serviços de água, esgoto, luz e força a respectiva instalação destes, bem como o transporte dos equipamentos e materiais para o canteiro, além do remanejamento dos mesmos, dentro ou fora do canteiro de obras. O transporte de máquinas, equipamentos e funcionários deverá ser realizado em condições adequadas no que diz respeito às normas de segurança vigentes.

O consumo de energia elétrica e de água do canteiro de serviços será de responsabilidade da Contratada, e sua instalação deverá obedecer às normas das Concessionárias competentes, assim como todos os elementos referentes ao transporte não relacionados neste termo de referência.

Caberá exclusivamente à Contratada a responsabilidade pela segurança e gerência de seu patrimônio.

Todos os recursos previstos neste termo de referência deverão estar disponíveis sempre que forem solicitados pela fiscalização do contrato.

8 CONTROLES E RELATÓRIOS

Antes do início dos serviços e durante sua execução, deverá ser fornecido à fiscalização um relatório descritivo e fotográfico – impresso e em mídia digital – descrevendo a situação do local dos serviços, os problemas encontrados e as providências a serem tomadas.

A Fiscalização deverá ser informada pela Contratada no caso de haver qualquer anormalidade que esta última observe que impossibilite ou que interfira na qualidade dos serviços ou que esteja em desacordo com os projetos executivos que venham a ser apresentados ou outro fator que impossibilite a execução dos serviços.

A Contratada deverá manter atualizados os diversos documentos de controle determinados pela Fiscalização, bem como um diário de obras no qual deverão ser informados diariamente, no mínimo as seguintes informações:

- Data;
- Efetivo;
- Equipamentos alocados;
- Materiais utilizados e cópia dos seus respectivos laudos de ensaios (quando necessário);
- Serviços executados, com medição das áreas atendidas;
- Ocorrências diversas;
- Carimbos e assinatura do representante da contratada e do fiscal.

A contratada também deverá fornecer à fiscalização cópias das Carteiras de Trabalho de todos os funcionários até o prazo máximo de **30 dias** após o início do contrato.

A empresa contratada para o gerenciamento e supervisão da obra poderá ter interface direta com a empresa e atuar em qualquer aspecto autorizado pela fiscalização, inclusive para analisar a documentação apresentada pela executora dos serviços.

Deverão ser entregues à fiscalização os relatórios mensais, com os seguintes dados:

- Fotos de antes, durante e depois dos serviços executados;
- Informações contratuais;
- Planilha orçamentária por via;
- Escopo dos serviços;

- Plantas com a localização das grelhas e tampões assim como a área das vias e indicação dos pontos que houve tratamento profundo;
- Relatórios de ensaios dos materiais e serviços executados de modo que comprovem a qualidade do executado.

9 MATERIAIS E CONTROLE TECNOLÓGICO

O controle tecnológico dos serviços e materiais deverá ser executado pela empresa contratada às suas expensas, de modo a confirmar a boa qualidade da execução dos serviços através de ensaios de campo e de laboratório, conforme consta no Artigo 140 da lei 14.133 e Artigo 474 do RGCAF **“Salvo disposições em contrário constantes do edital ou do ato normativo, os testes e demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato, exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado”**. Os ensaios serão realizados pela Contratada e seus resultados submetidos à Fiscalização. O controle tecnológico deverá ser realizado por laboratórios aptos e com equipamentos calibrados.

Todo o agregado utilizado deverá ter sua qualidade comprovada por meios dos ensaios descritos conforme normas pertinentes e o ligante asfáltico deverá atender ao especificado, conforme resoluções ANP.

Os Concretos Asfálticos utilizados deverão ter seus traços aprovados pela fiscalização, assim como os ensaios de controle de qualidade que também deverão ser submetidos à fiscalização para comprovação da qualidade.

Quando solicitado, a Contratada deverá fornecer às suas expensas, as amostras e os materiais para ensaios amostrais a serem realizados pela SECONSERVA.

A Fiscalização poderá, a seu critério, acompanhar a execução dos ensaios indicados, devendo a Contratada comunicar em tempo hábil as datas e os locais de sua realização. No caso de ensaios realizados dentro de suas instalações, a contratada deverá permitir a entrada de equipe indicada pela fiscalização.

A gerenciadora/supervisora contratada pela SECONSERVA, poderá realizar o levantamento funcional e estrutural de todas as vias após execução dos serviços e, eventualmente, ensaios de campo e laboratório para atestar o controle de qualidade da executora dos serviços deste TR. **No caso de os ensaios de auditoria indicarem vícios, devido à má execução dos serviços ou qualidade inadequada dos materiais, as não-conformidades deverão ser corrigidas.** Caso haja discordância nos resultados, novos ensaios poderão ser executados pela Contratada com acompanhamento da Gerenciadora/supervisora. Se ainda

houver divergências, a empresa executora dos serviços deste termo poderá, a suas expensas, realizar novos ensaios com instituição isenta.

A Contratada deverá permitir amplo acesso da gerenciadora/supervisora nas suas instalações de modo a permitir que seja possível a inspeção da usina, do laboratório e dos materiais a serem utilizados nos serviços.

Todos os materiais minerais (agregados), a serem aplicados na realização dos serviços, deverão ser oriundos de jazidas regularizadas e submetidos à aprovação do serviço de controle tecnológico e qualidade, como também da Fiscalização.

No caso de divergências entre os resultados de ensaios realizados pela PCRJ e a Contratada, a Fiscalização poderá solicitar outros ensaios em laboratórios isentos, sob expensas da contratada, para verificação da qualidade da execução dos serviços.

A contratada deverá fornecer os equipamentos, mão de obra, materiais e transporte para a realização de ensaios nas quantidades mínimas exigidas pelas normas.

Os seguintes ensaios deverão ser apresentados pela contratada durante a obra e estar presentes no relatório final de obras, de modo a comprovar a boa qualidade dos serviços e materiais entregues. Os procedimentos deverão obedecer aos critérios das normas do DNIT e/ou ABNT. Também poderão ser aceitas normas internacionais consagradas e já utilizadas como base no Brasil.

Relação da documentação de qualidade que deverá ser entregue em cada medição:

- 9.1 – Traços das misturas asfálticas utilizadas;
- 9.2 – Teor de Betume das misturas asfálticas aplicadas (regularização e capa);
- 9.3 – Granulometria das misturas asfálticas aplicadas;
- 9.4 – Grau de compactação das misturas asfálticas aplicadas com os valores de densidade aparente da massa aplicada;
- 9.5 – Abrasão Los Angeles dos agregados graúdos (Brita 0 e 1);
- 9.6 – Equivalente de Areia do pó-de-pedra;
- 9.7 – Adesividade do agregado graúdo;
- 9.8 – Índice de forma do agregado graúdo;

9.9 – Resíduo asfáltico na emulsão utilizada para pintura.

9.10 – Penetração do ligante asfáltico convencional;

9.11 – Ponto de amolecimento dos ligantes asfálticos;

9.12 – Retorno elástico do ligante asfáltico modificado;

9.13 – Viscosidade (Brookfield) do ligante asfáltico modificado;

9.14 – Densidade Máxima Medida – Método Rice

9.15 – CBR do material utilizado para recomposição da base;

9.16 – Temperatura da mistura asfáltica após produção em cada caminhão e durante compactação;

9.17 – Resistência à compressão simples do concreto de concreto de cimento Portland utilizado.

9.18 – Relatório de ensaio com resistência e composição química de grelhas e tampões aplicados.

9.19 – Verificação dos parâmetros volumétricos das misturas asfálticas, que deverão atender às normas vigentes.

OBS.: Caso haja mudança de fontes de agregados, deverão ser apresentados os relatórios de ensaios referentes aos itens 9.5, 9.6 e 9.7 de cada fonte.

10 RECURSOS HUMANOS

10.1 Responsáveis Técnicos

Por tratar-se de serviços de Engenharia, a Contratada deverá manter disponível, como Responsável Técnico, um profissional habilitado pelo CREA ou CAU no ramo de Engenharia Civil ou Arquitetura, demonstrando sua aptidão como responsável técnico em serviços de características semelhantes com as características do objeto deste TR e que tenha experiência e compatibilidade de atribuições com a execução dos serviços a serem executados atestados por meio de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)

Esse profissional deverá ser disponibilizado pela Contratada durante a vigência do contrato, sendo o representante da Contratada perante a Fiscalização em todos os seus atos.

10.2 Pessoal

A Contratada será responsável pela salvaguarda da integridade física e dos bens materiais do pessoal ou de terceiros (transportes, moradores nas adjacências, veículos e propriedades vizinhas), fiscalizando por sua conta exclusiva a adoção de todos os dispositivos de segurança contra acidentes e sinistros que impliquem em risco de vida ou danos materiais, independentemente da transferência da responsabilidade do ressarcimento dos prejuízos decorrentes de Companhias ou Institutos Seguradores.

Toda mão de obra, que prestará serviço nas vias, deverá se apresentar uniformizada de acordo com o padrão de uniforme da SECONSERVA em anexo. Deverão ser fornecidos, no mínimo 4 (quatro) jogos de uniformes, para cada funcionário.

A mão de obra deverá ser capacitada e treinada para execução de serviços expostos neste termo.

Os quantitativos apresentados no orçamento, não significam necessariamente a sua utilização por todo o período contratual.

Foi estimado um valor médio de 183 horas mensais para a mão de obra locada, conforme o roteiro de cálculo definido pela FGV no Manual de Encargos Sociais nos Custos da Construção Civil. Devido à importância do serviço foi adotado o trabalho nos finais de semana para alguns profissionais.

Serão criadas tantas frentes de serviço quanto forem necessárias para que se cumpra o prazo planejado. Os serviços serão executados, conforme determinação da Fiscalização, ficando a cargo da mesma a definição das diretrizes de programação, cabendo à contratada a responsabilidade pela sua execução.

No caso de execução de serviços fora da qualificação exigida pela Fiscalização bem como de qualquer desconformidade que envolva o bom andamento das tarefas, a Fiscalização tem o direito e a autoridade para determinar que a Contratada tome as medidas necessárias e em tempo hábil a fim de que seja reestabelecida a boa qualidade dos serviços e o bom andamento dos trabalhos.

10.3 Precauções quanto à segurança e higiene do trabalho

A Contratada deverá adotar as medidas de segurança e higiene previstas na legislação vigente (Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego), as normas técnicas brasileiras que regem o assunto, bem como as boas práticas de mercado.

A contratada deverá apresentar à Fiscalização a análise de riscos de cada serviço e plano de emergência, considerando as informações contidas na Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ) de cada material a ser

utilizado nos serviços e os procedimentos a serem realizados bem como as ferramentas utilizadas, mencionando as providências a serem tomadas, os equipamentos de proteção individuais (EPI) e coletivos (EPC) a serem utilizados e os responsáveis por estas providências. Este documento deverá ser feito por profissional capacitado e habilitado para este serviço (Técnico de Segurança do Trabalho, inscrito no Ministério do Trabalho ou Engenheiro de Segurança do Trabalho) e deverá ser registrada a anotação de responsabilidade técnica.

A contratada deverá fornecer para cada operário EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), compatíveis com o risco associado a cada tipo de atividade a ser realizada, tais como: capacete com jugular, luvas de raspa de couro e borracha, botina de couro, óculos de proteção, protetores facial e auricular, avental de raspa de couro, máscaras com filtro, bem como outros EPI's não elencados aqui que em uma análise preliminar de risco se achar necessário. Devem ser disponibilizados também acessórios de sinalização/demarkação preventiva de segurança para cada equipe nos padrões utilizados pela SECONSERVA.

11 EQUIPAMENTOS – FERRAMENTAS, MÁQUINAS E VIATURAS

A contratada deverá fornecer, para cada equipe, o conjunto de ferramentas necessárias à realização de cada tipo de serviço, conforme determinado pela Fiscalização.

Todos os equipamentos e viaturas utilizados nos serviços deverão ser apresentados sempre em perfeitas condições operacionais, serem utilizados exclusivamente para serviços da PCRJ, e seu deslocamento até o local da execução dos serviços é responsabilidade da contratada. Também deverão ser identificados através de cores e identificados através de adesivação, sendo utilizada branco para as viaturas e amarelo Caterpillar para as máquinas e equipamentos. Os tipos e tamanhos dos impressos de identificação de prestador de serviço encontram-se em anexo. **Os equipamentos que não possuírem a identificação em anexo terão o layout fornecido quando do início de execução do contrato.** A identificação deverá ser autoadesiva, e sua fixação quando em partes corrugadas da lateral dos caminhões deverá ser feita sobre uma chapa metálica, que deverá ser fixada mecanicamente nas laterais dos caminhões.

Em alguns casos, os quantitativos orçados, não significam necessariamente a sua utilização por todo o período contratual.

Todas estas características dos veículos e equipamentos poderão ser aferidas e testadas – por comissão independente da Fiscalização inclusive – antes de serem incorporados ao efetivo de serviço, e serão reavaliadas sempre que se

julgar necessário. No caso de serem considerados fora das especificações, normas e legislação vigente, deverão ser substituídos imediatamente.

Deverão ser disponibilizados para uso exclusivo da fiscalização 2 (dois) veículos, os quais serão utilizados para transporte dos membros da comissão e dos técnicos.

12 EQUIPAMENTOS DE SINALIZAÇÃO

A Contratada fornecerá e manterá conjuntos de sinalização que deverão ser mantidos ao longo de todo o período contratual, bem como as boas condições dos materiais e as devidas reposições pelo mau uso ou desgaste. Os quantitativos poderão ser reavaliados ou alterados conforme a conveniência da execução dos serviços para o cumprimento do objetivo.

Os tipos e tamanhos de impressos de identificação do material de sinalização seguem em anexo. A identificação deverá ser autoadesiva (exceto para a placa de identificação de obras públicas onde poderá ser utilizada lona vinílica impressa ou material com qualidade e durabilidade similar), a mensagem do material de sinalização, bem como a verificação da qualidade, será fornecida pela Fiscalização.

13 SERVIÇOS SIGNIFICATIVOS E DE RELEVÂNCIA TÉCNICA

Definição da qualificação técnico-profissional e técnico-operacional:

a) Para fins de contratação, apresentação de profissional, devidamente registrado no CREA ou CAU, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para execução do serviço relativo à parcela de maior relevância técnica abaixo relacionada:

- ➔ Execução de revestimento em concreto asfáltico com borracha, do tipo Open Graded ou Camada Porosa de Atrito (CPA), em quantidade mínima de 11.000 m²;
- ➔ Execução de ciclovia em pavimento rígido com uso de concreto de cimento Portland colorido, em quantidade mínima de 1.900 m²;
- ➔ Execução de sinalização horizontal com massa termoplástica por extrusão, em quantidade mínima de 538 m²;
- ➔ Execução de sinalização horizontal em laminado elastoplástico, em quantidade mínima de 279 m².

Obs.: Embora os itens de sinalização horizontal, analisados individualmente, não atinjam o percentual de 4% do valor total do orçamento, sua soma supera esse valor e representa um conjunto de serviços com importância técnica significativa para a funcionalidade e segurança da via. Os itens de sinalização horizontal considerados como relevância técnica exigem precisão na aplicação, atendimento rigoroso às normas vigentes e utilização de materiais específicos que garantam durabilidade e visibilidade adequada. Tais características tornam esses itens essenciais para a qualidade final da obra. Assim, mesmo não alcançando isoladamente o limite percentual estabelecido, a natureza técnica justifica o enquadramento desses itens de sinalização horizontal como de relevância técnica.

b) Ainda na fase licitatória, apresentação de certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo CREA ou CAU, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei 14.133/21, para execução do serviço relativo à parcela de maior relevância técnica abaixo relacionada:

- ➔ Execução de revestimento em concreto asfáltico com borracha, do tipo Open Graded ou Camada Porosa de Atrito (CPA), em quantidade mínima de 11.000 m²;
- ➔ Execução de ciclovia em pavimento rígido com uso de concreto de cimento Portland colorido, em quantidade mínima de 1.900 m²;
- ➔ Execução de sinalização horizontal com massa termoplástica por extrusão, em quantidade mínima de 538 m²;
- ➔ Execução de sinalização horizontal em laminado elastoplástico, em quantidade mínima de 279 m².

Alternativamente, é admitida a apresentação de atestado em nome da empresa, na qual conste o nome do responsável técnico, bem como, também deverá ser apresentada a ART baixada ou CAT, comprovando a responsabilidade dos serviços executados pelo profissional constante do atestado.

c) Ainda na fase licitatória, apresentação de registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente (CREA ou CAU).

A relevância técnica destes serviços se justifica pela necessidade da exigência da mão de obra com conhecimentos técnicos que proporcionem a perfeita execução dos serviços. Busca-se, com isso, a qualidade e a consequente durabilidade dos serviços, evitando-se desta forma uma possível manutenção. Consideramos ainda que tais serviços, se mal executados, poderão incidir em riscos para os usuários da via. Isto visa garantir que a contratada possua

capacidade técnica para executar os serviços com segurança e qualidade, uma vez que a execução desses serviços em logradouros da malha viária urbana possui características operacionais específicas - trânsito intenso de pedestres e de veículos - que não existem em serviços executados em outros espaços.

As empresas interessadas devem atender ao item do edital da presente licitação, acerca da declaração de visita, que será facultativa, aos locais onde serão desenvolvidos os serviços e as instalações que serão disponibilizadas. Cabe ressaltar que os serviços relacionados na relevância técnica não representam a totalização dos itens listados na planilha orçamentária.

14 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os critérios de medição aqui expostos foram definidos com base nas inúmeras discursões técnicas realizadas e das exigências em auditorias realizadas das obras de pavimentação da Cidade, sendo tratadas de modo a garantir, principalmente, a qualidade das obras e promover melhor transparência, acesso aos dados e auxiliando no controle externo em eventuais auditorias.

14.1 – As medições dos serviços deverão ser sempre acompanhadas com os relatórios mensais de obras, inclusive com os ensaios comprovando a sua boa execução.

14.2 – Os serviços de fresagem serão medidos após apresentação da planta com descrição da via e valores das áreas levantadas por meio de topografia e da espessura média fresada de cada via. Entretanto, nos locais de armazenamento que possuem balança, os caminhões com material fresado serão pesados para controle do material. Para o cálculo de transporte do material fresado, deverá ser considerado o exposto, com relação às densidades, no item 4.2.2 do presente termo.

14.3 – A quantidade de mistura asfáltica deverá ser medida de acordo as áreas de topografia e com a espessura definida em projeto, inclusive para itens em toneladas. Para fins de aceitação da espessura do revestimento recapeado, serão realizados ensaios de extração com auxílio de sonda rotativa pela gerenciadora, esta poderá ter uma variação até 5% menor que a espessura prevista para camada, conforme especificado na DNIT 031/2006 ES. Em caso em que houver espessura menor do que o especificado, o trecho deverá ser corrigido.

14.4 – Os serviços de renivelamento de tampões e grelhas serão medidos a partir do número de artefatos renivelados acompanhado com a plantas das vias indicando suas localizações, e no caso de substituição de artefato danificado, deverá ainda ser fornecido o relatório de ensaios do lote do artefato substituído

conforme ABNT NBR 10.160. A quantidade de chapas de aço para proteção durante cura das lajes dos tampões é fixa com previsão de reaproveitamento durante todo o prazo da obra, o transporte e reposicionamento em outros pontos deverão ser medidos em horas de equipamentos e mão de obra já presente no orçamento.

14.5 – Os serviços de transporte serão medidos conforme descrição do item. Também não serão postas em discursões, distâncias de transporte de fornecimento de massa asfáltica superiores à constante no item em questão. No caso de aumento da distância de transporte de material de fresagem e de bota-fora acima do constante no item, esta ficará a cargo da fiscalização avaliar.

14.6 – O item de chapa de aço para proteção dos tampões, eventuais grelhas e para outros serviços necessários, deverá ser medido uma única vez e seu reaproveitamento, com desinstalação e instalação em outro ponto, deverá ser medido com os itens de equipamentos e profissionais previsto para este serviço.

14.7 – Visando a segurança dos usuários das vias do Alto da Boa Vista, devido às características das vias, foi considerado o item de transporte de carga de qualquer natureza para velocidade média de 20km/h em determinados trechos, que deverá ser medido a partir da interseção da Estrada da Barra da Tijuca com a Estrada de Furnas, localizada na coordenada: Latitude: -22.986930°, Longitude: -43.301876°, para os veículos que acessarão as vias do Alto da Boa Vista a partir da Barra da Tijuca, até o ponto de carga ou descarga. Para os veículos que acessarão a partir da Rua Conde de Bonfim, na Usina, o trecho em 20km/h será o definido a partir da Interseção desta com a Estrada Velha da Tijuca, localizada na coordenada: Latitude: -22.946934°, Longitude: -43.256805° até o ponto de carga ou descarga. Tais coordenadas localizam os trechos das vias a serem recapeadas, que devido ao aclave acentuado e sinuosidade, são percorridos em baixa velocidade. As distancias remanescentes deverão ser medidas com velocidade de 40km/h.

14.8 – O CAP borracha deverá ser medido de acordo com a taxa de aplicação definida para o SAMI e, para o CPA, a quantidade de CAP será a calculada a partir do teor de projeto e densidade aparente, conforme esclarecido no item 4.3.6. Também deverá ser considerado o valor da densidade do CAP constante no projeto de mistura, verificando a existência de eventuais discrepâncias entre os resultados do projeto e os resultados apresentados nos certificados do distribuidor.

Itens que venham criar dúvidas ou divergências entre a fiscalização e a contratada, serão definidos conforme Art. 498 do RGCAF, que cita amplos poderes da fiscalização para atuar no sentido do cumprimento do contrato.

15 IMPACTO AMBIENTAL

Serão de inteira responsabilidade da Contratada os procedimentos que deverão ser tomados relativos à minimização de impactos ambientais previstos ou não, que poderão vir a ser gerados durante a execução dos serviços.

Caberá também à Contratada a elaboração de planos de controle ambiental, que deverão ser aprovados junto aos órgãos ambientais federais, estaduais e municipais, quando da exploração de jazidas, utilização de material de empréstimo ou nos casos de “bota-fora” de materiais oriundos de escavações, entulhos, lodos, vegetações e restos de obra.

A Contratada deverá aprovar, previamente junto ao Órgão Municipal competente, a poda, o tratamento ou o arrancamento de qualquer árvore, que porventura interfira diretamente com os serviços.

Os resíduos gerados pela execução das atividades previstas neste termo de referência, que apresentem características adequadas ao reaproveitamento, classificados como Classe A, conforme art. 3º da Resolução CONAMA nº 307/02, oriundos de demolições de pavimentação, alvenarias ou de escavações, deverão ser reutilizados como aterro de valas, obedecendo ao art. 5º, II, do Decreto 27.078/06. Os resíduos que porventura não possam ser reaproveitados deverão ser encaminhados para áreas de aterro de resíduos, conforme art. 10º da Resolução CONAMA nº 307/02.

Em obediência ao Decreto Municipal 27.715, de 21 de março de 2007, que regulamenta a Lei Municipal nº 4.352, que obriga que as obras e serviços públicos do Município utilizem madeira ambientalmente certificada ou cultivada, os procedimentos na contratação pública que envolvam produtos e subprodutos de madeira deverão ser observados.

De acordo com o Decreto Municipal nº 28.600, a Contratada deverá fornecer madeira descrita na Tabela Classificatória conforme o Grupo especificado pelo SCO, respeitando o art. 3º do Decreto 27.715.

A Contratada deverá comprovar a procedência legal da origem da madeira utilizada, apresentando a respectiva documentação, de acordo com a legislação federal, a Declaração ou Documento de Origem Florestal.

Sugere-se que na elaboração do respectivo Edital deste termo de referência, seja observado o art. 4º do Decreto 27.715.

Da mesma forma para o respectivo Contrato, sugerimos que seja observado o art. 5º deste mesmo Decreto, constando cláusulas específicas a respeito da utilização de produtos e subprodutos de madeira.

Sugere-se ainda que na elaboração do Edital referente a este Termo de Referência, seja observado o Decreto nº 33.971 de 13 de junho de 2011, que dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização de agregados reciclados oriundos de resíduos da construção civil – RCC em serviços de engenharia realizados pelo Município do Rio de Janeiro.

16 ATESTAÇÃO DE DESPESAS

A atestação de despesas será realizada por no mínimo 3 (três) servidores de SECONSERVA, após a prestação do serviço estabelecido, dentro das condições satisfatórias estabelecidas pelo termo de referência mediante assinatura dos respectivos atestados e acompanhados da devida identificação dos mesmos – nome completo e matrícula, em atendimento ao Decreto nº 34.012/11.

O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal de Conservação – SECONSERVA e obedecido o disposto na legislação.

17 GARANTIA E SANÇÕES

Com base no art. 459, § 2º do RGCAF, o prazo de conservação será de no mínimo 180 (cento e oitenta) dias e no máximo 24 (vinte e quatro) meses.

Também deverá ser observado o disposto no Artigo 618, do Código Civil, Lei Nº 10.406, de janeiro de 2002, quanto à garantia quinquenal dos serviços.

O descumprimento de qualquer exigência deste termo acarretará, sem desconsiderar a responsabilidade civil e criminal que couber, na aplicação das penalidades previstas no art. 156º da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 589 do RGCAF.

- Advertência;
- Multa moratória de 1% ao dia sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, ou se for o caso sobre o saldo não atendido;156
- Multa de até 20% sobre o valor total do contrato;
- Suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratação pela Administração Pública;
- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

18 COMBINAÇÃO DOS PARÂMETROS

18.1 Modalidade de Licitação: foi adotado o **Pregão Eletrônico**, por se tratar de objeto classificado como serviço comum de engenharia, o que está em conformidade com os arts. 6º, XIII e 28, I da Lei 14.133/2021. A modalidade escolhida promove maior competitividade, transparência e economicidade.

18.2 Critério de Julgamento: o critério adotado foi o de **menor preço global**, o qual se justifica pela necessidade de contratação integrada do objeto, garantindo execução coordenada e evitando riscos decorrentes de fragmentação de responsabilidades. A escolha favorece previsibilidade de custos, economia de escala e redução de aditivos, o que beneficia a Administração ao longo de todo o ciclo de vida do contrato.

18.3 Modo de Disputa: foi adotado o **modo de disputa aberto e fechado**, previsto no art. 56 da Lei 14.133/2021, permitindo ampla competição com lances sucessivos e etapa final sigilosa. Essa combinação proporciona equilíbrio entre competitividade e segurança na seleção da proposta mais vantajosa.

18.4 Justificativa da Combinação dos Parâmetros: a integração desses três elementos – modalidade, critério e modo de disputa – atende aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento, resultando na **maximização da vantajosidade para a Administração Pública**. A opção pelo menor preço global, em especial, contribui para a qualidade da execução, racionalização administrativa e controle de custos, considerando o contrato em todas as suas fases.

19 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

Esta contratação destina-se à Revitalização da Pavimentação e implantação de rota cicloviária da Avenida Edison Passos, Estrada de Furnas, Estrada Velha da Tijuca e Rua Boa Vista – Alto da Boa Vista.

Os serviços serão executados em conformidade com o previsto na memória de cálculo, especificações técnicas, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro.

Não ocorreu, neste caso, estudo comparativo entre mais de uma solução. A solução adotada foi única e descrita nos tópicos anteriores deste documento.

20 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O transporte pessoal para realização dos serviços deverá ser efetuado pela contratada em condições adequadas às normas de segurança vigentes.

Toda e qualquer responsabilidade sobre as consequências de má conduta, imperícia ou imprudência de pessoal da contratada na execução dos serviços determinados pela Fiscalização e todo e qualquer dano que venha a ser causado nos serviços executados, à propriedade de terceiros ou da PCRJ, bem como os encargos impostos por lei, dano ou morte de qualquer pessoa, respondendo por si e seus sucessores, independentemente de seguros por ela efetuados, será da Contratada. Da mesma forma a Fiscalização fica isenta de responsabilidade sobre atos executados por pessoal, equipamentos ou viaturas da Contratada que não tenham sido determinados ou solicitados por ela.

Também caberá a Contratada a responsabilidade pela segurança e gerência de seu patrimônio (equipamentos, materiais, ferramentas, etc.) mesmo que sejam utilizadas nos serviços.

Todos os casos que não se enquadre nesse projeto ou nas normas vigentes da PCRJ, serão resolvidos conforme as determinações da fiscalização.

20.1 – DECRETOS

Decreto RIO nº 15.307 de 21/11/1996 – Dispõe sobre a implantação na Administração Municipal de Sistema de Custos para Obras e Serviços de Engenharia – SCO-Rio, será alterado, quando o novo decreto estiver em vigor. Bem como os Decretos nº 19.615 de 06/03/2001 e Decreto nº 36.684 de 01/01/2013.

Decreto RIO nº 19.615 de 06/03/2001 – Cria a Câmara Técnica e a Câmara Gestora do Sistema de Custos de Obras e Serviços de Engenharia.

Decreto RIO nº 36.684 de 01/01/2013 – Dispões sobre o controle de Itens Especiais nos Orçamentos de Obras e Serviços de Engenharia.

Decreto RIO nº 46.200 de 09/07/2019 – Altera o decreto nº 15.307 de 29/11/1996, que dispõe sobre a implantação da administração municipal do Sistema de Custos para Obras e Serviços de Engenharia (SCO-RIO) e dá outras providências.

Decreto RIO nº 48.340 de 01/01/2021 – Dispõe sobre a Organização Básica do Poder Executivo Municipal

Decreto RIO nº 48.478 de 28/01/2021 – Altera o decreto nº 19.615 de 06/03/2001, em face da nova estrutura organizacional do Poder Executivo Municipal instituída pelo decreto nº 48.340 de 01/01/2021.

Decreto RIO nº 49.264 de 12/08/2021 – Dispõe sobre a consolidação das normas e procedimentos, bem como a reestruturação do Sistema de Custos para Obras e Serviços de Engenharia (SCO-RIO) e de sua Câmara Técnica, na forma que menciona e dá outras providências.

21 – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Os serviços estão previstos para serem executados durante 360 dias corridos, a partir da emissão do memorando de início, não existindo previsão de prêmios pela conclusão antecipada. Em caso de atrasos, porém as penalidades são as previstas no RGCAF e na Lei nº. 14.133 de 01/04/21.

DIAS CORRIDOS		ETAPA	PARCIAL		ACUMULADO	
PARCIAL	ACUMUL.		%	VALORES R\$	%	VALORES
30	30	1ª	3,000000%	1.034.703,92	3,000000%	1.034.703,92
30	60	2ª	9,000000%	3.104.111,76	12,000000%	4.138.615,68
30	90	3ª	9,000000%	3.104.111,76	21,000000%	7.242.927,44
30	120	4ª	9,000000%	3.104.111,76	30,000000%	10.347.039,20
30	150	5ª	10,000000%	3.449.013,07	40,000000%	13.796.052,27
30	180	6ª	10,000000%	3.449.013,07	50,000000%	17.245.065,34
30	210	7ª	8,000000%	2.759.210,46	58,000000%	20.004.275,80
30	240	8ª	8,000000%	2.759.210,46	66,000000%	22.763.486,26
30	270	9ª	8,000000%	2.759.210,46	74,000000%	25.552.696,72
30	300	10ª	8,000000%	2.759.210,46	82,000000%	28.281.907,18
30	330	11ª	8,000000%	2.759.210,46	90,000000%	31.041.117,64
30	360	12ª	10,000000%	3.449.013,01	100,000000%	34.490.130,65

22 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

O valor total dos serviços é de **R\$ 34.490.130,65 (trinta e quatro milhões, quatrocentos e noventa mil, cento e trinta reais e sessenta e cinco centavos)**, sendo este valor constituído pelo valor orçado de **R\$ 29.238.494,57 (vinte e nove milhões, duzentos e trinta e oito mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e cinquenta e sete centavos)** cujos preços utilizados foram os da tabela de preços do SCO-RIO no mês de setembro 2025, conforme Decretos nºs. 15.307 de 29/11/1996 e 15.550 de 28/02/1997, mais a parcela máxima de B.D.I de 18% no valor de **R\$ 5.251.636,08 (cinco milhões, duzentos e cinquenta e um mil, seiscentos e trinta e seis reais e oito centavos)**, cujo índice foi adotado em conformidade com ofício nº05/SMO/GAB de 09/01/2014, em adequação à Lei Federal 12.844/2013.

Programa de Trabalho: 43001.154520071.1774;
Natureza da Despesa: 449051
Fonte do Recurso: 1500100;
Item Patrimonial: 363.

LEONARDO SANTANA CAVALCANTI
Engenheiro Civil
CREA RJ-163464/D
Matr. 11/242.539-5

ANEXO – IDENTIFICAÇÃO VISUAL

EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS

VEÍCULO DE PASSEIO



VAN



CAMINHÃO



Observação: Como a caçamba desse modelo possui frisos laterais, sugerimos a aplicação do adesivo em uma placa de PVC ou em um banner de lona e depois afixá-los ao veículo para que o volume dos detalhes laterais da caçamba não distorçam as letras, o que prejudicaria muito a legibilidade.

EQUIPAMENTOS PESADOS





ANEXO – IDENTIFICAÇÃO VISUAL

UNIFORMES




CAMISA SOCIAL

Amarelo com azul, botões ocultos e faixas refletivas

Observações:

- Confirmar cores a partir de amostras de tecido
- Sugestão de tecido:
Brim leve
- Impressão em
silk-screen
- Fonte: CERA PRO BLACK

Cores em CMYK:

	C - 0	Y - 94
	M - 40	K - 0
	C - 100	Y - 40
	M - 80	K - 30
	C - 0	Y - 0
	M - 0	K - 30



Observar proporção entre a palavra e o tamanho da camisa






CAMISA SOCIAL

Azul com amarelo, botões ocultos e faixas refletivas

Observações:

- Confirmar cores a partir de amostras de tecido
- Sugestão de tecido:
Brim leve
- Impressão em
silk-screen
- Fonte: CERA PRO BLACK

Cores em CMYK:

	C - 0	Y - 94
	M - 40	K - 0
	C - 100	Y - 40
	M - 80	K - 30
	C - 0	Y - 0
	M - 0	K - 30



Observar proporção entre a palavra e o tamanho da camisa



CAMISA DE TRABALHO

Amarelo com azul, botões ocultos e faixas refletivas

Observações:

- Confirmar cores a partir de amostras de tecido
- Sugestão de tecido: Brim leve
- Impressão em silk-screen
- Fonte: CERA PRO BLACK

Cores em CMYK:

 C - 0	Y - 94
 M - 40	K - 0
 C - 100	Y - 40
 M - 80	K - 30
 C - 0	Y - 0
 M - 0	K - 30



CAMISA DE TRABALHO

Azul com amarelo, botões ocultos e faixas refletivas

Observações:

- Confirmar cores a partir de amostras de tecido
- Sugestão de tecido: Brim leve
- Impressão em silk-screen
- Fonte: CERA PRO BLACK

Cores em CMYK:

 C - 0	Y - 94
 M - 40	K - 0
 C - 100	Y - 40
 M - 80	K - 30
 C - 0	Y - 0
 M - 0	K - 30



CAMISETA

Amarelo com azul e faixas refletivas

- Observações:
- Confirmar cores a partir de amostras de tecido
- Sugestão de tecido: Dryfit
- Impressão digital
- Fonte: CERA PRO BLACK

Cores em CMYK:

	C - 0	Y - 94
	M - 40	K - 0
	C - 100	Y - 40
	M - 80	K - 30
	C - 0	Y - 0
	M - 0	K - 30



Observar proporção entre a palavra e o tamanho da camiseta



CAMISETA

Azul com amarelo e faixas refletivas

- Observações:
- Confirmar cores a partir de amostras de tecido
- Sugestão de tecido: Dryfit
- Impressão digital
- Fonte: CERA PRO BLACK

Cores em CMYK:

	C - 0	Y - 94
	M - 40	K - 0
	C - 100	Y - 40
	M - 80	K - 30
	C - 0	Y - 0
	M - 0	K - 30



Observar proporção entre a palavra e o tamanho da camiseta









COLETE ABERTO

Azul com amarelo e faixas refletivas

Observações:

- Confirmar cores a partir de amostras de tecido
- Sugestão de tecido: Poliéster
- Impressão em silk-screen
- Fonte: CERA PRO BLACK
- Zíper boca de jacaré

Cores em CMYK:

	C - 0	Y - 94
	M - 40	K - 0
	C - 100	Y - 40
	M - 80	K - 30
	C - 0	Y - 0
	M - 0	K - 30

Bolso interno
(sem costura do lado de fora, zíper invisível)
16cm x 9cm

Bolso interno
(sem costura do lado de fora, sem zíper, apenas abertura)
16cm x 10cm

Bolso interno
(sem costura do lado de fora)
19cm x 16cm









BONÉ COMUM

Amarelo liso

Observações:

- Confirmar cores e modelos disponíveis com o fornecedor
- Impressão DTF
- Fonte: CERA PRO BLACK

Cores em CMYK:

	C - 0	Y - 94
	M - 40	K - 0
	C - 100	Y - 40
	M - 80	K - 30
	C - 0	Y - 0
	M - 0	K - 30






BONÉ COMUM

Azul liso

Observações:

- Confirmar cores e modelos disponíveis com o fornecedor
- Impressão DTF
- Fonte: CERA PRO BLACK

Cores em CMYK:

	C - 0	Y - 94
	M - 40	K - 0
	C - 100	Y - 40
	M - 80	K - 30
	C - 0	Y - 0
	M - 0	K - 30



CALÇA

Amarela com azul

Observações:

- Confirmar cores e modelos disponíveis com o fornecedor
- Desenho meramente ilustrativo, o modelo exato será escolhido diretamente com o fornecedor



CALÇA

Azul com amarelo

Observações:

- Confirmar cores e modelos disponíveis com o fornecedor
- Desenho meramente ilustrativo, o modelo exato será escolhido diretamente com o fornecedor



ANEXO – IDENTIFICAÇÃO VISUAL

PLACAS E CAVALETES DE SINALIZAÇÃO



SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ENGENHARIA E CONSERVAÇÃO

PLACAS DE SINALIZAÇÃO





SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ENGENHARIA E CONSERVAÇÃO

CAVALETE PLÁSTICO



Levantamento das distâncias de transporte

DISTÂNCIA MÉDIA DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS COMUNS (km)										
ITEM	RUAS	BAIRRO	AP	EMPRESAS LICENCIADAS SMAC						
				ARCO DA ALIANÇA	LIEJ MATERIAIS	SUCATDAVI COMÉRCIO	TAMOIO MINERAÇÃO	CONCRETAN	MÉDIA (3 menores)	MÉDIA ⁽¹⁾
1	AVENIDA EDISON PASSOS	ALTO DA BOA VISTA	2	16,50	36,40	17,30	28,80	16,90	16,90	23,18
2	ESTRADA VELHA DA TIJUCA			16,70	36,70	17,50	29,00	17,10	17,10	23,40
3	ESTRADA DAS FURNAS			25,10	32,50	21,90	24,90	21,50	22,77	25,18
4	RUA BOA VISTA			25,50	32,90	21,50	25,30	21,10	22,63	25,26
								MÉDIA GERAL	19,85	24,26

DISTÂNCIA MÉDIA DE MASSA (km)											
ITEM	RUAS	BAIRRO	AP	USINAS PRIVADAS							
				CRAFT	DIMENSIONAL	GRUPO SANTA LUZIA	MASTERPAV	MJRE	RC VIEIRA	MÉDIA (3 menores)	MÉDIA (2)
1	AVENIDA EDISON PASSOS	ALTO DA BOA VISTA	2	45,10	25,80	84,30	46,40	43,60	45,50	38,17	48,45
2	ESTRADA VELHA DA TIJUCA			44,80	25,60	84,10	46,20	43,30	45,30	37,90	48,22
3	ESTRADA DAS FURNAS			53,40	26,80	87,90	50,30	47,10	49,40	41,10	52,48
4	RUA BOA VISTA			51,50	27,20	87,30	49,90	47,10	49,00	41,10	52,00
									MÉDIA GERAL	39,57	50,29

MÉDIA ⁽¹⁾: considerando as 5 (cinco) empresas licenciadas pela SMAC

MÉDIA ⁽²⁾: considerando as 6 (seis) usinas levantadas

DISTÂNCIA MÉDIA DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS DE FRESAGEM (km)										
ITEM	RUAS	BAIRRO	AP	LOCAS PCRJ						
				CAJU	6º GC - ALTO DA BOA VISTA	18º GC - RECREIO	23º GC - GUARATIBA	CENTRO OPERACIONAL TRANSOESTE	MÉDIA (3 menores)	MÉDIA (3)
1	AVENIDA EDISON PASSOS	ALTO DA BOA VISTA	2	44,80	2,40	30,20	70,80	35,50	22,70	36,74
2	ESTRADA VELHA DA TIJUCA			13,80	2,60	30,00	56,90	35,80	15,47	27,82
3	ESTRADA DAS FURNAS			18,70	1,50	25,80	50,70	31,70	15,33	25,68
4	RUA BOA VISTA			18,30	1,10	38,40	51,10	32,00	17,13	28,18
			MÉDIA	23,90	1,90	31,10	57,38	33,75	17,66	29,61

MÉDIA ⁽³⁾: considerando os 5 (cinco) locais da Prefeitura

Recomendações da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMAC, para melhor Adequação Ambiental dos Serviços executados pela Coordenadoria Geral de Conservação da Secretaria Municipal de Conservação– SC/SUBEC/CGC.

1 – Implantação e Desmobilização de Canteiro

1.1. Considerando as fases de implantação do programa, deverão ser observados os seguintes cuidados:

- I) minimizar a geração de poeiras nas atividades realizadas no canteiro de obras;
- II) dotar os canteiros de obras com caixas de coleta de resíduos, combustíveis, graxas e óleos, etc., prevendo a coleta e disposição adequada dos resíduos sólidos e líquidos, quando necessário;
- III) adoção de procedimentos que minimizem o lançamento fortuito de materiais de obras nos logradouros públicos;
- IV) não permitir a destruição da vegetação para obtenção de lenha para fogo ou simplesmente para limpeza do terreno, pelos operários e empresas de obras;

1.2. Os esgotos sanitários gerados no canteiro de obras deverão ser encaminhados ao sistema coletor público local. No caso de não existir rede pública de esgoto no entorno, os mesmos deverão ser encaminhados à instalação de tratamento, em conformidade com a legislação vigente.

2 – Transporte de Materiais

2.1. Os “bota-foras” de todas as obras necessárias à implantação do programa em questão, deverão ser transportados para local de destino final adequado, livres de cobertura vegetal, que não possuam corpo hídrico e que não sejam áreas frágeis de baixada ou de encostas.

2.2. Para quaisquer movimentos de massa para escavações, aterros e/ou bota-foras, deverão ser considerados as seguintes medidas de proteção:

- I) cuidados para evitar extravasamentos em vias públicas;
- II) controle de emissão de materiais particulados;

III) cobrimento dos caminhões de carga;

IV) adoção de dispositivo para coleta de percolados líquidos oriundos dos materiais transportados pelos caminhões de carga, a fim de que os referidos efluentes não sejam lançados nas vias públicas;

V) implantação de sistema de sinalização visual nos acessos ao empreendimento e nos locais de disposição final;

VI) umidificação das praças de trabalho;

VII) adoção de medidas preventivas contra a ocorrência de possíveis obstruções nas redes públicas de águas pluviais e de esgotos sanitários, seja nas áreas do entorno das obras, ou nas áreas envolvidas para o recebimento ou a manipulação dos materiais transportados;

VIII) no caso de adoção de jazidas para a execução de aterros, as mesmas deverão estar licenciadas pelos órgãos competentes.

3 – Sistema Viário

3.1. Deverão ser tomados os seguintes cuidados durante a fase de implantação do programa:

I) adotar itinerário para o deslocamento dos veículos utilizados para o transporte de cargas e equipamentos, que apresentem menores impactos para a população, considerando principalmente a existência de residências, hospitais, estabelecimentos de ensino e de áreas turísticas;

II) compatibilização da frota de veículos a ser adotada com a capacidade de carga das vias públicas envolvidas para o itinerário projetado, a fim de que sejam minimizados os danos a infraestrutura urbana, principalmente para os sistemas de drenagem, e para a arborização;

III) manutenção da frota de veículos adotada para o empreendimento especialmente com relação à manutenção da regulagem dos motores, a fim de minimizar a emissão de poluentes gasosos/particulados, ruídos e possíveis vazamentos de óleo sobre as vias públicas;

IV) previsão de possíveis interferências perigosas das obras com o trânsito;

V) consulta à CET-RIO e adoção das possíveis medidas de controle viário recomendadas pela referida companhia.

4 – Cobertura Vegetal

4.1. A Unidade Executora deverá atentar para as disposições da Resolução SMAC 093/01 no caso de haver necessidade de remoção da vegetação para a implantação das propostas e executar levantamento da vegetação a ser removida, nos casos em que for inevitável a sua supressão.

4 - Drenagem / Pavimentação

5.1. Considerando o aumento do escoamento superficial provocado pela impermeabilização do solo e objetivando garantir maior infiltração pluvial na área do empreendimento e consequentemente menores valores do coeficiente de escoamento superficial “runoff”, visando também minimizar o efeito de inundação para as áreas de cotas mais baixas, considerar conjuntamente o sistema de drenagem adotado, observando no projeto o seguinte aspecto:

- Implantação de pavimentação permeável ou semipermeável, sempre que possível, conjugado com sistemas de infiltração ao longo das vias;

O estabelecimento de tais medidas poderá contribuir também dentre outros aspectos para:

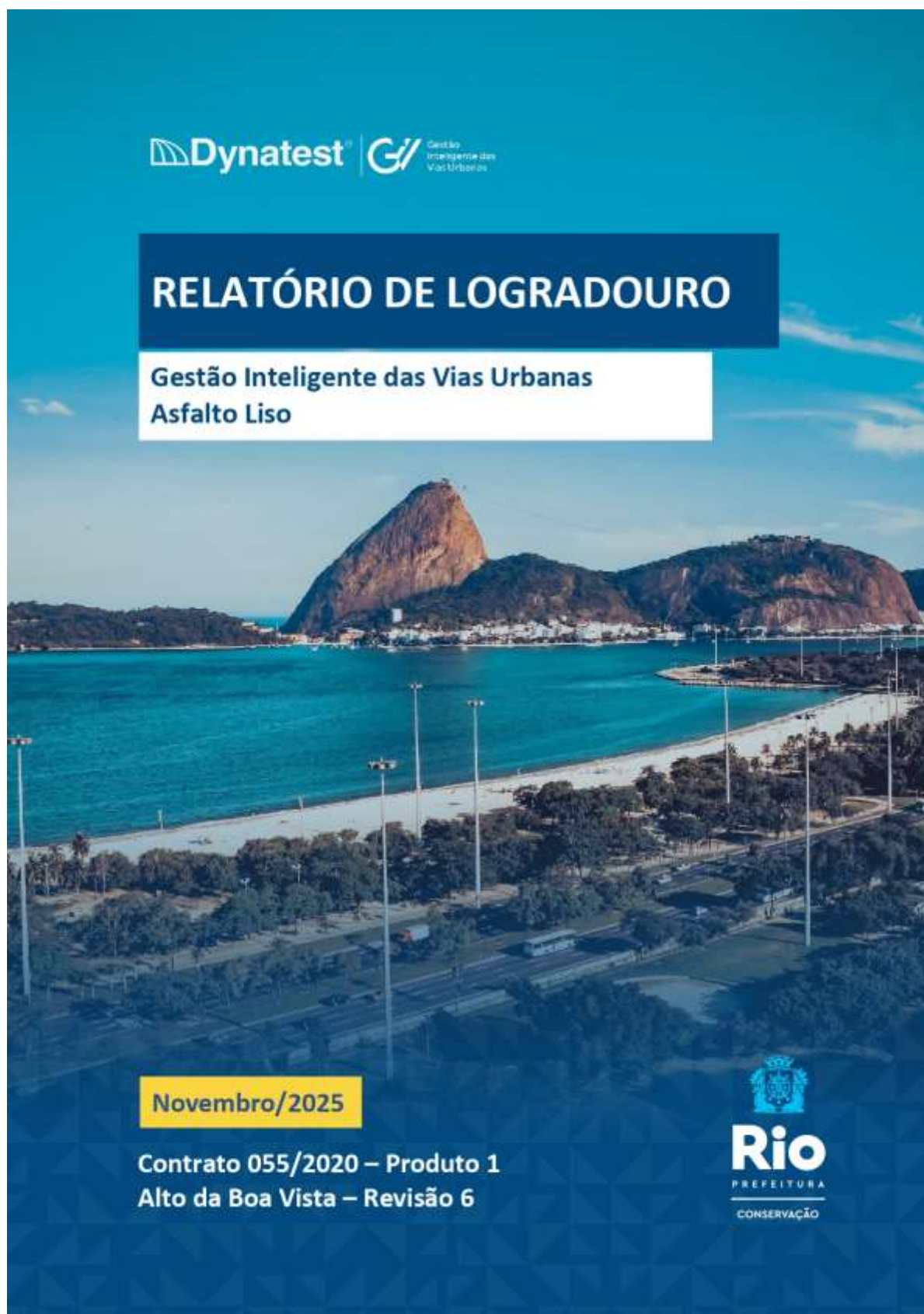
- Manutenção dos aquíferos subterrâneos;
- Maior conforto ambiental pela manutenção do microclima local.

6 - Medidas Complementares

6.1. Adotar medidas de comunicação social a fim de informar a população:

- I) sobre o Programa Rio Comunidade, especialmente para a área de intervenção e de seu entorno imediato;
- II) ações que possam evitar o lançamento de detritos nas vias públicas e nos corpos hídricos, quando existirem;
- III) adoção de placas de comunicação de advertência e orientação e número de telefone para contato da população (reclamações, orientações, etc.).

6.2. É de relevante importância a observação dos dispositivos contidos na legislação ambiental no âmbito federal, estadual e municipal quanto à proteção das faixas marginais dos corpos hídricos (FMP), das áreas frágeis de baixada e de encosta bem como da cobertura vegetal.



Apresentação

Neste relatório, a empresa **Dynatest Engenharia Ltda** apresenta a Gestão Inteligente das Vias através do **Relatório de Logradouros – Produto 01 – Alto da Boa Vista** que os levantamentos de defeitos, soluções de reabilitação das vias de acordo com o Catálogo de Soluções 02 e Unifilar Executivo são reunidos de forma a proporcionar as melhores intervenções nas vias do Município do Rio de Janeiro.

O **Relatório de Logradouro – Produto 01 – Alto da Boa Vista** está relacionado aos contratos de reabilitação da malha urbana vigentes no período de início de contrato.



SUMÁRIO

1	ALTO DA BOA VISTA	4
2	LEVANTAMENTO DE DEFEITOS	7
2.1	Sentido Estrada da Barra da Tijuca a Rua Cel. Aristarco Pessoa	7
2.2	Sentido Rua Cel. Aristarco Pessoa a Estrada da Barra da Tijuca	22
3	SOLUÇÕES PROPOSTAS	37
3.1	Asfalto-borracha	37
3.2	<i>Stress Absorbing Membrane Interlayer (SAMI)</i>	38
3.3	Mistura Open-Graded	40
3.4	Quantitativo e Unifilar de Solução	43
4	PROPOSTA DE INFRAESTRUTURA CICLOVIÁRIA	55
5	ESTIMATIVA DE QUANTIDADES	56

ANEXOS:

- Anexo 1 – Consolidado
- Anexo 2 – Memória de Cálculo

1 ALTO DA BOA VISTA

O Alto da Boa Vista interliga o bairro da Usina ao bairro do Itanhangá e fica localizado no Maciço da Tijuca. O bairro registra as menores temperaturas do município do Rio de Janeiro e registram volumes de precipitação elevados.

As vias que contemplam o projeto do Alto da Boa Vista são a Avenida Édison Passos, Estrada Velha da Tijuca, Estrada de Furnas, Rua Boa Vista e Rua Conde de Bonfim (Figura 1), somando 10,11 km de extensão, 20,22 km faixa, estimando, portanto, uma área de intervenção de cerca de 111.000 m².



Figura 1 - Localização das vias do Alto da Boa Vista

As vias do Alto da Boa Vista atualmente possuem algumas características que contribuem para a diminuição da segurança dos usuários e, conseqüentemente, no aumento dos riscos de acidentes, dentre eles:

- O pavimento de concreto das vias, que é antigo, possui uma grande quantidade de defeitos que comprometem a sua qualidade e segurança. (Figura 2);
- A geometria da via não é adequada e não atende aos requisitos de segurança (Figura 3);
- Os dispositivos de drenagem são muito antigos, se encontram muitas vezes deteriorados, não conseguindo atender efetivamente as suas funcionalidades (Figura 4);
- O microclima da região com alta umidade, especialmente no verão, contribui para a ocorrência de acidentes.

Portanto, o presente relatório tem como objetivo propor soluções para aumentar a trafegabilidade da via e a segurança dos usuários, de forma que as intervenções tragam maior economicidade ao erário e, também, não prejudiquem o tráfego da região.



Figura 2 - Defeitos no pavimento de concreto



Figura 3 - Curvas acentuadas



Figura 4 - Dispositivo de drenagem com manutenção inadequada

2 LEVANTAMENTO DE DEFEITOS

O levantamento de defeitos foi realizado pelo equipamento PavScanner, em que há o escaneamento a laser da superfície da via, gerando um inventário de todos os defeitos funcionais, como trincas, afundamento de trilha de roda. Além disso, é possível realizar o cálculo da irregularidade longitudinal (IRI).

2.1 Sentido Estrada da Barra da Tijuca a Rua Cel Aristarco Pessoa.

Levantamento Pavement Scanner

As coordenadas de início e fim do Alto da Boa Vista são dadas pela Tabela 1

Tabela 1 - Coordenadas Iniciais e Finais do trecho

km Inicial	Km Final	Início (lat)	Início (long)	Fim (lat)	Fim (long)
0,000	10,111	-22,98740965	-43,3019172	-22,94630833	-43,25773764

A Figura 5 mostra a porcentagem da via que apresenta defeitos:

LD - Área | Alto da Boa Vista| Defeitos da superfície



Figura 5 - Porcentagem de Área com Defeitos

Na Tabela 2 abaixo são descritas a área de ocorrência das patologias desmembradas em trechos de 1 km e o somatório das áreas com defeitos.



Tabela 2 - Áreas de ocorrência de defeitos

Local: Alto da Boa Vista				Trincheiras Substituídas FC-1		Trincheiras Substituídas FC-2 e FC-3		J e JE	Revestimento	Alindamento	Desagregação	Fôrma	Exatidão	Declividade	Desapicamento	Exatidão de Medida	Ondulação	TSE e TB
Ponto: Dupla																		
Sentido: Rua Cel. Aristarco Pessoa																		
km Inicial	km Final	Ext. (m)	Área Total	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)
0,000	1,000	1,000	3,600	82	0	582	0	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1,000	2,000	1,000	3,600	90	38	254	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2,000	3,000	1,000	3,600	43	38	34	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3,000	4,000	1,000	3,600	217	88	53	0	28	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4,000	5,000	1,000	3,600	83	262	388	0	18	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5,000	6,000	1,000	3,600	35	0	810	0	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6,000	7,000	1,000	3,600	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Dynatest

8



Local: Alto da Boa Vista				Trincheiras Substituídas FC-1		Trincheiras Substituídas FC-2 e FC-3		J e JE	Revestimento	Alindamento	Desagregação	Fôrma	Exatidão	Declividade	Desapicamento	Exatidão de Medida	Ondulação	TSE e TB
Ponto: Dupla																		
Sentido: Rua Cel. Aristarco Pessoa																		
km Inicial	km Final	Ext. (m)	Área Total	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)
7,000	8,000	1,000	3,600	30	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8,000	9,000	1,000	3,600	30	115	90	0	16	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9,000	10,000	1,000	3,600	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10,000	10,112	112	403	8	0	32	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total Área (m²)				622	541	2245	0	88	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Dynatest

9

IRI (Irregularidade Longitudinal):



Figura 6 - IRI ao longo do trecho

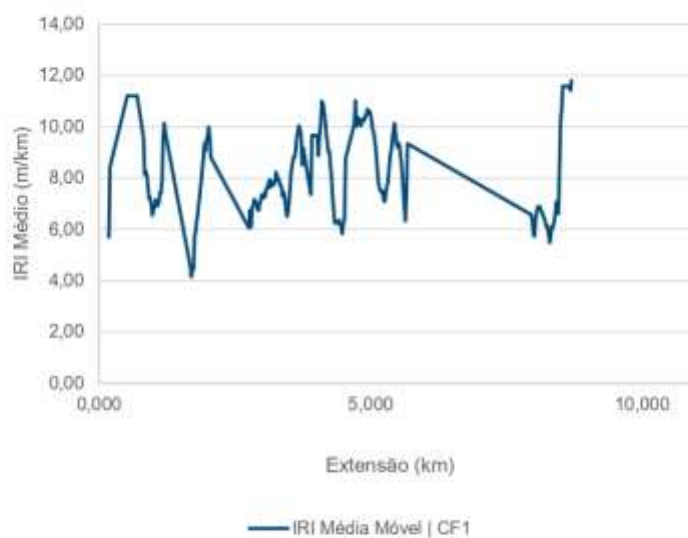


Figura 7 - IRI por faixa



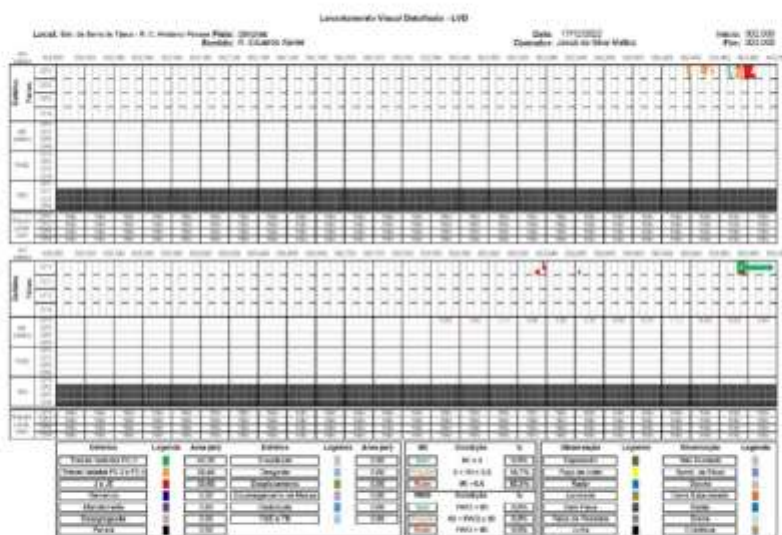


Figura 10 - Levantamento de Defeitos (LD) do trecho entre 2 e 3 Km

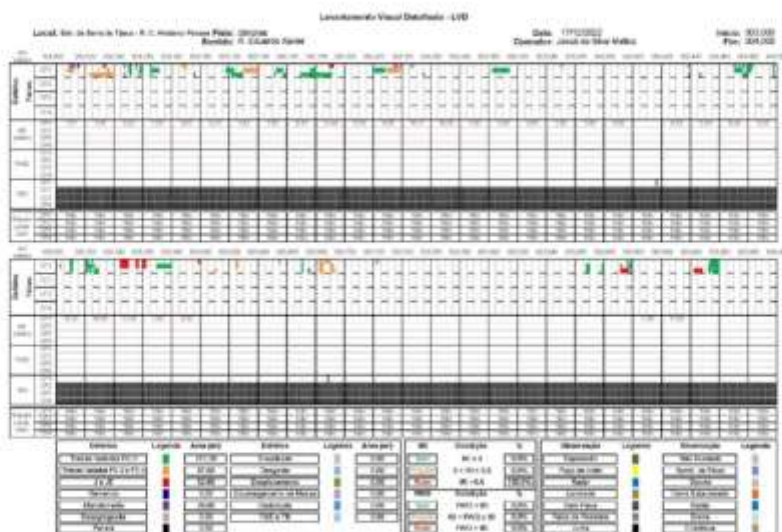


Figura 11 - Levantamento de Defeitos (LD) do trecho entre 3 e 4 Km

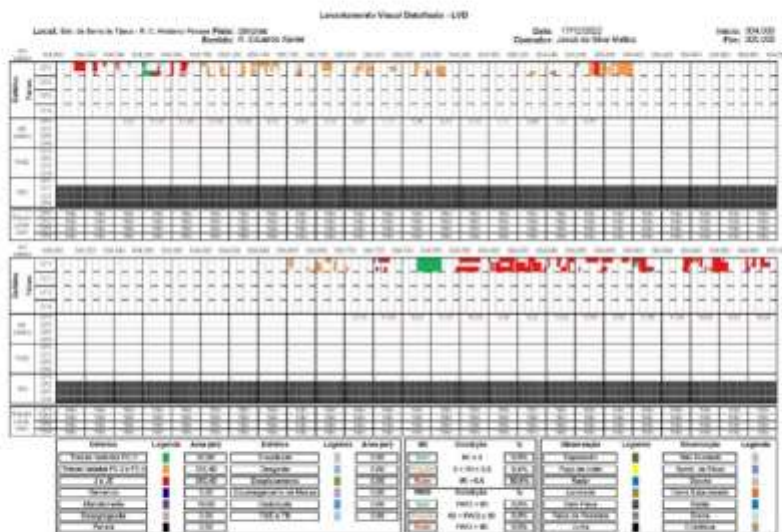


Figura 12 - Levantamento de Defeitos (LD) do trecho entre 4 e 5 Km

Dynatest

15

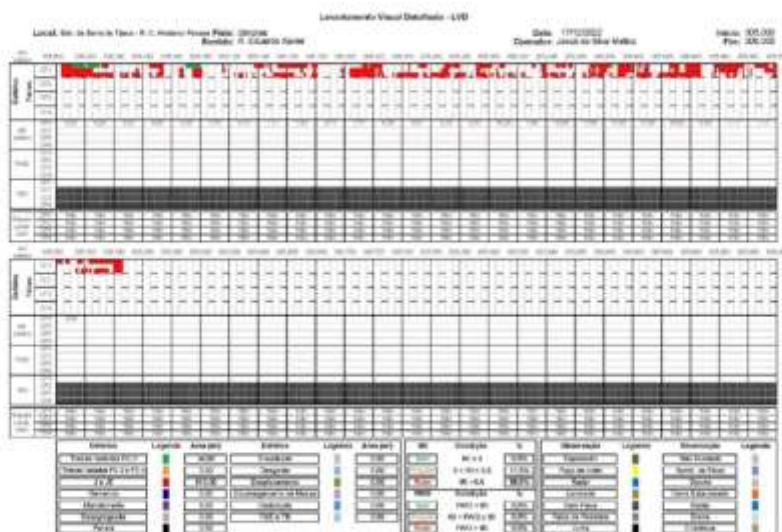


Figura 13 - Levantamento de Defeitos (LD) do trecho entre 5 e 6 Km

Dynatest

16







2.2 Sentido Rua Cel. Aristarco Pessoa a Estrada da Barra da Tijuca

Levantamento Pavement Scanner

As coordenadas de início e fim são dadas pela Tabela 4.

Tabela 3 - Coordenadas Iniciais e Finais do trecho

Km Inicial	Km Final	Início (lat)	Início (long)	Fim (lat)	Fim (long)
0,000	10,113	-22,94634212	-43,25764444	-22,98710719	-43,30212281

A Figura 19 mostra a porcentagem da via que apresenta defeitos:

LD - Área | Alto da Boa Vista | Defeitos da superfície

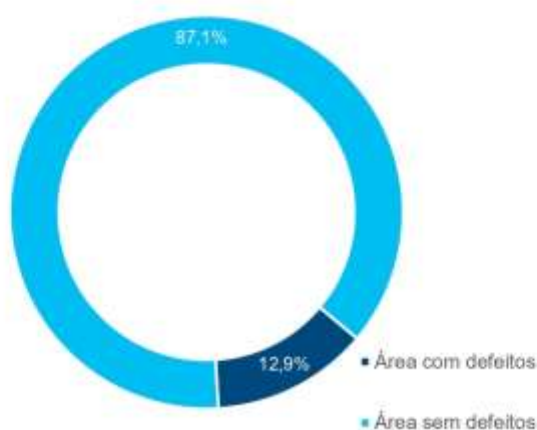


Figura 19 - Porcentagem de Área com Defeitos

Na Tabela 5 abaixo são descritas a área de ocorrência das patologias desmembradas em trechos de 1 km e o somatório das áreas com defeitos.

Tabela 4 - Áreas de ocorrência de defeitos

Local: Alto da Boa Vista				Trincas Subidas FC-1		Trincas Subidas FC-2 e FC-3		J e JE	Rancho	Alindamento	Desagregação	Fenda	Exatidão	Desgaste	Desaparelhamento	Exporcamento de Massa	Ondulação	TSE e TB
Ponto: Dupla																		
Sentido: Estrada da Barrada Tijuca																		
km Inicial	km Final	Ext. (m)	Área Total	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)
0,000	1,000	1,000	3,600	47	12	22	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1,000	2,000	1,000	3,600	0	55	136	0	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2,000	3,000	1,000	3,600	5	235	24	0	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3,000	4,000	1,000	3,600	29	254	43	0	25	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0
4,000	5,000	1,000	3,600	240	482	428	0	38	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0
5,000	6,000	1,000	3,600	160	221	425	0	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6,000	7,000	1,000	3,600	241	140	58	0	11	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0

Local: Alto da Boa Vista				Trincas Subidas FC-1		Trincas Subidas FC-2 e FC-3		J e JE	Rancho	Alindamento	Desagregação	Fenda	Exatidão	Desgaste	Desaparelhamento	Exporcamento de Massa	Ondulação	TSE e TB
Ponto: Dupla																		
Sentido: Estrada da Barrada Tijuca																		
km Inicial	km Final	Ext. (m)	Área Total	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)
7,000	8,000	1,000	3,600	55	209	180	0	12	0	0	0	0	0	12	0	0	0	0
8,000	9,000	1,000	3,600	84	48	88	0	14	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0
9,000	10,000	1,000	3,600	44	344	168	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10,000	10,114	114	410	12	1	64	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total Área (m²)				917	2003	1633	0	126	0	1	0	0	0	24	0	0	0	0

IRI (Irregularidade Longitudinal):

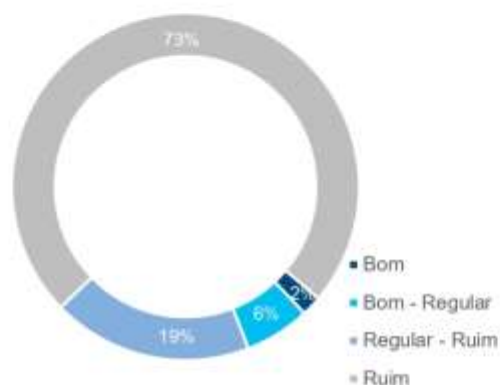


Figura 20 - IRI ao longo do trecho

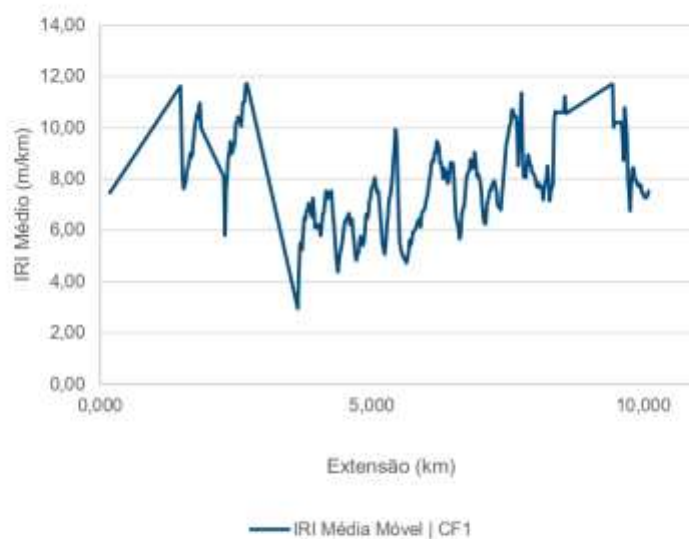
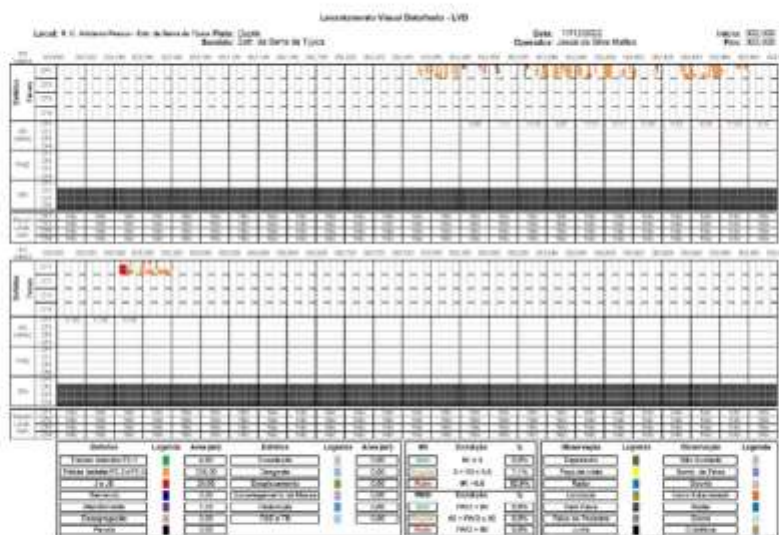


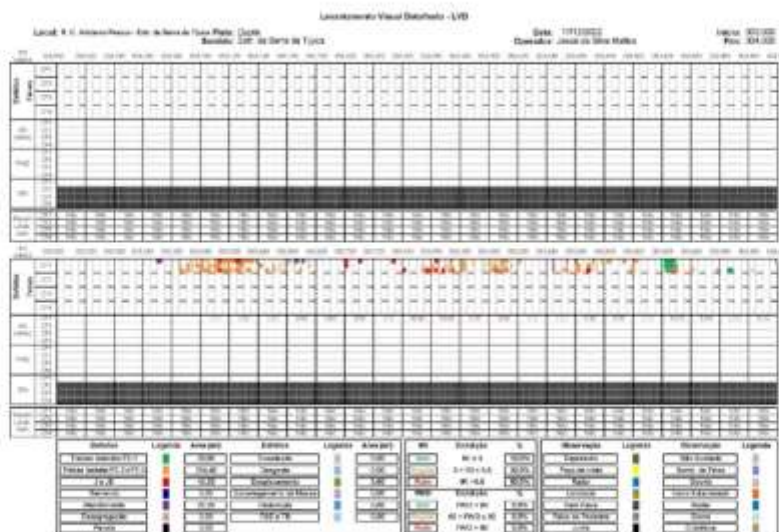
Figura 21 - IRI por faixa





Dynatest

28



Dynatest

29

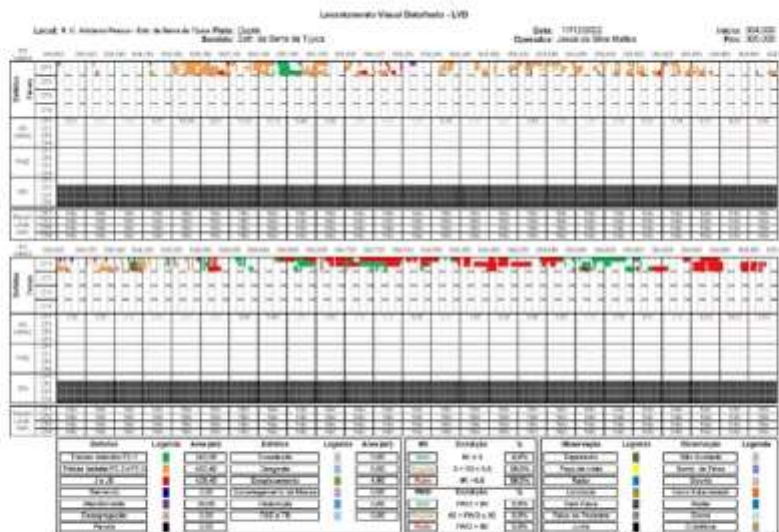


Figura 26 - Levantamento de Defeitos (LD) do trecho entre 4 e 5 Km

Dynatest

30

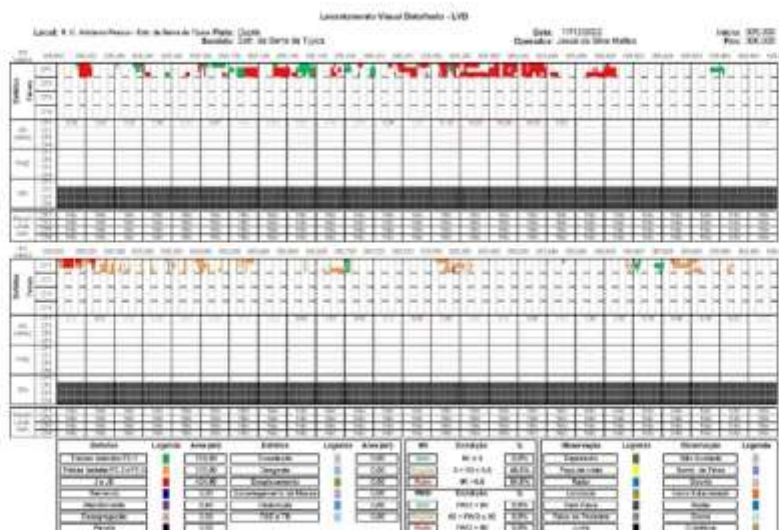


Figura 27 - Levantamento de Defeitos (LD) do trecho entre 5 e 6 Km

Dynatest

31

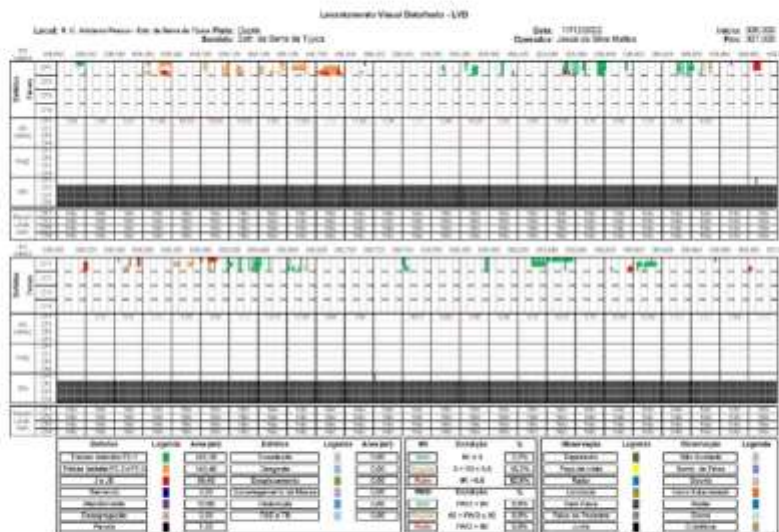


Figura 28 - Levantamento de Defeitos (LD) do trecho entre 6 e 7 Km

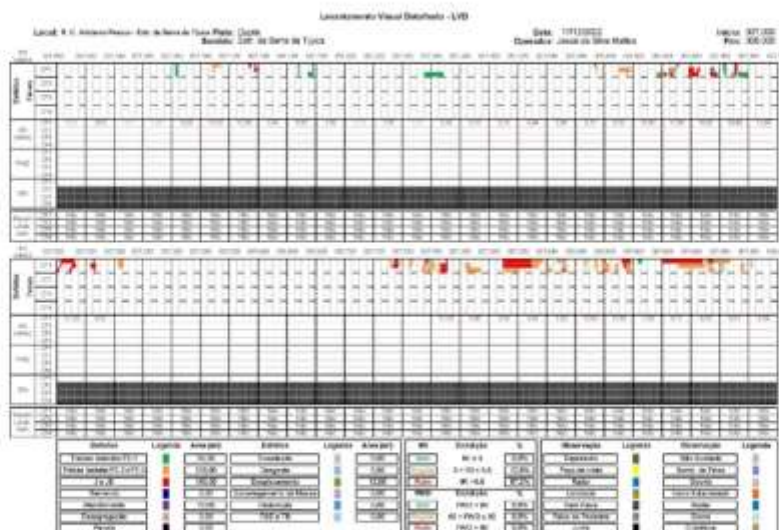


Figura 29 - Levantamento de Defeitos (LD) do trecho entre 7 e 8 Km

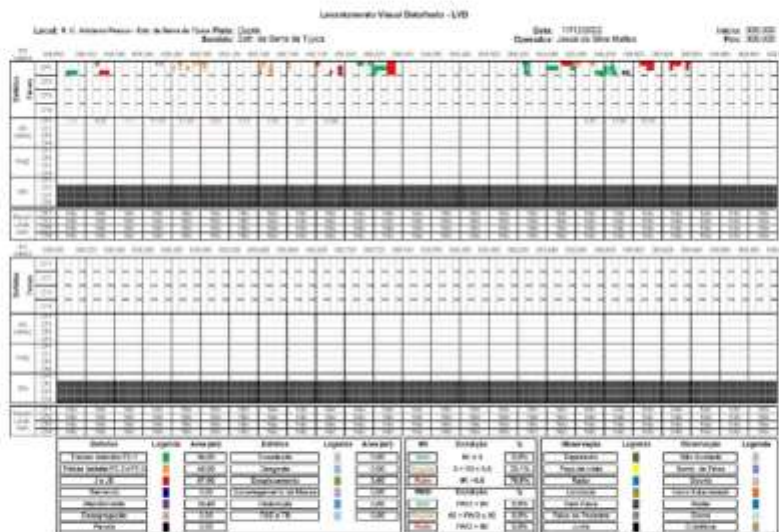


Figura 30 - Levantamento de Defeitos (LD) do trecho entre 8 e 9 Km

Dynatest

34

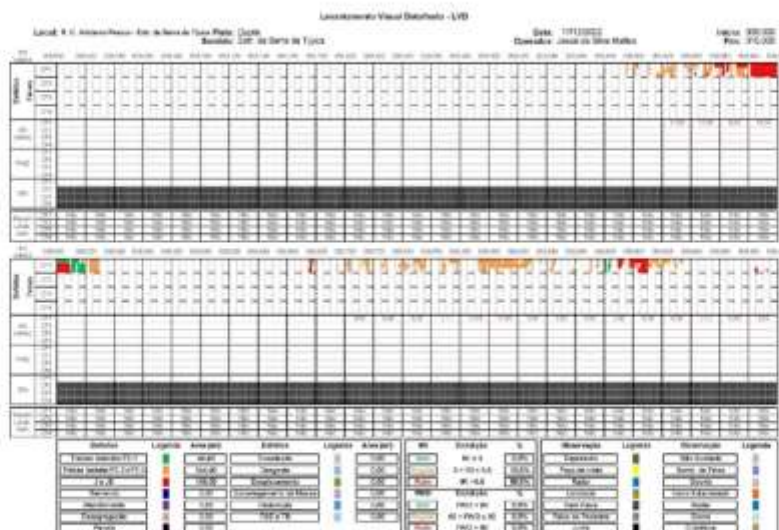


Figura 31 - Levantamento de Defeitos (LD) do trecho entre 9 e 10 Km

Dynatest

35



3 SOLUÇÕES PROPOSTAS

As soluções propostas para o Alto da Boa Vista foram dadas pela seção transversal apresentada pela Figura 33. Foram escolhidas as misturas asfálticas do tipo SAMI (*Stress Absorbing Membrane Interlayer*) e *Open-Graded* com asfalto-borracha.



Figura 33 - Seção transversal das soluções propostas

3.1 Asfalto-borracha

O ligante asfáltico **AB-22** será adotado nas soluções propostas como **cimento asfáltico modificado por borracha de pneus inservíveis**, produzido pelo processo **via úmida do tipo Terminal Blending**, em conformidade com a **DNIT 111/2009-EM**. Trata-se de um ligante de **alta viscosidade e comportamento elastomérico**, obtido pela incorporação controlada de borracha molda ao CAP, resultando em material homogêneo, com estabilidade à estocagem e compatível com as condições usuais de produção, transporte e aplicação em obras rodoviárias. A norma enquadra o AB-22 como um ligante com elevada estrutura interna quando comparado aos ligantes convencionais, refletida em parâmetros reológicos e mecânicos que conferem maior robustez às soluções adotadas.

Do ponto de vista reológico, o AB-22 apresenta **viscosidade Brookfield entre 2.200 e 4.000 cP a 175 °C**, **ponto de amolecimento mínimo de 57 °C** e **recuperação elástica mínima de 55%**, mantendo integralmente essa propriedade após o envelhecimento de curto prazo (RTFOT). Esses requisitos normativos caracterizam um ligante **com elevada resistência à deformação permanente**, maior capacidade de dissipação de tensões e melhor desempenho sob solicitações repetidas do tráfego.

Características	Unid.	AB 22	Método de ensaio
Penetração, 110g, 5s, 25°C	0,1 mm	30-70	DNER ME 003/99
Ponto de Amolecimento, min, °C	°C	57	DNER ME 247/94

Características	Unid.	AB 22	Método de ensaio
Viscosidade Brookfield, 175°C, 20rpm, Spindle 3	cP	2200-4000	NBR 15529
Ponto de Fulgor, min	°C	235	DNER ME 148/94
Recuperação Elástica Ductilômetro, 25°C, 10c, min	%	55	NBR 15086:2006
Estabilidade à estocagem, máx	°C	9	DNER ME 384/99
Efeito do calor e do ar (RTFOT) a 163°C:			
- Variação em massa, máx.	%	1	NBR 15235:2006
- Variação do Ponto de Amolecimento, máx.	°C	10	DNER ME 247/94
- Porcentagem de Penetração Original, min.	%	55	DNER ME 003/99
- Porcentagem da Recuperação Elástica Original, 25°C, 10 cm, min.	%	100	NBR 15086:2006

Em função dessas características, o **AB-22** mostra-se tecnicamente adequado para emprego em camadas do tipo **SAMI (Stress Absorbing Membrane Interlayer)** e em misturas **Open Graded**. Na aplicação como SAMI, o comportamento elastomérico e a elevada recuperação elástica favorecem a absorção e redistribuição de tensões, contribuindo para a mitigação da reflexão de trincas provenientes das camadas inferiores. Em misturas **Open Graded**, a alta viscosidade do ligante proporciona maior aderência e retenção do ligante nos agregados, reduzindo riscos de escorrimento, aumentando a coesão da mistura e contribuindo para a durabilidade do revestimento.

3.2 Stress Absorbing Membrane Interlayer (SAMI)

A metodologia proposta para execução da camada SAMI está fundamentada nos critérios e procedimentos estabelecidos pela **Instrução Técnica nº 68/2015 do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio de Janeiro (DER-RJ)**, que dispõe sobre a execução de membranas SAMI com asfalto-borracha. A solução consiste na aplicação de uma membrana asfáltica intermediária composta por ligante asfalto-borracha de alta viscosidade e agregados graúdos de granulometria uniforme, destinada à absorção de tensões e ao retardamento da propagação de trincas por fadiga oriundas das camadas inferiores do pavimento. A Figura 34 apresenta um esquema de utilização desta camada.

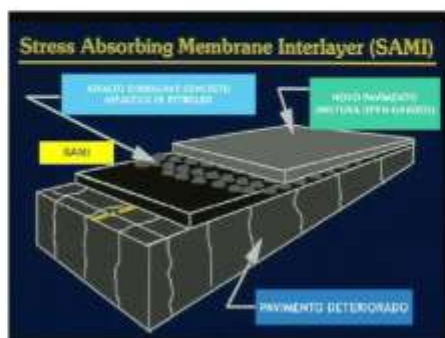


Figura 34 - Esquema de como se utiliza a camada SAMI

Para a execução da camada SAMI será utilizado cimento **asfáltico modificado com borracha do tipo CAP AB-22**, o qual atende aos critérios técnicos de desempenho estabelecidos pela **IT DER-RJ nº 68/2015**.

A aplicação do ligante será executada por **carro espargidor**, sendo o serviço realizado em **duas camadas** sucessivas. Na primeira camada, o ligante será aplicado à taxa de **1,4 L/m²**, enquanto na segunda camada a taxa de aplicação será de **1,3 L/m²**, totalizando **2,7 L/m²**, admitida variação operacional dentro dos limites estabelecidos.

$$2,7 \text{ L/m}^2 (\pm 0,4 \text{ L/m}^2)$$

Imediatamente após a aplicação de cada camada de ligante quente, proceder-se-á ao espalhamento dos **agregados**, de forma contínua. Os **agregados graúdos** serão 100% britados, enquadrados na **faixa granulométrica A**, atendendo aos limites de índice de forma, durabilidade e desgaste estabelecidos na Tabela 5. A **taxa total de aplicação dos agregados será de 30 kg/m²**, distribuída conforme o sequenciamento das camadas, assegurando distribuição uniforme e adequada ancoragem no ligante.

Tabela 5 - Propriedades físicas dos agregados

Porcentagem de material britado	100%
Coefficiente de polimento acelerado mínimo	0,50
Índices de lamelação e alongamento, máximos (ou similar)	25%
Adesividade do agregado/betume puro mínima	Boa

A granulometria adotada manterá caráter uniforme, atendendo integralmente à faixa definida na **Tabela 6**. Após o espalhamento, será realizada a acomodação dos agregados por rolos de pneus, sem fragmentação do material, até obtenção da textura especificada.

Tabela 6 - Granulometria das membranas SAMI (Fonte: RPA/DER/Caltrans/ADOT)

Aberturas das malhas de peneiras ASTM	Dimensão nominal – Faixa B (mm)
26,5 mm	100
19,00 mm	85 – 100
13,20 mm	0 – 30
9,50 mm	0 – 5
6,70 mm	
4,75 MM	
Quantidade de Finos (% que passa 0,425 mm) (máx)	0,5
Grau de Limpeza (% que passa 0,075 mm) (máx)	0,5

Após o espalhamento, será realizada a acomodação dos agregados por rolos de pneus, sem fragmentação do material. A liberação ao tráfego somente ocorrerá após o resfriamento da camada até aproximadamente **55 °C**, assegurada a retenção dos agregados pelo ligante.

3.3 Mistura Open-Graded

A camada Open-Graded deverá ser composta por mistura asfáltica de graduação aberta, projetada para proporcionar elevada macrotextura superficial e drenagem melhorada, contribuindo para a redução da lâmina d'água na superfície do pavimento e para o aumento da segurança viária. O desempenho funcional dessa camada está diretamente associado à qualidade dos agregados empregados, à adequada definição da curva granulométrica e às condições de produção e compactação da mistura.

Conforme recomendações da *Federal Highway Administration* (FHWA), não deverão ser utilizados, na fração graúda da mistura, definida como o material retido na peneira nº 8 (2,36 mm), agregados reconhecidamente suscetíveis ao polimento. A fração graúda dos agregados deverá apresentar grau de angularidade adequada, assegurando adequado intertravamento entre partículas.

Um dos requisitos básicos da mistura Open-Graded é que, após a compactação, a camada apresente capacidade de vazios suficiente para atuar como auxílio de drenagem da água durante eventos de chuva, devendo esses vazios ser capazes de conduzir precipitações usuais sem ocorrência de alagamentos. Essa propriedade é controlada predominantemente pela compactabilidade da fração graúda, a qual está diretamente relacionada à forma das partículas e ao número de faces fraturadas. Os vazios devem ser suficientemente grandes para acomodar o volume total de ligante asfáltico e de agregado miúdo, preservando, ainda assim, um volume adequado de vazios na mistura final. Conforme procedimento adotado pela



FHWA, considera-se 15% de vazios de projeto como valor mínimo para misturas Open-Graded.

A durabilidade dos agregados será verificada por meio do ensaio de abrasão Los Angeles, conforme AASHTO T 96, sendo admitida perda máxima de 40%. Esse limite, amplamente aceito pelos órgãos rodoviários estaduais, é considerado adequado para misturas Open-Graded, conciliando resistência ao desgaste e desempenho funcional.

A obtenção das características desejadas de macrotextura e drenagem interna depende principalmente da graduação da mistura. Embora em alguns casos venha sendo avaliada a utilização de agregados com dimensão máxima nominal de 1/2" (13 mm), a prática predominante é o emprego de agregados com dimensão máxima nominal de 3/8" (9,5 mm), admitindo-se, conforme critérios do projeto.

A faixa granulométrica recomendada para a mistura Open-Graded está apresentada na tabela a seguir, expressa em percentuais passantes em massa:

Tabela 7: Granulometria sugerida pela AASHTO

Peneira	Abertura	Percentual Passante (%)
1/2"	12,5 mm	100
3/8"	9,5 mm	95 – 100
Nº 4	4,75 mm	30 – 50
Nº 8	2,36 mm	5 – 15
Nº 200	0,075 mm	2 – 5

As condições de produção da mistura devem assegurar adequado recobrimento dos agregados e estabilidade durante o transporte e a aplicação. A temperatura ótima de mistura deverá ser definida de modo que os agregados estejam suficientemente secos para favorecer a adesão do ligante, sem que a temperatura seja excessiva a ponto de reduzir demasiadamente a viscosidade do ligante asfáltico, o que poderia provocar escorrimento do ligante e segregação da mistura durante o transporte entre a usina e o local de aplicação. Segundo recomendações da FHWA, a temperatura de mistura deverá ser aquela que proporcione viscosidade do ligante asfáltico na faixa de 700 a 900 centistokes (7 a 9 cm²/s).

Essa combinação de requisitos granulométricos, volumétricos e de produção visa assegurar o desempenho hidráulico, funcional e estrutural da camada Open-Graded ao longo de sua vida útil.

3.4 Substituição de placas de concreto

A substituição de placas de concreto será adotada nos trechos em que as manifestações patológicas indiquem **comprometimento estrutural da placa e/ou perda de capacidade de suporte do sistema de fundação**, conforme critérios estabelecidos no **Manual de**



Pavimentos Rígidos do DNIT. Enquadram-se nessa condição placas com fissuração severa e interligada, quebras de canto, escalonamentos elevados, falhas associadas a bombeamento, perda de apoio, infiltração de água ou degradação da sub-base, bem como aquelas em que intervenções superficiais ou reparos localizados não sejam suficientes para garantir o desempenho estrutural e funcional do pavimento ao longo da vida de projeto. A decisão pela substituição considera ainda a extensão do dano, sua recorrência e o impacto na segurança e no conforto dos usuários.

A solução proposta consiste na **remoção integral das placas danificadas**, com tratamento adequado da fundação e reconstrução do pavimento rígido, de modo a restabelecer a capacidade estrutural do trecho e assegurar a continuidade do comportamento mecânico do sistema. O projeto prevê o **reforço do subleito por meio da execução de uma camada de 15 cm de brita graduada simples (BGS)**, devidamente compactada, destinada a regularizar o suporte. Sobre essa camada será executado o novo pavimento rígido, com placas de concreto de cimento Portland com espessura de 35 cm, compatível com as solicitações de tráfego previstas.



3.5 Quantitativo e Unifilar de Solução

Unifilar Executivo (UE)

Para elaboração do Unifilar Executivo (UE), foram designadas intervenções para todo o trecho da via a partir do contrato vigente de execução do pavimento. Para o próximo ano, só serão aplicadas soluções no trecho que apresentarem defeitos.

Nas Tabela 8, Tabela 9 e Tabela 10 são especificados os quantitativos e soluções para a via:

Tabela 8 - Quantitativos de Soluções

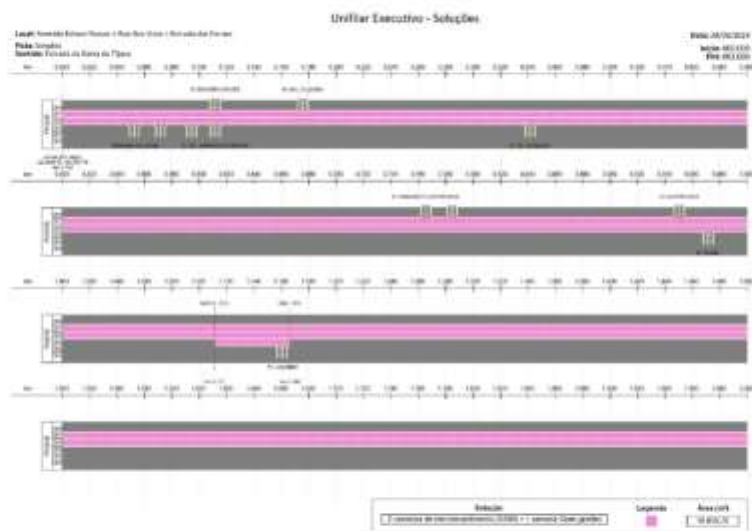
Local:	Avenida Édison Passos + Rua Boa Vista + Estrada das Furnas			2 Camada SAMI + 1 camada de open-graded	Fresagem de 5cm + 2 camadas de SAMI + 1 camada de open-graded
Sentido:	Estrada da Barra da Tijuca				
km Inicial	km Final	Extensão total de faixas (m)	Área Total	(m²)	
0,000	2,000	4.055,30	18.855,75	17.253,02	-
2,000	4,000	4.000,00	18.600,00	17.019,01	-
4,000	6,000	4.212,15	19.085,50	13.024,65	6.060,85
6,000	8,000	4.000,00	18.600,00	17.019,01	-
8,000	10,000	4.099,83	19.051,05	17.431,72	-
10,000	10,103	220,00	1.804,20	1.804,20	-
Total Área (m²)			95.996,50	89.935,65	6.060,85



Figura 35 - Croqui Soluções Avenida Édison Passos + Rua Boa Vista + Estrada das Furnas

No Anexo 2, encontram-se as Memórias de Cálculo da Matriz de Soluções.

Os resultados são apresentados a seguir.





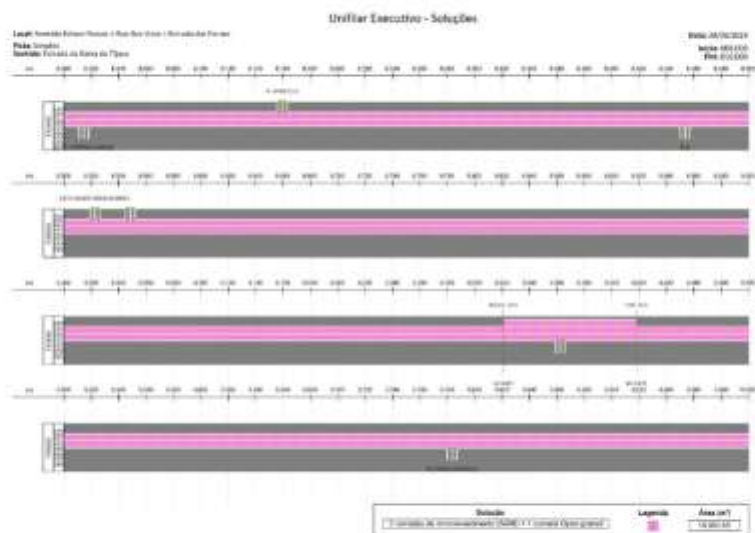


Figura 40 - Unifilar Executivo (UE) do trecho entre 8 e 10 Km

Dynatest

49

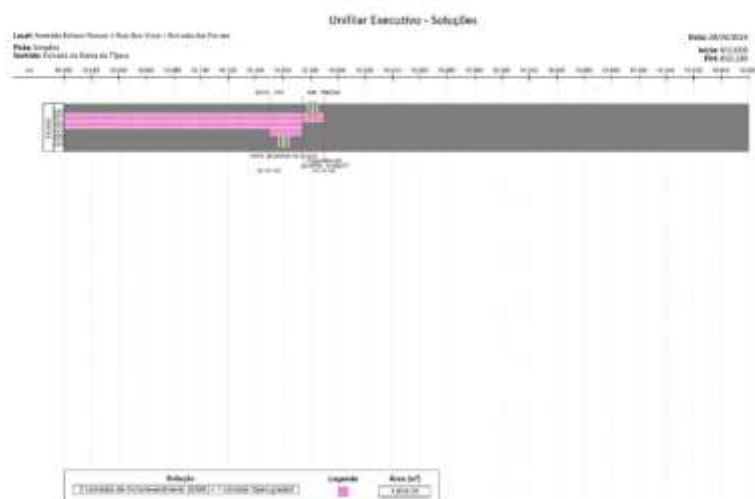


Figura 41 - Unifilar Executivo (UE) do trecho entre 10 e 10,190 Km

Dynatest

50

Tabela 9 - Quantitativos de Soluções

Local:	Estrada Velha da Tijuca + Rua Conde de Bonfim			Fresagem de 5cm + 2 camadas de SAMI + 1 camada de open-graded	
Sentido:	Rua São Rafael				
km Inicial	km Final	Extensão total de faixas (m)		Área Total	
0,000	0,938	1,160,00		9.824,00	9.824,00
Total Área (m²)				9.824,00	9.824,00



Figura 42 – Croqui Soluções Estrada Velha da Tijuca + Rua Conde de Bonfim



Tabela 10 - Quantitativos de Soluções

Local:	Estrada Velha da Tijuca			Fresagem de 5cm + 2 camadas de SAMI + 1 camada de open-graded	
Sentido:	Avenida Edison Passos				
km Inicial	km Final	Extensão total de faixas (m)		Área Total	
0,000	0,545	0,545		5.242,95	5.242,95
Total Área (m²)				5.242,95	5.242,95



Figura 44 – Croqui Soluções Estrada Velha da Tijuca + Rua Conde de Bonfim



4 PROPOSTA DE INFRAESTRUTURA CICLOVIÁRIA

O presente relatório propõe a implantação de infraestrutura cicloviária no bairro do Alto da Boa Vista, abrangendo a Avenida Édison Passos, a Estrada da Furnas, a Rua Boa Vista, a Estrada Velha da Tijuca e a Travessa Jacamim. O traçado principal contempla **ciclovia e ciclorrota ao longo dos 4.750 metros da Avenida Édison Passos, ciclorrota nos 4.700 metros da Estrada da Furnas e nos 750 metros da Rua Boa Vista, além de ciclofaixa nos 560 metros correspondentes à Estrada Velha da Tijuca e à Travessa Jacamim, conforme a Figura 46.**



Figura 46 - Infraestrutura cicloviária

O desenvolvimento do projeto foi conduzido em conformidade com o Caderno de Instruções para Elaboração, Apresentação e Aprovação de Projetos Geométricos Viários Urbanos e com as normas técnicas e diretrizes da CET-Rio, assegurando aderência aos padrões de projeto e à regulamentação municipal.

5 ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

O levantamento das quantidades dos serviços a serem executados nas ruas que compõem o Alto da Boa Vista, que são a Avenida Edison Passos, a Estrada Velha da Tijuca, a Estrada de Furnas e a Rua Boa Vista, foi elaborado com base no catálogo de itens do SCO-RIO.

Os serviços a serem executados consideraram a recuperação do pavimento rígido existente, que apresenta trincas, fissuras e desgaste superficial e a implantação de infraestrutura cicloviária.

A solução adotada para a recuperação do pavimento rígido consiste na aplicação de duas camadas de SAMI (stress absorbing membrane interlayer), que é um composto impermeabilizante e flexível, e a camada de revestimento foi uma mistura open-graded com asfalto-borracha, que é uma mistura porosa e resistente à fadiga e ao envelhecimento. Para as placas apresentarem defeitos irreversíveis, será adotado a remoção integral das placas danificadas.

O levantamento estimou as quantidades de serviços de engenharia, uso de equipamentos e mão de obra necessários para a execução. Em anexo, encontram-se o levantamento de quantidades consolidado e a memória de cálculo.

ANEXO 1

Consolidado



CONSOLIDADO				
Planos de Execução				
RUA DUAS CORDEIRAS				
ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
37	SP 08.06.0100 (A)	Concreto lastreado armado e guarte, por e concreto de revestimento, de acordo com as especificações da PCRL, inclusive transporte de obra para a pista e espalhamento da mistura.(desmembrado)	m	2.757,17
38	SP 08.06.0300 (A)	Esparçamento com cimento Portland e areia e compactação mecânica de qualquer tipo de concreto armado e concreto de guarte, de acordo com as especificações da PCRL.(desmembrado)	m	2.757,17
39	SC 04.10.0300 (S)	Demolição, com equipamento de se rompimento, de placa ou pavimento de concreto armado, inclusive afastamento lateral dentro do alinhamento de bordas.(desmembrado)	m2	1.275,00
40	MT 04.08.0000 (C)	Escavação manual em material de 1ª categoria, a céu aberto, até 0,20m de profundidade com remoção até 1 dia.(desmembrado)	m3	30,40
41	MT 08.08.0000 (S)	Escavação mecânica, em material de 1ª categoria (pedra, argila ou guarte), utilizando betão (desmembrado)	m3	384,00
42	SP 04.06.0200 (S)	Base de trilha graduada, inclusive fornecimento de materiais, inclusive transporte de concreto para a pista, inclusive após compactação.(desmembrado)	m3	462,00
43	SP 08.10.0000 (A)	Forma de concreto, armada com ferro de diâmetros, para pavimento de placas de concreto, com fim de profundidade, comota e coroa, inclusive fornecimento e fôrmas de aço e de alumínio.(desmembrado)	m	6.880,40
44	ET 06.06.0100 (A)	Folha de aço soldado Terno Q-138 ou similar, com malha de 20x10cm, GA-65, com diâmetro de 4,2mm e 2,2kg/m2. Fornecimento.(desmembrado)	m2	0.000,00
45	ET 06.06.0200 (S)	Folha de aço Terno ou similar. Colocação.(desmembrado)	m2	0.000,00

CONSOLIDADO				
Planos de Execução				
RUA DUAS CORDEIRAS				
ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
46	ET 06.06.0100 (S)	Aço CR-25 para lajeada de concreto, redeado, sem rebordo ou fôrma, suficiente conformação mínima (adefinida) igual a 1, diâmetro igual a 25mm. Fornecimento, inclusive 10% de perdas e ename.(desmembrado)	kg	5.834,40
47	ET 06.10.0000 (S)	Forma, moldagem, montagem e colocação de fôrmas nas fôrmas, aço CR-25, fôrma redeada com diâmetro maior ou igual a 25mm.(desmembrado)	kg	5.834,40
48	TC 06.06.0100 (S)	Revestimento de concreto final de material base, proveniente de escavação em geral, em local adequado e beneficiado por dígito ambiental competente, conforme legislação vigente. (desmembrado)	m	000,00
49	SC 10.06.0200 (S)	Preparo e manual de betão, compreendendo afofo, compactação e acabamento até 0,20m de profundidade e acabamento lateral do material escavado.(desmembrado)	m3	10.000,00
50	SP 08.10.0000 (S)	Pavimentação rígida em concreto armado PCRL-20MPa, comota com rede de ferro armado sintético, com acabamento de superfície (desmembrado e laminado), espessura de 10cm, pontos esquadra a cada 1,5m, providenciado com rebordo de concreto, fôrma plástica de profundidade de 0,20m, e comota regularizada de por do lado compactado transverso, para lajeada com rede de aço e proteção com concreto de 10cm de espessura, para proteção de pavimento de concreto, inclusive preparo do betão.(desmembrado)	m2	0.000,00
51	SP 10.10.0000 (S)	Concreto de concreto simples, com areia de 0,075mm, malhada no local, inclusive escavação e material.(desmembrado)	m	0.000,00
52	SP 04.06.0100 (A)	Canal de concreto (cortado) de por do lado, espalhado e compactado mecanicamente, incluído após compactado.(desmembrado)	m3	475,00
53	ET 06.06.0000 (S)	Lona de polietileno (alta tenacidade) com espessura de 0,20mm para impermeabilização de solo, incluído para área coberta. Fornecimento e colocação, inclusive com pontos e transpassos.(desmembrado)	m2	0.000,00
54	ET 06.10.0000 (S)	Concreto lastreado, 100% BPPa, compreendendo a fornecimento de concreto transportado de obra, colocação nas fôrmas, espalhamento, adensamento mecânico e acabamento.(desmembrado)	m3	300,00

CONSOLIDADO				
Prato de Execução				
RUA LUIS CORREIO				
ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
85	03 14.05.0808 (0)	Isolante de látex de alta resistência, à prova d'água, com comportamento de barreira contra a passagem de vapor de água e vapor de água. (Desonerado)	m	6.353,05
86	RJ 08.13.0180 (A)	Ponto de grama em passeio, tipo São Carlos, bitola de 1,00m, incluindo o fornecimento de grama, sem preço, projeto de terreno e canteiro (Desonerado)	m2	1.843,00
87	05 04.30.0140 (1)	Alcova longo retangular com 1,00m de altura, em módulos de 1,00m com montantes em chapa de aço U9-BAC 250, chumbado no concreto através de chumbadores de aço inoxidável, ancorados por dois tubos verticais separados com distância de 2" 1/2" e dois tubos horizontais inferiores com distância de 1" em aço galvanizado, incluindo pintura. Fornecedor e instalação (Desonerado)	m	807,00
88	07 14.13.0407 (1)	Tachas bidirecionais, conforme especificação CET-402. Fornecedor (Desonerado)	un	3.813,00
89	07 14.13.0700 (1)	Tachas, instalação, conforme especificação CET-402 (Desonerado)	un	3.813,00
90	07 14.05.0300 (A)	Revestimento horizontal com massa termoplástica, aplicada por esquadro, conforme especificação CET-402, em projetos acima de 400m2 (Desonerado)	m2	13.808,70
91	07 14.13.0700 (1)	Termoisolante em laminação aluminada, com 1,50m de espessura e com moldes diversos, em cores, com micro-bolhas de vácuo. Em projetos que utilizem acima de 100m2 do material. Fornecedor e aplicação (Desonerado)	m2	1.386,00
92	07 14.05.0625 (1)	Revestimento horizontal com plástico a frio bi-componente, conforme ABNT NBR 15870, Tipo B no IV aplicada por esquadro, à base de resina sintética-matiz, espessura de 1,50mm a 3,00mm, aplicada de forma manual. Fornecedor e aplicação. (Desonerado)	m2	252,00
93	07 14.05.0625 (A)	Revestimento horizontal com massa termoplástica, aplicada por esquadro, em projetos acima de 100m2, conforme especificações da CET-402 (Desonerado)	m2	808,00

CONSOLIDADO				
Prato de Execução				
RUA LUIS CORREIO				
ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
94	07 14.13.0207 (1)	Tachas bidirecionais, conforme especificação CET-402. Fornecedor (Desonerado)	un	12.372,00
95	07 14.05.0625 (1)	Tachas, instalação, conforme especificação CET-402 (Desonerado)	un	12.372,00
96	08 16.16.1900 (A)	Levantamento topográfico, planimétrico e altimétrico, executado de acordo com as especificações da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro em plano que apresente uma escala de 1:1000 (Desonerado)	ha	11,10
97	08 24.13.0400 (1)	Projeto de restauração de pavimentação existente em ruas urbanas, com padrões da PCRL, apresentado em AutoCAD ou similar, com arquivos no padrão PDF, DWG e PLT, em meio físico ou digital. Apresentado com plantas, perfis, memorial descritivo e de cálculo, contemplando todos os detalhes necessários para a execução. Detalhamento das diversas camadas da pavimentação e definição das especificações dos materiais e do controle tecnológico de campo a serem produzidos, em subleito, nas camadas granulares e no revestimento asfáltico. Para obras de grande porte, além de projeto topográfico acima de 5 ha, incluindo levantamentos de campo, sondagens de solo e análise geotécnica de caracterização do terreno e do pavimento existente. (Desonerado)	ha	11,10
98	08 24.16.0800 (A)	Projeto executivo de via dupla de veículos, com 2 faixas de trânsito, com largura mínima de 3m, apresentado em AutoCAD nos padrões de cartilhamento (Desonerado)	ha	1,80
99	07 14.05.0300 (A)	Contagem manual classificada de fluxo de veículos ou pedestres, de acordo com as especificações da CET-402 (Desonerado)	h	144,00
100	08 09.03.0800 (1)	Montagem de sistema de energia solar (Desonerado)	h	2.100,00
101	08 09.03.1000 (1)	Operador de máquinas em construção civil (trabalho em energia solar) (Desonerado)	h	2.100,00
102	08 09.03.1200 (1)	Projeto (trabalho em energia solar) (Desonerado)	h	6.000,00

CONSOLIDADO				
Prato de Extensão				
RUA DA CORDEIRO				
ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
73	3C 08.08.1300 (5)	Reedifício (inclusive encargos sociais) (desonerado)	R	4.302,00
74	3C 08.08.1400 (5)	Reedifício (inclusive encargos sociais) (desonerado)	R	17.588,00
75	3C 08.10.0100 (5)	Operador de fiação, nível junior, com todo o seu EPI, cabos, fioes, agulha, (inclusive encargos sociais) (desonerado)	R	8.700,00
76	3C 08.10.0100 (5)	Operador de fiação, nível senior, com todo o seu EPI, cabos, fioes, agulha, (inclusive encargos sociais) (desonerado)	R	2.700,00
77	3C 14.08.0800 (5)	Agua encanada: Percebimento, exclusão (desonerado)	M3	1.200,00
78	OC 04.10.0102 (5)	Engenharia líder de serviços técnicos especializados de consultoria de engenharia e arquitetura (desonerado)	R	2.700,00
79	OC 04.10.0102 (5)	Engenharia sênior de serviços técnicos especializados de consultoria de engenharia e arquitetura (desonerado)	R	2.700,00
80	OC 04.10.0102 (5)	Laboratório especializado em solo - (desonerado)	R	2.700,00
81	OC 04.10.0102 (5)	Tecnólogo líder de serviços técnicos especializados de consultoria de engenharia e arquitetura (desonerado)	R	2.700,00

CONSOLIDADO				
Prato de Extensão				
RUA DA CORDEIRO				
ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
82	AD 10.08.0500 (5)	Aluguel de transporte químico, inclusive transporte de ida e volta, manutenção e higienização 3 vezes por semana. Modelo Lixo: dimensões 2,31 x 1,15 x 1,15m (desonerado)	unidade	45,00
83	AD 10.10.0100 (5)	Conteiner acrílico: material ou depósito, modelo padrão, medindo 6x2,4x2,55m, em estrutura de aço, composto por painéis de madeira, paredes forradas com compensado marinho, teto com isolamento térmico, com 1 porta de 2,00x2,10m, 2 bancadas de 1,20x0,90, entrada para o condutor com rampa e tomada 50V, 2 pontos de iluminação, 2 tomadas elétricas, distribuição interna das tomadas/fluxo elétricos e hidráulicos até o ponto de entrega/retirada da unidade e peso aproximado de 3t, exclusive carga, descarga e transporte ida e volta ao cantião. Aluguel mensal (desonerado)	unidade	30,00
84	AD 10.10.0100 (5)	Conteiner 001: modelo padrão, medindo 6x2,4x2,55m, em estrutura de aço, composto por painéis de compensado marinho forrado com plástico, paredes em lateral, teto com isolamento térmico, com 1 porta de 2,00x2,10m, 2 bancadas de 1,20x0,90, com 3 chuveiros, 3 pontos sanitários, misto e 3 lavatórios, 2 pontos de iluminação, distribuição interna das tomadas/fluxo elétricos e hidráulicos até o ponto de entrega/retirada da unidade e peso aproximado de 3,3t, exclusive carga, descarga e transporte ida e volta ao cantião. Aluguel mensal (desonerado)	unidade	30,00
85	AD 10.20.0000 (5)	Instalação e ligação provisória de alimentação de energia elétrica, em baixa tensão (BT), para cantão de obras, exclusive o fornecimento do material (desonerado)	m	1,00
86	AD 10.20.0100 (5)	Instalação e ligação provisória de rede de água e esgoto a rede pública (desonerado)	m	1,00
87	AD 30.08.0000 (5)	Atmosfera (inclusive encargos sociais) (desonerado)	R	2.700,00
88	AD 30.08.0000 (5)	Atmosfera (inclusive encargos sociais) (desonerado)	R	4.302,00
89	AD 30.08.0000 (5)	Auxílio de escritório (inclusive encargos sociais) (desonerado)	R	4.302,00
90	AD 30.08.0000 (5)	Chefe de escritório (inclusive encargos sociais) (desonerado)	R	2.700,00

CONSOLIDADO				
Prato de Execução		880 LARG CORREDOR		
ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
80	AD 38.05.0119 (L)	Encampanado (inclusive encargos sociais) (desmembrado)	R	4.302,00
82	AD 38.05.0138 (A)	Engenharia de segurança de trabalho (inclusive encargos sociais) (desmembrado)	R	3.700,00
86	AD 38.05.0148 (L)	Estalagem (inclusive encargos sociais) (desmembrado)	R	3.700,00
84	AD 38.05.0188 (L)	Desobstrução (inclusive encargos sociais) (desmembrado)	R	3.700,00
88	AD 38.05.0209 (A)	Técnicas de segurança de trabalho (inclusive encargos sociais) (desmembrado)	R	3.700,00
86	AD 38.05.0219 (A)	Ativa (inclusive encargos sociais) (desmembrado)	R	6.500,00
87	AD 38.05.0112 (L)	Materiais de manutenção de serviços (inclusive encargos sociais) (desmembrado)	R	3.700,00
86	OC 04.15.0606 (L)	Técnicas de manutenção de serviços técnicos especializados de consultoria de engenharia e arquitetura (desmembrado)	R	4.302,00
86	OC 04.15.0758 (L)	Engenharia plana de serviços técnicos especializados de consultoria de engenharia e arquitetura (desmembrado)	R	3.700,00

CONSOLIDADO				
Prato de Execução		880 LARG CORREDOR		
ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
886	EQ 04.05.0415 (L)	Caminhão com Cabineira Flutuante, capacidade de 7,5, equipado com guindaste hidráulico com capacidade de 5,5, com motor a diesel e um ajudante, material de operação e material de manutenção, com as seguintes especificações mínimas: motor diesel de 150CV, Caudalador hidráulico provido de tanque de até 5,30m de extensão e malha. Caudalador hidráulico (motor funcionando) (desmembrado)	R	1.317,00
881	EQ 04.05.0418 (A)	Caminhão com Cabineira Flutuante, capacidade de 7,5, equipado com guindaste hidráulico com capacidade de 5,5, com motor a diesel e um ajudante, material de operação, com as seguintes especificações mínimas: motor diesel de 150CV, guindaste hidráulico provido de tanque de até 5,30m de extensão e malha. Caudalador hidráulico (motor funcionando) (desmembrado)	R	836,20
880	EQ 04.05.0421 (A)	Caminhão com Cabineira Flutuante, capacidade de 7,5, equipado com guindaste hidráulico com capacidade de 5,5, com motor a diesel e um ajudante, com as seguintes especificações mínimas: motor diesel de 150CV, guindaste hidráulico provido de tanque de até 5,30m de extensão e malha. Caudalador hidráulico (motor funcionando) (desmembrado)	R	478,20
883	AD 14.15.0330 (L)	Caminhão para transporte pesado, com capacidade de carga até de 40.000, com motor a diesel, material de operação e material de manutenção, com as seguintes especificações mínimas: motor diesel de 330CV, chassis extensível até 21m e eixo-rotatório de 4 eixos. Caudalador hidráulico (motor funcionando) (desmembrado)	R	400,00
884	AD 14.15.0330 (A)	Caminhão para transporte pesado, com capacidade de carga até de 40.000, com motor a diesel, com as seguintes especificações mínimas: motor diesel de 330CV, chassis extensível até 21m e eixo-rotatório de 4 eixos. Caudalador hidráulico (motor funcionando) (desmembrado)	R	400,00
885	EQ 16.05.0430 (B)	Máquina de abertura de juntas em concreto, não-operadora, material de operação e material de manutenção com as seguintes especificações mínimas: motor a gasolina de 8,25CV, com 3600rpm, parafuso manual, chaveta reforçada, guarda proteção para acionador sem o de até 14", sem o para concreto especificamente desenvolvido para abertura de juntas de dilatação. Caudalador hidráulico (motor funcionando) (desmembrado)	R	600,00
886	EQ 16.05.0430 (A)	Máquina de abertura de juntas em concreto, não-operadora, com as seguintes especificações mínimas: motor a gasolina de 8,25CV, com 3600rpm, parafuso manual, chaveta reforçada, guarda proteção para acionador sem o de até 14", sem o para concreto especificamente desenvolvido para abertura de juntas de dilatação. Caudalador hidráulico (motor funcionando) (desmembrado)	R	1.537,20
887	EQ 04.05.0118 (L)	Compressor de ar, portátil e retrátil, sem operador, com material de operação, com as seguintes especificações mínimas: motor diesel de 17CV, pressão de trabalho de 100PSI, descarga livre de 250PSIG. Caudalador hidráulico (motor funcionando) (desmembrado)	R	1.537,20
888	EQ 04.05.0118 (L)	Compressor de ar, portátil e retrátil, sem operador, com as seguintes especificações mínimas: motor diesel de 17CV, pressão de trabalho de 100PSI, descarga livre de 250PSIG. Caudalador hidráulico (motor funcionando) (desmembrado)	R	600,00

CONSOLIDADO				
Planilha de Execução				
RUA LUIS CORREIO				
ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
888	EQ-44.35.0000 (A)	Plumbeiro Presumitivo, peso de 52,0kg, com material de manutenção, exclusão e operação, ponteiro e mangueira, com as seguintes especificações mínimas: consumo de ar de 30,8lit, frequência de Impactos 1110 impactos/min. Cada fornecido protótipo (documentos)	h	1.317,35
118	EQ-44.35.0000 (I)	Plumbeiro Presumitivo, peso de 52,0kg, exclusão e operação, ponteiro e mangueira, com as seguintes especificações mínimas: consumo de ar de 30,8lit, frequência de Impactos 1110 impactos/min. Cada fornecido protótipo (modelo digitalizado) (documentos)	h	658,68
119	R 045.075	Comitente de Serviço, capacidade de 11 passageiros, com motor, material de operação e material de manutenção, com as seguintes especificações mínimas: a) diesel de 120CV, autonomia de 3000 km/hora. Cada veículo (documentos)	unidade	02,00
112	AD 14.10.0750 (B)	Veículo de serviço, motor 1.0, com ar condicionado, direção hidráulica, rádio, halógeno com halógenos, seguro, substituição, manutenção, treinamento, qualificação em obra, sem motorista. Cada veículo (documentos)	unidade	40,00

ANEXO 2

Memória de Cálculo




PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos
 Subsecretaria de Gestão
 Coordenadoria de Contratos, Convênios e Preparo de Licitações

Processo n.º
CSV-PRO-2025/09418

Data: 26/09/2025	Fls.:
------------------	-------

Rubrica:


PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Conservação
Suporte técnico de Projetos Especiais e Especialização

Plano de Formação		R\$ EM MILHARES									
TÍTULO		COTAÇÃO									
1.1		REALIZAÇÃO DE OBRAS									
1.1.1	AT 04-00-0000	Pavimento impermeável para pisos sobre camadas de solo compactado por 20 camadas, com drenagem para águas pluviais, com taxa de compactação 98%, incluindo o equipamento para gerenciamento técnico de materiais, serviços de movimentação e gerenciamento, 20 metros por dia 1 hora por pessoa, incluindo mobilização, transporte material (desmontado).									100 m2
		Unid.	m	Horas	m	Taxa de execução (unidade)					
		1,00 m	1	1,00		12,00 m2				20,00	100 m2
1.1.2	AD 10-00-0000	Piso de concreto para áreas de uso público, com 0,10m de largura por 1m de altura, com reboco interno aplicado, impermeabilização e acabamento e pintura, incluindo os materiais e suporte dos materiais dentro o local de execução das obras.									100
		Unid.	m	Taxa de execução (unidade)							
		111,00 m2	1	10,00 m2						100,00	100
1.1.3	AD 10-00-0000	Piso de concreto para áreas de uso público, impermeabilização e acabamento e pintura (desmontado).									100
		Unid.	m	Taxa de execução (unidade)							
		111,00 m2	1	10,00 m2						100,00	100
1.1.4	AD 10-00-0000	Piso de impermeabilização para áreas de uso público, impermeabilização com látex de PVA 100%, total, 20 metros por dia 1 hora por pessoa e suporte dos materiais dentro o local de execução das obras.									100 m2
		Unid.	m	Altura	m	Unid.	m	Taxa de execução (unidade)			
		2,00 m	1	1,00 m	1	111,00 m2	1	10,00 m2			
		1,00 m	1	1,00 m	1	111,00 m2	1	10,00 m2			
								10,00 m2			
1.1.5	AD 10-00-0000	Aluguel de material utilizado para a realização de obras de infraestrutura, com taxa de compactação 98%, incluindo o equipamento para gerenciamento técnico de materiais, serviços de movimentação e gerenciamento, 20 metros por dia 1 hora por pessoa, incluindo mobilização, transporte material (desmontado).									100 m2
		Unid.	m	Horas	m	Taxa de execução (unidade)					
		1,00 m	1	1,00		12,00 m2				20,00	100 m2
1.1.6	AD 10-00-0000	Como construtor responsável o tipo de piso de concreto para áreas de uso público, com 0,10m de largura por 1m de altura, com reboco interno aplicado, impermeabilização e acabamento e pintura (desmontado).									100
		Unid.	m	Horas	m	Taxa de execução (unidade)					
		10,00 m	1	1,00		12,00 m2				20,00	100 m2
1.1.7	AD 10-00-0000	Aluguel de piso para áreas de uso público, com taxa de compactação 98%, incluindo o equipamento para gerenciamento técnico de materiais, serviços de movimentação e gerenciamento, 20 metros por dia 1 hora por pessoa, incluindo mobilização, transporte material (desmontado).									100 m2
		Unid.	m	Horas	m	Taxa de execução (unidade)					
		10,00 m	1	1,00		12,00 m2				20,00	100 m2
1.1.8	AD 10-00-0000	Demolição, com equipamento de um contêiner, de materiais de concreto e aço, incluindo o equipamento para gerenciamento técnico de materiais, serviços de movimentação e gerenciamento, 20 metros por dia 1 hora por pessoa, incluindo mobilização, transporte material (desmontado).									100
		Unid.	m	Altura	m	Taxa de execução (unidade)					
		10,00 m	1	1,00		12,00 m2				20,00	100 m2
1.1.9	AD 10-00-0000	Demolição, com equipamento de um contêiner, de materiais de concreto e aço, incluindo o equipamento para gerenciamento técnico de materiais, serviços de movimentação e gerenciamento, 20 metros por dia 1 hora por pessoa, incluindo mobilização, transporte material (desmontado).									100
		Unid.	m	Altura	m	Taxa de execução (unidade)					
		10,00 m	1	1,00		12,00 m2				20,00	100 m2

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Conservação
Subsecretaria de Projetos Especiais e Planejamento

Plano de Remanejamento

R\$ 0,00 (ZERO)

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR	TOTAL
1.1	REAJUSTE DE PREÇOS		
1.1.1	REAJUSTE DE PREÇOS (R\$)	REAJUSTE DE PREÇOS (R\$)	12.450,00

Quantidade	Valor
1.1.1.1	1.1.1.1
1.1.1.2	1.1.1.2
1.1.1.3	1.1.1.3
1.1.1.4	1.1.1.4
1.1.1.5	1.1.1.5
1.1.1.6	1.1.1.6
1.1.1.7	1.1.1.7
1.1.1.8	1.1.1.8
1.1.1.9	1.1.1.9
1.1.1.10	1.1.1.10

Quantidade	Valor	TOTAL
1.1.1.1	1.1.1.1	1.1.1.1
1.1.1.2	1.1.1.2	1.1.1.2
1.1.1.3	1.1.1.3	1.1.1.3
1.1.1.4	1.1.1.4	1.1.1.4
1.1.1.5	1.1.1.5	1.1.1.5
1.1.1.6	1.1.1.6	1.1.1.6
1.1.1.7	1.1.1.7	1.1.1.7
1.1.1.8	1.1.1.8	1.1.1.8
1.1.1.9	1.1.1.9	1.1.1.9
1.1.1.10	1.1.1.10	1.1.1.10

1.1.2	REAJUSTE DE PREÇOS (R\$)	REAJUSTE DE PREÇOS (R\$)	12.450,00
-------	--------------------------	--------------------------	-----------

Quantidade	Valor	TOTAL
1.1.2.1	1.1.2.1	1.1.2.1
1.1.2.2	1.1.2.2	1.1.2.2
1.1.2.3	1.1.2.3	1.1.2.3
1.1.2.4	1.1.2.4	1.1.2.4
1.1.2.5	1.1.2.5	1.1.2.5
1.1.2.6	1.1.2.6	1.1.2.6
1.1.2.7	1.1.2.7	1.1.2.7
1.1.2.8	1.1.2.8	1.1.2.8
1.1.2.9	1.1.2.9	1.1.2.9
1.1.2.10	1.1.2.10	1.1.2.10

1.1.3	REAJUSTE DE PREÇOS (R\$)	REAJUSTE DE PREÇOS (R\$)	12.450,00
-------	--------------------------	--------------------------	-----------

Quantidade	Valor	TOTAL
1.1.3.1	1.1.3.1	1.1.3.1

1.1.4	REAJUSTE DE PREÇOS (R\$)	REAJUSTE DE PREÇOS (R\$)	12.450,00
-------	--------------------------	--------------------------	-----------

Quantidade	Valor	TOTAL
1.1.4.1	1.1.4.1	1.1.4.1

Planos de Manutenção									
RIO DA LAGUNA									
Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total
1.0.3	02-00-00-000 (1) Pavimento (incluindo materiais e mão de obra)	1	m²	4.000,00	4.000,00				
1.0.4	02-00-00-000 (1) Pavimento (incluindo materiais e mão de obra)	1	m²	4.000,00	4.000,00				
1.0.5	02-00-00-000 (1) Pavimento (incluindo materiais e mão de obra)	1	m²	4.000,00	4.000,00				
1.0.6	02-00-00-000 (1) Pavimento (incluindo materiais e mão de obra)	1	m²	4.000,00	4.000,00				
1.0.7	02-00-00-000 (1) Pavimento (incluindo materiais e mão de obra)	1	m²	4.000,00	4.000,00				
1.0.8	02-00-00-000 (1) Pavimento (incluindo materiais e mão de obra)	1	m²	4.000,00	4.000,00				
1.0.9	02-00-00-000 (1) Pavimento (incluindo materiais e mão de obra)	1	m²	4.000,00	4.000,00				
1.0.10	02-00-00-000 (1) Pavimento (incluindo materiais e mão de obra)	1	m²	4.000,00	4.000,00				
1.0.11	02-00-00-000 (1) Pavimento (incluindo materiais e mão de obra)	1	m²	4.000,00	4.000,00				

Planos de Manutenção									
RIO DA LAGUNA									
Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total
1.0.12	02-00-00-000 (1) Pavimento (incluindo materiais e mão de obra)	1	m²	4.000,00	4.000,00				
1.0.13	02-00-00-000 (1) Pavimento (incluindo materiais e mão de obra)	1	m²	4.000,00	4.000,00				
1.0.14	02-00-00-000 (1) Pavimento (incluindo materiais e mão de obra)	1	m²	4.000,00	4.000,00				
1.0.15	02-00-00-000 (1) Pavimento (incluindo materiais e mão de obra)	1	m²	4.000,00	4.000,00				
1.0.16	02-00-00-000 (1) Pavimento (incluindo materiais e mão de obra)	1	m²	4.000,00	4.000,00				
1.0.17	02-00-00-000 (1) Pavimento (incluindo materiais e mão de obra)	1	m²	4.000,00	4.000,00				
1.0.18	02-00-00-000 (1) Pavimento (incluindo materiais e mão de obra)	1	m²	4.000,00	4.000,00				
1.0.19	02-00-00-000 (1) Pavimento (incluindo materiais e mão de obra)	1	m²	4.000,00	4.000,00				
1.0.20	02-00-00-000 (1) Pavimento (incluindo materiais e mão de obra)	1	m²	4.000,00	4.000,00				

Planos de Manutenção									
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total	Valor Total
1.0.01	Manutenção preventiva de sistemas elétricos (obras)	1.000 m	1.000	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.0.02	Manutenção preventiva de sistemas elétricos (obras)	1.000 m	1.000	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.0.03	Manutenção preventiva de sistemas elétricos (obras)	1.000 m	1.000	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.0.04	Manutenção preventiva de sistemas elétricos (obras)	1.000 m	1.000	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.0.05	Manutenção preventiva de sistemas elétricos (obras)	1.000 m	1.000	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.0.06	Manutenção preventiva de sistemas elétricos (obras)	1.000 m	1.000	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.0.07	Manutenção preventiva de sistemas elétricos (obras)	1.000 m	1.000	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.0.08	Manutenção preventiva de sistemas elétricos (obras)	1.000 m	1.000	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.0.09	Manutenção preventiva de sistemas elétricos (obras)	1.000 m	1.000	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.0.10	Manutenção preventiva de sistemas elétricos (obras)	1.000 m	1.000	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.0.11	Manutenção preventiva de sistemas elétricos (obras)	1.000 m	1.000	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.0.12	Manutenção preventiva de sistemas elétricos (obras)	1.000 m	1.000	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00

Planos de Manutenção									
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total	Valor Total
1.0.13	Manutenção preventiva de sistemas elétricos (obras)	1.000 m	1.000	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.0.14	Manutenção preventiva de sistemas elétricos (obras)	1.000 m	1.000	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.0.15	Manutenção preventiva de sistemas elétricos (obras)	1.000 m	1.000	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.0.16	Manutenção preventiva de sistemas elétricos (obras)	1.000 m	1.000	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.0.17	Manutenção preventiva de sistemas elétricos (obras)	1.000 m	1.000	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.0.18	Manutenção preventiva de sistemas elétricos (obras)	1.000 m	1.000	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.0.19	Manutenção preventiva de sistemas elétricos (obras)	1.000 m	1.000	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.0.20	Manutenção preventiva de sistemas elétricos (obras)	1.000 m	1.000	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.0.21	Manutenção preventiva de sistemas elétricos (obras)	1.000 m	1.000	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.0.22	Manutenção preventiva de sistemas elétricos (obras)	1.000 m	1.000	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00

Página 158



Gestão Inteligente das Vias Urbanas
Asfalto Liso

Novembro/2025



 <p>SCO - RIO - ITEM ESPECIAL DECRETO "N" 17.873 DE 01/09/99</p>		Proc. n.º: CSV-PRO-2025/09418 Data: 26/09/2025 Rubrica: _____ fls.: _____		
INFORMAÇÕES DO ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM DE SERVIÇO Agregados para camada anti-reflexão de trincas tipo SAMI, com asfalto borracha, atendendo as normas de segurança e de meio ambiente, de acordo com as especificações do DNIT. Inclusive transporte. Fornecimento (desonerado).			
	REFERÊNCIA (1º) - MÊS E ANO Setembro/2025	UNIDADE m2	CUSTO R\$3,49	CÓDIGO DO ITEM IE 045070
INFORMAÇÕES DO LICITANTE	1 - JUSTIFICATIVA 2 - RELAÇÃO DE ANEXOS (SE HOUVER) 1 - Justificativa: Item a ser utilizado exclusivamente nos "SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO E DE IMPLANTAÇÃO DE ROTA CICLOVIÁRIA DA AVENIDA EDISON PASSOS, ESTRADA DAS FURNAS, ESTRADA VELHA DA TIJUCA E RUA BOA VISTA - ALTO DA BOA VISTA, AP2 E AP4".			
	Cód. Órgão 4300	SIGLA SC/SUBEC/CGPEP/CTPAV	TEL. 2976 - 6830	
	ASSINATURA DO ORÇAMENTISTA  TULIO FABIO GUIDA	ASSINATURA DA CHEFIA IMEDIATA  Leonardo Santana Cavalcanti	ASSINATURA DO ORDENADOR DE DESPESA  Eng. Marco Aurelio Regalo de Oliveira Matr. 111.136.882-6 - CREA/RJ 88 1-03980-3 Subsecretário	
	NOME Tulio Fabio Guida	NOME Leonardo Santana Cavalcanti	NOME Eng. Marco Aurelio Regalo de Oliveira	
	MATRÍCULA CREA 06-1-07908-8-8	MATRÍCULA Engenheiro Civil CREA RJ - 163464/D Matr. 111.245.527-5	MATRÍCULA Eng. Marco Aurelio Regalo de Oliveira Matr. 111.136.882-6	
CÂMARA TÉCNICA DO SCO-RIO	2 - PARECER DO GRUPO, DE ACORDO COM O DECRETO "N" nº 17.873 DE 01/09/1999 ENQUADRA-SE COMO ITEM ESPECIAL DE ENGENHARIA? <input checked="" type="checkbox"/> SIM () NÃO RECOMENDA-SE A SUA INCLUSÃO NO CATÁLOGO DO SCO-RIO? () SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO OBS: ESTE ITEM DEVE SER PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO DA OBRA.			
	_____ CÂMARA TÉCNICA DO SCO-RIO			
	Reunião de <u>30/10/25</u>			

FORNECIMENTO DE AGREGADOS PARA CAMADA ANTI-REFLEXÃO DE TRINCAS DO TIPO SAMI, COM ASFALTO BORRACHA, ATENDENDO AS NORMAS DE SEGURANÇA E DE MEIO AMBIENTE, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO DNIT, INCLUSIVE TRANSPORTE.

DESCRIPTIVOS DOS MATERIAIS

Referente aos itens 1, 2, 3, 4, 5 e 9

DISCRIMINAÇÃO	DENSIDADE	DOSAGEM				Dosagem Final da Mistura	
		%	PESO (ton)		Volume (m³)		
			p/1 ton	p/1m² c/ 1,5cm espessura	p/ 1m² c/ 1,5cm espessura		
Brita 1	1,5	12,5%	0,12500	0,00400000	0,00250000	0,00250000	m³
Brita 0	1,5	87,5%	0,87500	0,02800000	0,01866667	0,01866667	m³
Total		100%	1	0,03200000			

Obs.:
Para 1,00 m² = 2,2 t

EDITAL

 SCO - RIO - ITEM ESPECIAL DECRETO "N" 17.873 DE 01/09/99		Proc. n.º: CSV-PRO-2025/09418		
		Data: 26/09/2025 Rubrica: _____ fls.: _____		
INFORMAÇÕES DO ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM DE SERVIÇO Agregados para concreto asfáltico usinado a quente, tipo Open Graded (CPA), com asfalto borracha, atendendo as normas de segurança e de meio ambiente, para camada de rolamento com espessura de 5 cm, de acordo com as especificações do DNIT, inclusive transporte. Fornecimento (desonerado).			
	REFERÊNCIA (19) - MÊS E ANO Setembro/2025	UNIDADE m2	CUSTO RS14,31	CÓDIGO DO ITEM IE 045071
INFORMAÇÕES DO SOLICITANTE	1 - JUSTIFICATIVA 2 - RELAÇÃO DE ANEXOS (SE HOUVER)			
	1 - Justificativa: Item a ser utilizado exclusivamente nos "SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO E DE IMPLANTAÇÃO DE ROTA CICLOVIÁRIA DA AVENIDA EDISON PASSOS, ESTRADA DAS FURNAS, ESTRADA VELHA DA TIJUCA E RUA BOA VISTA - ALTO DA BOA VISTA, AP2 E AP4".			
	Cód. órgão 4300 ASSINATURA DO ORÇAMENTISTA  TULIO FABIO GUIDA CREA RJ-1-87988-8-8	SIGLA SC/SUBEC/CGPEP/CTPAV ASSINATURA DA CHEFE IMEDIATA  Leonardo Santana Cavalcanti Engenheiro Civil CREA RJ - 183484/D Matrícula 11/242.539-8	TGL 2976 - 6830 ASSINATURA DO ORDENADOR DE DESPESA  Eng. Marco Aurelio Regalo de Oliveira Engenheiro Civil CREA RJ 88 1-03980-3 Matr. 11/158.882-6 Subsecretário	
	MATRÍCULA 1 1 1 / 2 4 2 5 3 6 - 1	MATRÍCULA 1 1 1 / 2 4 2 5 3 9 - 5	MATRÍCULA 8 8 1 / 1 5 8 8 8 2 - 6	
CÂMARA TÉCNICA DO SCO-RIO	3 - PARECER DO GRUPO, DE ACORDO COM O DECRETO "N" n.º 17.873 DE 01/09/1999			
	ENQUADRA-SE COMO ITEM ESPECIAL DE ENGENHARIA ? <input checked="" type="checkbox"/> SIM () NÃO RECOMENDA-SE A SUA INCLUSÃO NO CATÁLOGO DO SCO-RIO ? () SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO OBS: ESTE ITEM DEVE SER PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO DA OBRA.			
	_____ CÂMARA TÉCNICA DO SCO-RIO Reunião de <u>30/10/2025</u>			

PLANO

Sistema de Custos de Obras e Serviços

AGREGADOS PARA CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE, TIPO OPEN GRADED (CPA), COM ASFALTO BORRACHA, ATENDENDO AS NORMAS DE SEGURANÇA E DE MEIO AMBIENTE, PARA CAMADA DE ROLAMENTO COM ESPESSURA DE 5 CM, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO DNIT, INCLUSIVE TRANSPORTE.

DESCRIPTIVOS DOS MATERIAIS

Referente aos itens 1, 2, 3, 4, 5 e 9

DISCRIMINAÇÃO	DENSIDADE	DOSAGEM				Dosagem Final da Matura	
		%	PESO (ton)		Volume (m³)		
			p/1 ton	p/1m² c/ 5cm espessura	p/ 1m² c/ 5cm espessura		
Brita 0	1,5	88,8%	0,88825	0,09992813	0,06661875	0,06661875	m³
Pó de pedra	1,5	2,8%	0,02805	0,00315563	0,00210375	0,00210375	m³
Cal	1,5	1,9%	0,01870	0,00210375	0,00140250	2,10375000	kg
Total		100%	100%	0,11250000			

Obs.:

Para 1,00 m³ = 2,25 t

Para 1,00 m² com 5 cm de espessura = 0,05 m³ = 0,1125 t

EDITAL

 SCO - RIO - ITEM ESPECIAL DECRETO Nº 17.873 DE 01/08/99		Proc. nº: CSV-PRO-2025/09418															
		Data: 26/09/2025															
		Rubrica:	fls.:														
INFORMAÇÕES DO ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM DE SERVIÇO																
	Camada anti-reflexão de trincas tipo SAMI, com asfalto borracha tipo AB22, executado em uma camada, atendendo as normas de segurança e meio ambiente, de acordo com as especificações do DNIT, exclusive materiais. Inclusive transporte dos materiais ate o local de aplicação (desonerado).																
	REFERÊNCIA (15) - MÊS E ANO	UNIDADE	CUSTO														
	Setembro/2025	m2	RS3,30														
			CÓDIGO DO ITEM IE 045072														
INFORMAÇÕES DO SOLICITANTE	1 - JUSTIFICATIVA 2 - RELAÇÃO DE ANEXOS (SE HOUVER)																
	1 - Justificativa:																
	Item a ser utilizado exclusivamente nos "SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO E DE IMPLANTAÇÃO DE ROTA CICLOVIÁRIA DA AVENIDA EDISON PASSOS, ESTRADA DAS FURNAS, ESTRADA VELHA DA TIJUCA E RUA BOA VISTA - ALTO DA BOA VISTA, AP2 E AP4".																
	<table border="1"> <tr> <td>COD. ORÇÃO 4300</td> <td>SIGLA SC/SUBEC/CGPEP/CTPAV</td> <td>TEL 2976 - 6830</td> </tr> <tr> <td>ASSINATURA DO ORÇAMENTISTA</td> <td>ASSINATURA DA CHEFIA IMEDIATA</td> <td>ASSINATURA DO ORDENADOR DE DESPESA</td> </tr> <tr> <td>NOME Tullio Fabio Guida</td> <td>NOME Leonardo Santana Cavalcanti Leonardo Santana Cavalcanti Engenheiro Civil</td> <td>NOME Eng. Marco Aurelio Regalo de Oliveira</td> </tr> <tr> <td>MATRÍCULA CREA 06-1-07000-6-8</td> <td>MATRÍCULA CREA RJ - 153454/D Matrícula 11/242.538-5</td> <td>MATRÍCULA Mat. 11/138.882-6 - CREA/RJ 08 1-03980-3 Subsecretário</td> </tr> <tr> <td>1 1 1 / 2 4 2 / 5 3 6 - 1</td> <td>1 1 1 / 2 4 2 / 5 3 9 - 5</td> <td></td> </tr> </table>			COD. ORÇÃO 4300	SIGLA SC/SUBEC/CGPEP/CTPAV	TEL 2976 - 6830	ASSINATURA DO ORÇAMENTISTA	ASSINATURA DA CHEFIA IMEDIATA	ASSINATURA DO ORDENADOR DE DESPESA	NOME Tullio Fabio Guida	NOME Leonardo Santana Cavalcanti Leonardo Santana Cavalcanti Engenheiro Civil	NOME Eng. Marco Aurelio Regalo de Oliveira	MATRÍCULA CREA 06-1-07000-6-8	MATRÍCULA CREA RJ - 153454/D Matrícula 11/242.538-5	MATRÍCULA Mat. 11/138.882-6 - CREA/RJ 08 1-03980-3 Subsecretário	1 1 1 / 2 4 2 / 5 3 6 - 1	1 1 1 / 2 4 2 / 5 3 9 - 5
COD. ORÇÃO 4300	SIGLA SC/SUBEC/CGPEP/CTPAV	TEL 2976 - 6830															
ASSINATURA DO ORÇAMENTISTA	ASSINATURA DA CHEFIA IMEDIATA	ASSINATURA DO ORDENADOR DE DESPESA															
NOME Tullio Fabio Guida	NOME Leonardo Santana Cavalcanti Leonardo Santana Cavalcanti Engenheiro Civil	NOME Eng. Marco Aurelio Regalo de Oliveira															
MATRÍCULA CREA 06-1-07000-6-8	MATRÍCULA CREA RJ - 153454/D Matrícula 11/242.538-5	MATRÍCULA Mat. 11/138.882-6 - CREA/RJ 08 1-03980-3 Subsecretário															
1 1 1 / 2 4 2 / 5 3 6 - 1	1 1 1 / 2 4 2 / 5 3 9 - 5																
CÂMARA TÉCNICA DO SCO-RIO	3 - PARECER DO GRUPO, DE ACORDO COM O DECRETO Nº 17.873 DE 01/08/1999																
	ENQUADRA-SE COMO ITEM ESPECIAL DE ENGENHARIA ? (X) SIM () NÃO																
	RECOMENDA-SE A SUA INCLUSÃO NO CATÁLOGO DO SCO-RIO ? () SIM (X) NÃO																
OBS: ESTE ITEM DEVE SER PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO DA OBRA.																	
CÂMARA TÉCNICA DO SCO-RIO Reunião de 30/10/2015																	

CONTINUAÇÃO ANEXO II

11	SERVIÇO	Camada anti-reflexão de fincas tipo SAM, com asfalto bonache tipo AB22, executado em uma camada, atendendo as normas de segurança e meio ambiente, de acordo com as especificações do DNIT, exclusive materiais. Inclusive transporte dos materiais até o local de aplicação (desonerado).	3	UN,	m2		
MEMÓRIA DE CÁLCULO DO NOVO ITEM DE SERVIÇO							
DESCRIÇÃO DE ITEM ELEMENTAR (A)	CÓDIGO (SCO-RIO) (B)		UN. (D)	QUANTIDADE (E)	CUSTO UNIT. (R\$) (F)	CUSTO FINAL (R\$) (G)	PONTE DE PESQUISA DO ITEM ELEMENTAR NÃO DISPONÍVEL NO CATÁLOGO DO SCO-RIO (H)
	ELEMENTAR	REUTILIZADO					
Operador de Máquinas Auxiliares - Compressor de Ar: Rolo Compactador Leve, etc. (inclusive encargos sociais e encargos complementares). (desonerado)	MOB02050		h	0,00942518	34,90	0,33	
Rebater (inclusive encargos sociais e encargos complementares). (desonerado)	MOB02350		h	0,00942518	38,25	0,34	
Servente (inclusive encargos sociais e encargos complementares). (desonerado)	MOB02450		h	0,01250091	23,89	0,30	
Encargado de turma (inclusive encargos sociais e encargos complementares). (desonerado)	MOB01500		h	0,00314173	38,78	0,12	
Pt incidente sobre mão de obra direta com Encargos Sociais para cobrir despesas relativas a equipamentos de proteção individual, uniformes e ferramentas.	EVE000050		%		1,00	0,03	
Caminhão basculante, com capacidade de 10m3 a 12m3, com motoneta, material de operação e material de manutenção, com as seguintes especificações mínimas: motor diesel de 220CV. Custo horário produtivo (desonerado)	RE0001150	E004050200	h	0,00219921	229,03	0,50	
CUSTO UNITÁRIO						(I)	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES							
12 ORÇAMENTISTA:		13 CHEFIA IMEDIATA:		14 ÓRGÃO SOLICITANTE:			
(Nome, assinatura e matrícula)		(Nome, assinatura e matrícula)		E-MAIL:			
#PLANRIO Sistema de Custos de Obras e Serviços							

CONTINUAÇÃO ANEXO II

11	SERVIÇO	Camada anti-reflexão de fincas tipo SAM, com asfalto bonache tipo AB22, executado em uma camada, atendendo as normas de segurança e meio ambiente, de acordo com as especificações do DNIT, exclusive materiais. Inclusive transporte dos materiais até o local de aplicação (desonerado).	3	UN,	m2		
MEMÓRIA DE CÁLCULO DO NOVO ITEM DE SERVIÇO							
DESCRIÇÃO DE ITEM ELEMENTAR (A)	CÓDIGO (SCO-RIO) (B)		UN. (D)	QUANTIDADE (E)	CUSTO UNIT. (R\$) (F)	CUSTO FINAL (R\$) (G)	PONTE DE PESQUISA DO ITEM ELEMENTAR NÃO DISPONÍVEL NO CATÁLOGO DO SCO-RIO (H)
	ELEMENTAR	REUTILIZADO					
Caminhão basculante, com capacidade de 10m3 a 12m3, com motoneta, com as seguintes especificações mínimas: motor diesel de 220CV. Custo horário improdutivo (motor inutilizado). (desonerado)	RE0001155	E004050206	h	0,00094252	63,05	0,06	
Compactador de pneus, com sete pneus, com operador, material de operação e material de manutenção, com as seguintes especificações mínimas: motor diesel de 100CV, peso de 7.500Kg sem lastro e 21.000Kg com lastro total, largura de compactação de 1.800mm, com superposição de pneus de 40mm, pressão nos pneus regulável de 8,5Kg/cm2 a 7,5Kg/cm2, pneus 11,00 x 20 - 18 lonas, com respirador e sistema de aspiração de água. Custo horário produtivo (desonerado)	RE0002706	E010050200	h	0,00251336	233,20	0,59	
Compactador de pneus, com sete pneus, com operador, com as seguintes especificações mínimas: motor diesel de 100CV, peso de 7.500Kg sem lastro e 21.000Kg com lastro total, largura de compactação de 1.800mm, com superposição de pneus de 40mm, pressão nos pneus regulável de 8,5Kg/cm2 a 7,5Kg/cm2, pneus 11,00 x 20 - 18 lonas, com respirador e sistema de aspiração de água. Custo horário produtivo (desonerado)	RE0003900	E010050206	h	0,00062635	77,11	0,05	
CUSTO UNITÁRIO						(I)	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES							
12 ORÇAMENTISTA:		13 CHEFIA IMEDIATA:		14 ÓRGÃO SOLICITANTE:			
(Nome, assinatura e matrícula)		(Nome, assinatura e matrícula)		E-MAIL:			
#PLANRIO Sistema de Custos de Obras e Serviços							

CONTINUAÇÃO ANEXO II

11	SERVIÇO	Camada anti-reflexão de fincas tipo SAM, com asfalto bonache tipo AB22, executado em uma camada, atendendo as normas de segurança e meio ambiente, de acordo com as especificações do DNIT, exclusive materiais. Inclui-se transporte dos materiais até o local de aplicação (desonerado).						3	UN.	m2
		MEMÓRIA DE CÁLCULO DO NOVO ITEM DE SERVIÇO								
		DESCRIÇÃO DE ITEM ELEMENTAR (A)		CÓDIGO (SCO-RIO) (B) (C) ELEMENTAR REUTILIZADO		UN. (D)	QUANTIDADE (E)	CUSTO UNIT. (R\$) (F)	CUSTO FINAL (R\$) (G)	PONTE DE PESQUISA DO ITEM ELEMENTAR NÃO DISPONÍVEL NO CATÁLOGO DO SCO-RIO (H)
sistema de aspersão de água. Custo horário improdutivo (motor desligado) (desonerado)										
Compressor de ar, portátil e rebobinável, sem operador, com material de operação e material de manutenção, com as seguintes especificações mínimas: motor diesel de 77CV, pressão de trabalho de 102PSI, descarga livre de 250PC/M. Custo horário produtivo (desonerado)		REG003990	E:G44050100	h	0,00094252	82,31	0,09			
Compressor de ar, portátil e rebobinável, sem operador, com as seguintes especificações mínimas: motor diesel de 77CV, pressão de trabalho de 102PSI, descarga livre de 250PC/M. Custo horário improdutivo (motor desligado) (desonerado)		REG003290	E:G44050100	h	0,00219921	18,53	0,04			
Distribuidor de Asfalto montado sobre caminhão com motor a diesel de 150CV, com motorista e operador e as seguintes especificações mínimas: atuação sob pressão, motor a gasolina, equipado com radiador industrial, com grade protetora, governador automático, mola de arranque, alternador, filtro de ar, bateria, chave de ignição e partida, manômetro para óleo, termômetro e amperímetro dotado de bomba para sistema de		REG003990	E:G19050250	h	0,00157086	297,56	0,47			
CUSTO UNITÁRIO		(I)							1º MÊS DE REFERÊNCIA	SET/2025
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES										
12	ORÇAMENTISTA:				13	CHEFIA IMEDIATA:			14	ÓRGÃO SOLICITANTE:
(Nome, assinatura e matrícula)				(Nome, assinatura e matrícula)				E-MAIL:		

CONTINUAÇÃO ANEXO II

11	SERVIÇO	Camada anti-reflexão de fincas tipo SAM, com asfalto bonache tipo AB22, executado em uma camada, atendendo as normas de segurança e meio ambiente, de acordo com as especificações do DNIT, exclusive materiais. Inclui-se transporte dos materiais até o local de aplicação (desonerado).						3	UN.	m2
MEMÓRIA DE CÁLCULO DO NOVO ITEM DE SERVIÇO										
DESCRIÇÃO DE ITEM ELEMENTAR (A)		CÓDIGO (SCO-RIO) (B)		UN. (D)	QUANTIDADE (E)	CUSTO UNIT. (R\$) (F)	CUSTO FINAL (R\$) (G)	PONTE DE PESQUISA DO ITEM ELEMENTAR NÃO DISPONÍVEL NO CATÁLOGO DO SCO-RIO (H)		
		ELEMENTAR	REUTILIZADO							
produção e distribuição com descarga máxima de 1.135mm e 250RPM, capacidade efetiva do tanque de 5000, bacia de distribuição com registros embutidos, haste de distribuição manual provida de registro próprio e alimentada por mangueira de aço, flexível, diâmetro de 1", com 4,5m de comprimento. Custo horário improdutivo (motor desligado) (desonerado)										
Distribuidor de Asfalto montado sobre caminhão com motor a diesel de 150CV, com motorista e operador e as seguintes especificações mínimas: atuação sob pressão, motor a gasolina equipado com radiador industrial, com grade protetora, governador automático, motor de arranque, alternador, filtro de ar, bateria, chave de ignição e partida, manômetro para óleo, termômetro e amperímetro dotado de bomba para sistema de produção e distribuição com descarga máxima de 1.135mm e 250RPM, capacidade efetiva do tanque de 5000, bacia de distribuição com registros embutidos, haste de distribuição manual provida de registro próprio e alimentada por mangueira de aço, flexível, diâmetro de 1", com 4,5m de comprimento. Custo horário produtivo (desonerado)		RE:GR04000	E:G19050250	h	0,00157086	77,46	0,12			
CUSTO UNITÁRIO		(I)						5º MÊS DE REFERÊNCIA		SET/2025
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES										
12 ORÇAMENTISTA:					13 CHEFIA IMEDIATA:			14 ÓRGÃO SOLICITANTE:		
(Nome, assinatura e matrícula)					(Nome, assinatura e matrícula)			E-MAIL:		

CONTINUAÇÃO ANEXO II

11	SERVIÇO	Camada em refração de fincas tipo SAM, com asfalto bonache tipo AB22, executado em uma camada, atendendo as normas de segurança e meio ambiente, de acordo com as especificações do DNIT, exclusive materiais. Inclusive transporte dos materiais até o local de aplicação (desonerado).					3	UN.	m2
		MEMÓRIA DE CÁLCULO DO NOVO ITEM DE SERVIÇO							
DESCRIÇÃO DE ITEM ELEMENTAR (A)		CÓDIGO (SCO-RIO) (B)		UN. (D)	QUANTIDADE (E)	CUSTO UNIT. (R\$) (F)	CUSTO FINAL (R\$) (G)	PONTE DE PESQUISA DO ITEM ELEMENTAR NÃO DISPONÍVEL NO CATÁLOGO DO SCO-RIO (H)	
		ELEMENTAR	REUTILIZADO						
Expansador de agregados, rebocável, capacidade rasa de 1,3m3, sem operador, com material de manutenção, com as seguintes especificações mínimas: largura máxima de distribuição de 3,00m, comprimento de 4,10m, largura de 1,30m, altura de 1,50m, peso de 850kg, quatro rodas com pneus de 8x9 (10 tonais), diâmetro do eixo de 12,7cm (5"). Custo horário produtivo (desonerado)		REG004350	E-G19050300	h	0,00218821	6,00	0,01		
Trator de pneus, com operador, material de operação e material de manutenção, com as seguintes especificações mínimas: motor diesel de 75HP, tração 4x2, raio de giro 3.200mm e peso operacional de 3,7t. Custo horário produtivo (desonerado)		REG007500	E-G14050650	h	0,00125869	113,36	0,14		
Trator de pneus, com operador, com as seguintes especificações mínimas: motor diesel de 75HP, tração 4x2, raio de giro 3.200mm e peso operacional de 3,7t. Custo horário produtivo (motor desligado) (desonerado)		REG007500	E-G14050656	h	0,00188504	41,43	0,08		
Minicarga Mecânica, sem operador, com material de manutenção, com as seguintes especificações mínimas: largura de trabalho de 2,44m, rebocável. Custo horário		REG007800	E-G19050900	h	0,00125869	13,00	0,02		
CUSTO UNITÁRIO		(I)					(J) MÊS DE REFERÊNCIA		8ET/2025
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES									
12	ORÇAMENTISTA:				13	CHEFIA IMEDIATA:		14	ÓRGÃO SOLICITANTE:
(Nome, assinatura e matrícula)				(Nome, assinatura e matrícula)				E-MAIL:	
#PLANRIO									
Sistema de Custos de Obras e Serviços									
26/09/2025 11:45:44									

CONTINUAÇÃO ANEXO II

11	SERVIÇO	Camada em refração de fincas tipo SAM, com asfalto bonache tipo AB22, executado em uma camada, atendendo as normas de segurança e meio ambiente, de acordo com as especificações do DNIT, exclusive materiais. Inclusive transporte dos materiais até o local de aplicação (desonerado).					3	UN,	m2
MEMÓRIA DE CÁLCULO DO NOVO ITEM DE SERVIÇO									
DESCRIÇÃO DE ITEM ELEMENTAR (A)		CÓDIGO (SCO-RIO) (B)		UN. (D)	QUANTIDADE (E)	CUSTO UNIT. (R\$) (F)	CUSTO FINAL (R\$) (G)	PONTE DE PESQUISA DO ITEM ELEMENTAR NÃO DISPONÍVEL NO CATÁLOGO DO SCO-RIO (H)	
		ELEMENTAR	REUTILIZADO						
produtivo (desonerado)									
Minicarga Mecânica, sem operador, com as seguintes especificações mínimas: largura de trabalho de 2,44m, rebocável. Custo horário produtivo (desonerado)		REG007850	E-G19050906	h	0,00188504	5,44	0,01		
CUSTO UNITÁRIO						(I)	3,30	8	MÊS DE REFERÊNCIA
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES									
12 ORÇAMENTISTA:				13 CHEFIA IMEDIATA:			14 ÓRGÃO SOLICITANTE:		
(Nome, assinatura e matrícula)				(Nome, assinatura e matrícula)			E-MAIL:		
#PLANRIO									
Sistema de Custos de Obras e Serviços									
26/09/2025 11:45:44									

CAMADA ANTI-REFLEXÃO DE TRINCAS DO TIPO SAMI, COM ASFALTO BORRACHA TIPO AB22, EXECUTADO EM UMA CAMADA, ATENDENDO AS NORMAS DE SEGURANÇA E DE MEIO AMBIENTE, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO DNIT, EXCLUSIVE MATERIAIS, INCLUSIVE TRANSPORTE DOS MATERIAIS ATÉ LOCAL DE APLICAÇÃO.

ESPALHAMENTO COM COMPACTAÇÃO MECÂNICA

Referente aos Itens 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27 e 28.

CAMINHÃO DISTRIBUIDOR DE LIGANTE

Jornada de Trabalho para produzir 95t: 8 h
Quantidade de Horas para produzir 95t/dia: $8h \times 50\% = 4h$
Quantidade de Horas improdutivas em 95t/dia: $8h \times 50\% = 4h$
Quantidade de Horas para produzir 0,037308t: $(4h \times 0,037308t) / 95t = 0,00157086h$
Quantidade de Horas improdutivas em 0,037308t: $(4h \times 0,037308t) / 95t = 0,00157086h$

DISTRIBUIDOR DE AGREGADOS

Jornada de Trabalho para produzir 95t: 8 h
Quantidade de Horas para produzir 95t/dia: $8h \times 70\% = 5,6h$
Quantidade de Horas improdutivas em 95t/dia: $8h \times 30\% = 2,4h$
Quantidade de Horas para produzir 0,037308t: $(5,6h \times 0,037308t) / 95t = 0,00219921h$
Quantidade de Horas improdutivas em 0,037308t: $(2,4h \times 0,037308t) / 95t = 0,00094252h$

ROLO DE PNEUS

Jornada de Trabalho para produzir 95t: 8 h
Quantidade de Horas para produzir 95t/dia: $8h \times 80\% = 6,4h$
Quantidade de Horas improdutivas em 95t/dia: $8h \times 20\% = 1,6h$
Quantidade de Horas para produzir 0,037308t: $(6,4h \times 0,037308t) / 95t = 0,00251338h$
Quantidade de Horas improdutivas em 0,037308t: $(1,6h \times 0,037308t) / 95t = 0,00062835h$

VASSOURAS MECÂNICAS ROTATIVAS

Jornada de Trabalho para produzir 95t: 8 h
Quantidade de Horas para produzir 95t/dia: $8h \times 40\% = 3,2h$
Quantidade de Horas improdutivas em 95t/dia: $8h \times 60\% = 4,8h$
Quantidade de Horas para produzir 0,037308t: $(3,2h \times 0,037308t) / 95t = 0,00125669h$
Quantidade de Horas improdutivas em 0,037308t: $(4,8h \times 0,037308t) / 95t = 0,00188504h$

TRATOR

Jornada de Trabalho para produzir 95t: 8 h
Quantidade de Horas para produzir 95t/dia: $8h \times 40\% = 3,2h$
Quantidade de Horas improdutivas em 95t/dia: $8h \times 60\% = 4,8h$
Quantidade de Horas para produzir 0,037308t: $(3,2h \times 0,037308t) / 95t = 0,00125669h$
Quantidade de Horas improdutivas em 0,037308t: $(4,8h \times 0,037308t) / 95t = 0,00188504h$

COMPRESSOR DE AR

Jornada de Trabalho para produzir 95t: 8 h
Quantidade de Horas para produzir 95t/dia: $8h \times 30\% = 2,4h$
Quantidade de Horas improdutivas em 95t/dia: $8h \times 70\% = 5,6h$
Quantidade de Horas para produzir 0,037308t: $(2,4h \times 0,037308t) / 95t = 0,00094252h$
Quantidade de Horas improdutivas em 0,037308t: $(5,6h \times 0,037308t) / 95t = 0,00219921h$

CAMINHÃO BASCULANTES

Jornada de Trabalho para produzir 95t: 8 h
Quantidade de Horas para produzir 95t/dia: $8h \times 70\% = 5,6h$

Quantidade de Horas improdutivas em 95ºdia: $8h \times 30\% = 2,4h$
 Quantidade de Horas para produzir 0,037308t: $(5,6h \times 0,037308t) / 95t = 0,00219921h$
 Quantidade de Horas improdutivas em 0,037308t: $(2,4h \times 0,037308t) / 95t = 0,00094252h$

PÁ CARREGADEIRA

Jornada de Trabalho para produzir 95t: 8 h
 Quantidade de Horas para produzir 95ºdia: $8h \times 40\% = 3,2h$
 Quantidade de Horas improdutivas em 95ºdia: $8h \times 60\% = 4,8h$
 Quantidade de Horas para produzir 0,037308t: $(3,2h \times 0,037308t) / 95t = 0,00125669h$
 Quantidade de Horas improdutivas em 0,037308t: $(4,8h \times 0,037308t) / 95t = 0,00188504h$

SERVENTE

Jornada de Trabalho para produzir 95t: 8 h
 Quantidade: 4 un
 Quantidade de Horas para produzir 0,037308t: 0,01256691h

RASTILHEIRO

Jornada de Trabalho para produzir 95t: 8 h
 Quantidade: 3 un
 Quantidade de Horas para produzir 0,037308t: 0,00942518h

OPERADOR DE MÁQUINAS AUXILIARES

Jornada de Trabalho para produzir 95t: 8 h
 Quantidade: 3 un
 Quantidade de Horas para produzir 0,037308t: 0,00942518h

ENCARREGADO DE TURMA

Jornada de Trabalho para produzir 95t: 8 h
 Quantidade: 1 un
 Quantidade de Horas para produzir 0,037308t: 0,00314173h

EDITAL

 SCO - RIO - ITEM ESPECIAL DECRETO "N" 17.873 DE 01/09/99		Proc. n.º: CSV-PRO-2025/09418 Data: 26/09/2025 Rubrica: _____ fls.: _____												
INFORMAÇÕES DO ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM DE SERVIÇO Caminhoneta de Serviço, capacidade de 11 passageiros, com motorista, material de operação e material de manutenção, com as seguintes especificações mínimas: a diesel de 120CV, autonomia de 3000 km/mês. Custo mensal (desonerado).													
	REFERÊNCIA (16) - MÊS E ANO Setembro/2025	UNIDADE un.mes	CUSTO R\$8.340,27	CÓDIGO DO ITEM IE 045073										
INFORMAÇÕES DO SOLICITANTE	1 - JUSTIFICATIVA 2 - RELAÇÃO DE ANEXOS (SE HOUVER) 1- JUSTIFICATIVA. Este item especial foi criado para utilização nos "SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO E DE IMPLANTAÇÃO DE ROTA CICLOVIÁRIA DA AVENIDA EDISON PASSOS, ESTRADA DAS FURNAS, ESTRADA VELHA DA TIJUCA E RUA BOA VISTA - ALTO DA BOA VISTA, AP2 E AP4". 2- RELAÇÃO DE ANEXOS. Relatório do Siscat. Expurgo do BDI de 18,00% => R\$9.841,51 / 1,18 = R\$8.340,27													
	<table border="1"> <tr> <td>COD. ÓRGÃO 4300</td> <td>SIGLA SC/SUBEC/CGPEP/CTPAV</td> <td>TEL 2976 - 6830</td> </tr> <tr> <td>ASSINATURA DO ORÇAMENTISTA </td> <td>ASSINATURA DA CHEFE IMEDIATA </td> <td>ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA DESPESA </td> </tr> <tr> <td>NOME Tullio Fábio Guida TULLIO FABIO GUIDA</td> <td>NOME Leonardo Souto Leonardo Souto</td> <td>NOME Eng. Marco Aurelio Regato de Oliveira Eng. Marco Aurelio Regato de Oliveira</td> </tr> <tr> <td>MATRÍCULA CNEA 14-1-87100-3-0 11/1/24/2/5/3/6-11</td> <td>MATRÍCULA CREA RJ - 153484/D Matrícula 11/242.539-5</td> <td>MATRÍCULA CREA RJ 88 1-03980-3 Mat. 11/139.882-6</td> </tr> </table>			COD. ÓRGÃO 4300	SIGLA SC/SUBEC/CGPEP/CTPAV	TEL 2976 - 6830	ASSINATURA DO ORÇAMENTISTA 	ASSINATURA DA CHEFE IMEDIATA 	ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA DESPESA 	NOME Tullio Fábio Guida TULLIO FABIO GUIDA	NOME Leonardo Souto Leonardo Souto	NOME Eng. Marco Aurelio Regato de Oliveira Eng. Marco Aurelio Regato de Oliveira	MATRÍCULA CNEA 14-1-87100-3-0 11/1/24/2/5/3/6-11	MATRÍCULA CREA RJ - 153484/D Matrícula 11/242.539-5
COD. ÓRGÃO 4300	SIGLA SC/SUBEC/CGPEP/CTPAV	TEL 2976 - 6830												
ASSINATURA DO ORÇAMENTISTA 	ASSINATURA DA CHEFE IMEDIATA 	ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA DESPESA 												
NOME Tullio Fábio Guida TULLIO FABIO GUIDA	NOME Leonardo Souto Leonardo Souto	NOME Eng. Marco Aurelio Regato de Oliveira Eng. Marco Aurelio Regato de Oliveira												
MATRÍCULA CNEA 14-1-87100-3-0 11/1/24/2/5/3/6-11	MATRÍCULA CREA RJ - 153484/D Matrícula 11/242.539-5	MATRÍCULA CREA RJ 88 1-03980-3 Mat. 11/139.882-6												
CÂMARA TÉCNICA DO SCO-RIO	3 - PARECER DO GRUPO, DE ACORDO COM O DECRETO "N" nº 17.873 DE 01/09/1999 ENQUADRA-SE COMO ITEM ESPECIAL DE ENGENHARIA? <input checked="" type="checkbox"/> SIM () NÃO RECOMENDA-SE A SUA INCLUSÃO NO CATÁLOGO DO SCO-RIO? () SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO OBS: ESTE ITEM DEVE SER PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO DA OBRA.													
	_____ CÂMARA TÉCNICA DO SCO-RIO Reunião de 30/10/25													

CONTINUAÇÃO ANEXO II

11	SERVIÇO	Camionete de Serviço, capacidade de 11 passageiros, com motorista, material de operação e material de manutenção, com as seguintes especificações mínimas: a diesel de 120CV, autonomia de 3000 km/litro. Custo mensal (desonerado).					3	UN.	un/mês
MEMÓRIA DE CÁLCULO DO NOVO ITEM DE SERVIÇO									
DESCRIÇÃO DE ITEM ELEMENTAR (A)		CÓDIGO (SCO-RIO) (B)		UN. (D)	QUANTIDADE (E)	CUSTO UNIT. (R\$) (F)	CUSTO FINAL (R\$) (G)	PONTE DE PESQUISA DO ITEM ELEMENTAR NÃO DISPONÍVEL NO CATÁLOGO DO SCO-RIO (H)	
		ELEMENTAR	REUTILIZADO						
Van Citroen Jumpy Vitrô 2525 (motor 1.5 turbodiesel) ou similar				un	0,00833333	200.630,00	1.673,63	Pesquisa de Mercado	
Óleo, peças e manutenção de Camioneta, Van Citroen Jumpy Vitrô ou similar				un	0,00833333	200.630,00	1.673,63	Pesquisa de Mercado	
Lubrificação de Camioneta, Van Citroen Jumpy Vitrô 2525 (motor 1.5 turbodiesel) ou similar				un	0,08333333	7.180,00	598,42	Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro	
Conjunto de pneus, 215/60 R16, 6 toneladas, para D-20, para Pto. Ap Chevrolet ou similar		IEQ009000		un	0,08333333	3.244,00	270,33		
Lubrificação e lavagem para veículo leve		IEQ014750		un	1,00000000	35,00	35,00		
Óleo cambiodiferencial SAE 90, litragem ou similar		IEQ016350		l	0,01666666	10,04	0,28		
Óleo diesel, na bomba		IEQ016450		l	300,00000000	0,60	1.797,00		
Óleo lubrificante, multigravoso, SAE 15 W-40, Brutas TS.		IEQ016550		l	5,50000000	32,60	179,30		
CUSTO UNITÁRIO							(I)		
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES									
1 mês/120 meses = 0,00833333; 1 mês/12 meses = 0,08333333; 1 mês/60 meses = 0,01666666 R\$229.890,00 (valor tabelado Citroen Jumpy Vitrô km) x 3% (IPVA) + R\$281,29 (desoneração) = R\$2.180,38									
12 ORÇAMENTISTA:				13 CHEFIA IMEDIATA:				14 ÓRGÃO SOLICITANTE:	
(Nome, assinatura e matrícula)				(Nome, assinatura e matrícula)				E-MAIL:	
#PLANRIO Sistema de Custos de Obras e Serviços									

CONTINUAÇÃO ANEXO II

11	SERVIÇO	Camionete de Serviço, capacidade de 11 passageiros, com motorista, material de operação e material de manutenção, com as seguintes especificações mínimas: a diesel de 120CV, autonomia de 3000 km/litro. Custo mensal (desonerado).					3	UN.	un/mês
MEMÓRIA DE CÁLCULO DO NOVO ITEM DE SERVIÇO									
DESCRIÇÃO DE ITEM ELEMENTAR (A)		CÓDIGO (SCO-RIO) (B)		UN. (D)	QUANTIDADE (E)	CUSTO UNIT. (R\$) (F)	CUSTO FINAL (R\$) (G)	PONTE DE PESQUISA DO ITEM ELEMENTAR NÃO DISPONÍVEL NO CATÁLOGO DO SCO-RIO (H)	
		ELEMENTAR	REUTILIZADO						
litragem ou similar, para motores a diesel				l	180,00000000	20,24	3.703,92		
Motorista de veículo leve de serviço (inclusive encargos sociais e encargos complementares). (desonerado).		AC08902500		h					
CUSTO UNITÁRIO							(I)		
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES									
1 mês/120 meses = 0,00833333; 1 mês/12 meses = 0,08333333; 1 mês/60 meses = 0,01666666 R\$229.890,00 (valor tabelado Citroen Jumpy Vitrô km) x 3% (IPVA) + R\$281,29 (desoneração) = R\$2.180,38									
12 ORÇAMENTISTA:				13 CHEFIA IMEDIATA:				14 ÓRGÃO SOLICITANTE:	
(Nome, assinatura e matrícula)				(Nome, assinatura e matrícula)				E-MAIL:	
#PLANRIO Sistema de Custos de Obras e Serviços									

10/27/25, 2:54 PM

Tabela Fipe - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - Fipe



Preço Médio de Veículos - Consulta de Carros e Utilitários Pequenos - Pesquisa comum - FIPE

●

Mês de referência:	setembro de 2025
Código Fipe:	011217-8
Marca:	Citroën
Modelo:	Jumpy Vitre 1.5 Turbo Diesel
Ano Modelo:	Zero KM Diesel
Autenticação	kxs3t7jt1fcb
Data da consulta	segunda-feira, 27 de outubro de 2025 14:54
Preço Médio	R\$ 200.836,00

7/14/25, 12:16 PM

Monte o Seu Novo Jumpy | Citroën

7/14/2025

CITROEN JUMPY



MEU CARRO

PREÇO INICIAL	R\$ 229.990,00
COR	R\$ 0,00
PREÇO	R\$ 229.990,00

PAGAMENTO

PAGAMENTO A VISTA	R\$ 229.990,00
-------------------	----------------

JUMPY VITRE 25/25

COR

BRANCO BANGLUSE R\$ 0,00

VERSÃO, MOTOR E CÂMBIO

JUMPY VITRE 25/25

ITENS DE SÉRIE

- RETROVISORES EXTERNOS COM REGULAGEM ELÉTRICA
- HILL ASSIST - SISTEMA AUXILIAR DE PARTIDA EM RAMPA
- CRUISE CONTROL - PILOTO AUTOMÁTICO
- FARÓIS DE NEBLINA
- 6,1 M³ - VOLUME ÚTIL (ÁREA DA ZONA DE CARGA)
- APOIO DE BRAÇO PARA O MOTORISTA
- DIREÇÃO COM REGULAGEM DE ALTURA E PROFUNDIDADE
- CINTOS DE SEGURANÇA RETRÁTEIS DE TRÊS PONTOS - BANCO DOS PASSAGEIROS
- VIDROS NAS PORTAS TRASEIRAS
- RÁDIO COM AM/FM, USB E BLUETOOTH + 2 ALTO-FALANTES E ANTENA
- LUZ DIURNA DE SEGURANÇA - DAY RUNNING LIGHTS (DRL) HALÓGENAS
- ESP - CONTROLE DE ESTABILIDADE (COM BOTÃO DE CONTROLE NO PAINEL)
- AR-CONDICIONADO (CABINE)
- 68i - INDICADOR DE TROCA DE MARCHA
- COMPUTADOR DE BORDO
- LIMITADOR DE VELOCIDADE
- VIDROS LATERAIS

 SCO - RIO - ITEM ESPECIAL DECRETO "N" 17.873 DE 01/09/99		Proc. n.º: CSV-PRO-2025/09418 Data: 26/09/2025 Rubrica:	
		fls.:	
INFORMAÇÕES DO ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM DE SERVIÇO CAP (cimento asfáltico de petróleo) Borracha do tipo AB-22, para utilização em misturas asfálticas, inclusive frete até a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Fornecimento (desonerado). <div style="text-align: right; font-size: 1.2em;">R\$ 4.745,77</div>		
	REFERÊNCIA (10) - MÊS E ANO Setembro/2025	UNIDADE t	CUSTO R\$ 5.600,00
INFORMAÇÕES DO SOLICITANTE	1 - JUSTIFICATIVA 2 - RELAÇÃO DE ANEXOS (SE HOUVER) 1 - Justificativa: Item a ser utilizado exclusivamente nos "SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO E DE IMPLANTAÇÃO DE ROTA CICLOVIÁRIA DA AVENIDA EDISON PASSOS, ESTRADA DAS FURNAS, ESTRADA VELHA DA TIJUCA E RUA BOA VISTA - ALTO DA BOA VISTA, AP2 E AP4". <div style="text-align: right; font-size: 1.2em;">EXPURGO DO BDI DE 18% R\$ 5.600,00 / 1,18 = R\$ 4.745,77</div>		
	2 - Propostas de fornecedores: Greca Asfaltos: R\$5.600,00/t. NTA Asfaltos: R\$6.175,00/t. CBB Asfaltos: R\$6.222,00/t.		
COD. ORÇÃO 4300		SIGLA SC/SUBEC/CGPEP/CTPAV	TEL. 2976 - 6830
ASSINATURA DO ORÇAMENTISTA 		ASSINATURA DA CHERIA IMEDIATA 	
NOME Tullio Fabio Guida CREA RJ 88.1-03980-3		NOME Eng. Marco Aurélio Regalo de Oliveira Mat. 11/138.882-6 - CREA/RJ 88.1-03980-3	
MATRÍCULA 1111242538-5		MATRÍCULA 11242538-5	
CÂMARA TÉCNICA DO SCO-RIO	3 - PARECER DO GRUPO, DE ACORDO COM O DECRETO "N" 17.873 DE 01/09/1999 ENQUADRA-SE COMO ITEM ESPECIAL DE ENGENHARIA ? <input checked="" type="checkbox"/> SIM () NÃO RECOMENDA-SE A SUA INCLUSÃO NO CATÁLOGO DO SCO-RIO ? () SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO OBS: ESTE ITEM DEVE SER PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO DA OBRA. <div style="text-align: center;">  CÂMARA TÉCNICA DO SCO-RIO Reunião de 30/10/25 </div>		

11/3/25, 11:29 AM

Gmail - Fwd: Cotação AB-22



Tulio Fabio Guida <tuliofabioguida@gmail.com>

Fwd: Cotação AB-22

2 mensagens

Leonardo Cavalcanti <leoctpav@gmail.com>
Para: Tulio Fabio Guida <tuliofabioguida@gmail.com>

14 de outubro de 2025 às 11:40

Segue proposta da fornecedora Greca para CAP Borracha AB-22.

At.te,
Leonardo Cavalcanti

----- Forwarded message -----
De: **Leonardo Cavalcanti** <leoctpav@gmail.com>
Date: qua., 1 de out. de 2025 às 15:10
Subject: Cotação AB-22
To: <juliana.vielman@grecaasfaltos.com.br>

Prezados,

Solicitamos cotação para o CAP Borracha do tipo AB-22 que será utilizado em projeto de recapeamento da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro com uso de misturas asfálticas do tipo OPEN GRADED e SAMI, que somam uma quantidade aproximada de 1.220 (mil duzentos e vinte) toneladas de ligante. Favor incluir na cotação o transporte até a região metropolitana da Cidade no bairro do Caju.

Desde já agradecemos à disponibilidade,
Leonardo Cavalcanti
Coordenador I
SC/SUBPER/CTPAV

Leonardo Cavalcanti <leoctpav@gmail.com>
Para: Tulio Fabio Guida <tuliofabioguida@gmail.com>

27 de outubro de 2025 às 16:40

Segue proposta da Greca Asfaltos para o Asfalto Borracha AB-22

Atenciosamente,
Leonardo Cavalcanti
----- Forwarded message -----
De: **Juliana Vielman** <juliana.vielman@grecaasfaltos.com.br>
Date: qua., 1 de out. de 2025 às 15:37
Subject: RES: Cotação AB-22
To: Leonardo Cavalcanti <leoctpav@gmail.com>
Cc: Alexandre Souza <alexandre.souza@grecaasfaltos.com.br>

Boa tarde Leonardo, tudo bem?

Primeiramente obrigada por entrar em contato com a Greca.

Ficamos no seu aguardo para agendarmos nossa visita na próxima semana.

Conforme solicitada, segue proposta comercial para o Produto Ecoflex A – referente ao AB-22.

Aproveito e estou anexando nossos Catálogos para apreciação e conhecimento.

Ficamos a sua disposição para dúvidas e solicitações.

Atenciosamente,

Juliana Vielman
Comercial RJ/ES
GRECA Asfaltos
www.grecaasfaltos.com.br
juliana.vielman@grecaasfaltos.com.br

<https://mail.google.com/mail/u/0/?ik=4f4590eb9b&view=pt&search=all&permthid=thread-f:1845968608982464184&simpl=msg-f:1845968608982464184> 1/2

11/3/25, 11:29 AM

Gmail - Fwd: Cotação AB-22

(21) 99652-0795 / (27) 99833-7678



De: Leonardo Cavalcanti <leoctpav@gmail.com>
Enviada em: quarta-feira, 1 de outubro de 2025 15:10
Para: Juliana Vielman <juliana.vielman@grecaasfaltos.com.br>
Assunto: Cotação AB-22

Cuidado: você não recebe emails de leoctpav@gmail.com. Saiba por que isso é importante

Importante: Esta mensagem é de um remetente externo. Por favor, não clique em nenhum link ou abra nenhum anexo, a menos que você esteja absolutamente seguro de sua autenticidade.




Prezados,

Solicitamos cotação para o CAP Borracha do tipo AB-22 que será utilizado em projeto de recapeamento da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro com uso de misturas asfálticas do tipo OPEN GRADED e SAMI, que somam uma quantidade aproximada de 1.220 (mil duzentos e vinte) toneladas de ligante. Favor incluir na cotação o transporte até a região metropolitana da Cidade no bairro do Caju.

Desde já agradecemos à disponibilidade,
Leonardo Cavalcanti
Coordenador I
SC/SUBPEP/CTPAV

O conteúdo deste e-mail é estritamente confidencial e destina-se apenas ao destinatário especificado. É proibido compartilhar o e-mail ou seu conteúdo com qualquer terceiro sem o consentimento expresso do remetente. Se este e-mail chegar a você por engano, por favor nos informe para que possamos garantir que isso não aconteça no futuro e excluir a mensagem. — The content of this email is strictly confidential and is intended for the specified recipient only. It is prohibited to share this email or its contents with any third party without express consent of the sender. If this email reached you by mistake, please let us know so we can ensure this doesn't happen in the future and delete the message.

3 anexos

-  Proposta - Prefeitura RJ - ECOFLEX - Outubro 2025.pdf
363K
-  Catálogo Greca.pdf
5646K
-  Catálogo de Produtos - Greca.pdf
2090K

<https://mail.google.com/mail/u/0/?ik=4f4590eb9b&view=pt&search=all&permthid=thread-f:1845968608982464184&simpl=msg-f:1845968608982464184> 2/2

MUNICÍPIO DE RIO DE JANEIRO
PROPOSTA 0043

Proposta

Obra: PMRJ - USINA CAJU - ORÇAMENTO

Produto (CIF)									
Orig	UF	Item	Emb	ICMS	ST	IP	Out Imp	Prazo	Total/t
GLUA	SP	EDDIA EX A	Granel	32,00 %	0,00 %	0,00 %	10,00 %	300	R\$ 5.603,00
GLUA	SP	EDOPLOX B	Granel	32,00 %	0,00 %	0,00 %	10,00 %	300	R\$ 3.553,00

Quantidade Total de Itens: 2

Observações da Proposta:

Para as operações de venda de mercadoria, produto ou prestação de serviço interestadual, na condição de contribuinte do ICMS, o cliente deverá comprovar tal condição, nos termos da legislação vigente, sob pena de documento complementar cobrando o diferencial de alíquotas/preço.

Para operações de serviço de transportes intermunicipais/estaduais, frete modalidade FOB, com origem PR, RS e MG, na condição de contribuinte do ICMS, o cliente deverá comprovar tal condição, nos termos da legislação vigente, sob pena de documento complementar cobrando o ICMS devido na operação/preço.

Os preços ora apresentados poderão ser reajustados a qualquer momento, pela superveniência de fatos que causem alteração nas condições originais da proposta, tais como aumento dos insumos, em especial da matéria-prima na fonte produtora - Petrobras.

O nosso corpo técnico permanece sempre a disposição do cliente, para orientação nos serviços executados. A concessão de crédito para vendas a prazo está condicionada à prévia aprovação pelo setor de análise de crédito da Greca Asfaltos.

A estadia, se sujeita, será cobrada de acordo com a Lei 11.442/07 Art. 11 inciso 5º, alterado pela 13.103/2015 o prazo máximo para carga e descarga do veículo de transporte rodoviário de cargas, será de 5 (cinco) horas, contadas da chegada do veículo ao endereço de destino, após o qual será devido ao transportador autônomo de carga - TAC ou ETC a importância equivalente a R\$ 2,41 (Dois reais e quarenta e um centavos) por toneladas/hora ou fração.

Os preços apresentados para Emulsão Asfáltica e Asfaltos Modificados (Cimento Asfáltico de Petróleo Modificado por Polímeros e Cimento Asfáltico de Petróleo Modificado por Adição de Borracha) consideram alíquota de 0% quanto ao IP, de acordo com a redução prevista para o código TIPI 2713.20.00 e 2715.00.00 constante no Anexo III do Decreto nº 8.956/2016, que alterou a tabela de incidência do imposto sobre produtos industrializados - TIPI.

ESTA PROPOSTA PERMANECERÁ VÁLIDA ATÉ 31/10/2025.

Juliana Vielman

Greca Distribuidora de Asfaltos LTDA
Matriz: Av. das Araucárias, 5126 - Araucária/PR
Fone: (41) 2106-8600 - CEP - 83707-754
CNPJ: 02.351.006/0001-39 - INSCR. EST.: 901.54946-00

11/3/25, 11:26 AM

Gmail - Fwd: Cotação AB-22



Tulio Fabio Guida <tuliofabioguida@gmail.com>

Fwd: Cotação AB-22

1 mensagem

Leonardo Cavalcanti <leoctpav@gmail.com>
Para: Tulio Fabio Guida <tuliofabioguida@gmail.com>

20 de outubro de 2025 às 10:13

----- Forwarded message -----

De: **Jorge** <jorge@nta-asfaltos.com.br>
Date: seg., 20 de out. de 2025 às 09:08
Subject: RE: Cotação AB-22
To: Leonardo Cavalcanti <leoctpav@gmail.com>

Leonardo, bom dia.

Conforme sua solicitação, apresento nossa proposta de preço para sua análise,

Peço que analise e retorne o mais breve possível,

At,



Jorge Luis S. Souza

Gestor de Negócios

+55 (21) 2676-1244 / (21) 9 9008-6654 / (11) 9 7624-6832
jorge@nta-asfaltos.com.br
www.nta-asfaltos.com.br
Rio de Janeiro



Compromisso, inovação e parceria em cada trecho.

De: Leonardo Cavalcanti <leoctpav@gmail.com>
Enviado: sexta-feira, 17 de outubro de 2025 15:47
Para: Jorge <jorge@nta-asfaltos.com.br>
Assunto: Cotação AB-22

Prezado Jorge,
Boa tarde, tudo bem?


A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro está atualizando o processo para execução de obras com asfalto borracha e contamos com sua gentileza, para envio de proposta de CAP Borracha do tipo AB-22 que será utilizado em projeto de recapeamento da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro com uso de misturas asfálticas do tipo OPEN GRADED e SAMI, que somam uma quantidade aproximada atualizada de 1.220 (mil duzentos e vinte) toneladas de ligante. Favor incluir na cotação o transporte até a região metropolitana da Cidade.

Desde já agradeço,
Leonardo Cavalcanti
SC/SUBEC/CGPEP/CTPAV

<https://mail.google.com/mail/u/0/?ik=4f4590eb9b&view=pt&search=all&permthid=thread-f:1846506708761631470&simpl=msg-f:18465067087616...> 1/2

11/3/25, 11:26 AM

Gmail - Fwd: Cotação AB-22

 **proposta_014553_01_municipio_de_rio_de_janeiro_20230720.pdf**
189K

<https://mail.google.com/mail/u/0/?ik=4f4590eb9b&view=pt&search=all&permthid=thread-f:1846506708761631470&simpl=msg-f:18465067087616...> 2/2



DUQUE DE CAXIAS, 20 de OUTUBRO de 2025
Proposta: 016744/01 - OBRA RIO DE JANEIRO/RJ

A
MUNICÍPIO DE RIO DE JANEIRO
At.Sr(a) **LEONARDO CAVALCANTI**
Tel: (21) 3342-2108
Cel: (21) 99988-5437
E-Mail: leoctpav@gmail.com

Pela presente, formalizamos nossa proposta comercial para o fornecimento de materiais betuminosos. A seguir, segue os preços e demais condições descritas abaixo:

Produto	Procedência	Distância - KM	Local de Entrega	Preço Unit. Total (Preço Base)	ICMS - 12,00 %	Preço Unit. Total (Preço Base)	ICMS - 12,00 %	Preço Pago - Preço	Preço Pago - Preço
EDONTAFLEX B	PAULINWASP	510 KM	RIO DE JANEIRO/RJ	5.550,00	22,0 %	510,00	7,0 %	A VISTA	A VISTA
EDONTAFLEX B	PAULINWASP	510 KM	RIO DE JANEIRO/RJ	5.663,00	22,0 %	510,00	7,0 %	530,00	530,00

No CTR-C além do valor do frete, virá discriminado também a cobrança do seguro obrigatório de acordo com a deliberação nº 235, de 28 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial dia 02/10/2017 pela ANTT. Este seguro obrigatório é cobrado com base no valor total da mercadoria. Além disto será também discriminado o valor do pedágio.

O transporte será efetuado através de carretas tanques com capacidade entre 27 e 48 toneladas. A quantidade mínima a ser transportado é de 25 toneladas. No caso de volumes abaixo de 22 toneladas, tendo como quantidade mínima, 15 toneladas, os valores dos fretes acima terão um adicional de 30%. O prazo para descarga é de 6 horas após a chegada da carreta no canteiro. Após o período será cobrado diária de R\$980,00/dia para carreta e R\$1.800,00 para Bi-trem.

Os preços ora cotados são vigentes nesta data, estão com todos os impostos inclusos, exceto IPI que conforme decreto 7.879/2012 artº 3º considera imunes as emulsões asfálticas.

Caso haja alguma variação de preço na fonte produtora ou algum fato superveniente que cause desequilíbrio nas condições ofertadas os preços serão renegociados com prévia antecedência.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários, esperando atendê-los em breve.

Validade da Proposta: 30/10/2025

Atenciosamente,

JORGE LUIZ SOUZA
GESTOR DE NEGÓCIOS
Tel: (11) 97624-6832
E-Mail: jorge@nta-asfaltos.com.br
www.nta-asfaltos.com.br



11/3/25, 11:28 AM

Gmail - Fwd: Cotação AB-22 - Prefeitura do Rio



Tulio Fabio Guida <tuliofabioguida@gmail.com>

Fwd: Cotação AB-22 - Prefeitura do Rio

2 mensagens

Leonardo Cavalcanti <leoctpav@gmail.com>
Para: Tulio Fabio Guida <tuliofabioguida@gmail.com>

14 de outubro de 2025 às 11:41

Segue proposta da fornecedora CBB para CAP Borracha AB-22

At.te,
Leonardo Cavalcanti

----- Forwarded message -----
De: **Leonardo Cavalcanti** <leoctpav@gmail.com>
Date: qui., 9 de out. de 2025 às 16:43
Subject: Re: Cotação AB-22 - Prefeitura do Rio
To: Rosane Marx <rosane@cbbasfaltos.com.br>

Boa tarde Rosane,

Muito obrigado pelo pronto atendimento.

At.te,
Leonardo Cavalcanti
SC/SUBEC/CGPEP/CTPAV

Em qui., 9 de out. de 2025 às 13:29, Rosane Marx <rosane@cbbasfaltos.com.br> escreveu:

Boa tarde,

Segue orçamento.

Atenciosamente,



Rosane Marx
Comercial
rosane@cbbasfaltos.com.br
Tel. +55 41 3091.2200 | 41 3091.2217 | 41 99961.0376
Rua João Bettega 3500 CIC | 81350-000 Curitiba PR
Central de Vendas +55 41 3091.2218
www.cbbasfaltos.com.br

Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente!

De: Leonardo Cavalcanti <leoctpav@gmail.com>
Enviado: quinta-feira, 9 de outubro de 2025 10:37
Para: Comercial | cbb Asfaltos <comercial@cbbasfaltos.com.br>
Assunto: Cotação AB-22 - Prefeitura do Rio

Prezados,
Bom dia, tudo bem?

A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro está atualizando o processo para execução de obras com asfalto borracha e contamos com sua gentileza para cotação de CAP Borracha do tipo AB-22, para criação do item do sistema de custo que será utilizado para o orçamento de execução de recapeamento da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro com uso de misturas asfálticas do tipo OPEN GRADED e SAMI, que somam uma quantidade aproximada atualizada de 1.220 (mil duzentos e vinte) toneladas de ligante. Favor incluir na cotação o transporte até a usina de asfalto do Caju no Rio de Janeiro, bairro do Caju.

<https://mail.google.com/mail/u/0/?ik=4f4590eb9b&view=pt&search=all&permthid=thread-f:1845968669880097650&simpl=msg-f:1845968669880097650> 1/2

11/3/25, 11:28 AM

Gmail - Fwd: Cotação AB-22 - Prefeitura do Rio

A Usina poderá ser considerada com tipo volumétrica e o pagamento à vista.


Desde já agradeço,
Leonardo Cavalcanti
SC/SUBEC/CGPEP/CTPAV

Leonardo Cavalcanti <leoctpav@gmail.com>
Para: Tulio Fabio Guida <tuliofabioguida@gmail.com>

27 de outubro de 2025 às 16:44

Segue proposta da CBB asfaltos para o asfalto borracha AB-22.

Atenciosamente;
[Texto das mensagens anteriores oculto]

 **PREFEITURA RIO DE JANEIRO.PDF**
26K

<https://mail.google.com/mail/u/0/?ik=4f4590eb9b&view=pt&search=all&permthid=thread-f:1845968669880097650&simpl=msg-f:1845968669880097650> 2/2

**ORÇAMENTO****“Ganhe tempo, faça seu cadastro”**
www.cbbsafibba.com.brPREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
AE LEONARDO CAVALCANTIPágina: 1
Número: 18.466/1
Emissão: 08/10/2025

Informamos abaixo os preços por tonalidade e condições para fornecimento de materiais asfálticos:

MUNICÍPIO DE ENTREGA: RIO DE JANEIRO/RJ													
ORIGEM	BASE ABASTECIMENTO	PRODUTO	CARGA		PRODUTO/TON		FRETE/TON				TOTAL (R\$)	TOTAL (R\$)	
			(TON)	ICMS	PREÇO (R\$)	ICMS	PREÇO (R\$)	TARIFA (R\$)	PEDAG (R\$)				
PLT/RSF	REVAMP-SP	LAP MODIFICADO POR BORRACHA DE PREL - INTERFLEX AUL3	30	22,0%	A VISTA	5.580,00	510	22,0%	A VISTA	600,00	43,00	642,00	6.222,00

OBSERVAÇÕES:**ICMS:**

De acordo com a situação tributária vigente, é obrigatória a apresentação do Atestado de Condição do ICMS, para validação dos preços propostos.

Pedidos:Através de ordem de compra ou similar via e-mail comercial@cbbsafibba.com.br.**Prazo de Entrega:**

Em até 48 (quarenta e oito) horas após solicitação formal, condicionado à normalidade da Fonte de Abastecimento de matéria prima da Petróleo Brasileiro S/A - Petróleo.

Garantia:

90 (noventa) dias, a contar da data de entrega. O produto será fornecido, porém sua garantia em casos de armazenamento, manuseio ou aplicação incorretos, bem como em casos de adição de outros produtos ou alteração de suas propriedades atestadas no Certificado de Qualidade.

Validade de Proposta:

Até 31/10/2025 (31 de Outubro de 2025), exceto quando houver alteração de preços.

Des. preços:

Os preços ora cotados serão atualizados de acordo com as alterações promovidas pela Petróleo Brasileiro S/A - Petróleo, única e exclusiva produtora nacional de asfalto.

Assistência Técnica:

Oferecemos serviços técnicos compreendendo a coleta de amostras, dosagem de misturas asfálticas, calibragem de equipamentos e acompanhamento de aplicação em trechos experimentais. Os serviços técnicos oferecidos, serão cobrados à parte, podendo ser ressarcidos na forma de desconto por tonalidade em caso de contratação do fornecimento.

Horas paradas/diárias:

Serão cobradas em conformidade com a legislação vigente (Parágrafos 5º e 6º do Artigo 11 da Lei 11.402/2007, alterado pela Lei 13.103/2015).

ROSANE MARX
SUPERVISORA DE VENDAS
rosane@cbbsafibba.com.br
Tel. (41)3091-2218

NATIZ
CNPJ nº 08.079.918
R. João Ramalho 3508 CJC 81.330-000 Curitiba PR
cbbsafibba.com.br

FLAVIO
CPF 493.433.7177
12.2071-4178

ELISSA CAMILO DE
CPF 91.948.1475

WILLER AG
CPF 01.944.7348

RODOLFO DE
CPF 01.3113.8880

 <p>SCO - RIO - ITEM ESPECIAL DECRETO "N" 17.873 DE 01/09/22</p>		Proc. n.º: CSV-PRO-2025/09418 Data: 26/09/2025 Rubrica: _____ fls.: _____															
INFORMAÇÕES DO ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM DE SERVIÇO Revestimento em concreto asfáltico usinado a quente, tipo Open Graded (CPA), com asfalto borraça, atendendo as normas de segurança e de meio ambiente, para camada de rolamento, espalhado e compactado, na espessura de 5 cm, de acordo com as especificações do DNIT, exclusive materiais e transporte da usina para o local de aplicação (desonerado).																
	REFERÊNCIA (1º) - MÊS E ANO Setembro/2025	UNIDADE m2	CUSTO R\$16,13	CÓDIGO DO ITEM IE 045075													
INFORMAÇÕES DO SOLICITANTE	1 - JUSTIFICATIVA 2 - RELAÇÃO DE ANEXOS (SE HOUVER) 1 - Justificativa: Item a ser utilizado exclusivamente nos "SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO E DE IMPLANTAÇÃO DE ROTA CICLOVIÁRIA DA AVENIDA EDISON PASSOS, ESTRADA DAS FURNAS, ESTRADA VELHA DA TIJUCA E RUA BOA VISTA - ALTO DA BOA VISTA, AP2 E AP4".																
	<table border="1"> <tr> <td> CDD. ÓRGÃO 4300 </td> <td> SIGLA SC/SUBEC/CGPEP/CTPAV </td> <td> TEL. 2976 - 6830 </td> </tr> <tr> <td> ASSINATURA DO ORÇAMENTISTA  </td> <td> ASSINATURA DA CHEFIA IMEDIATA  </td> <td> ASSINATURA DO ORÇENADOR DE DESPESA  </td> </tr> <tr> <td> NOME TULIO FABIO GUIDA </td> <td> NOME Leonardo Santana Cavalcanti </td> <td> NOME Eng. Marco Aurélio Regalo de Oliveira </td> </tr> <tr> <td> MATRÍCULA CNUA 04-3-47000-3-0 </td> <td> MATRÍCULA CREA RJ - 163404/D Matriculad 11/242 539-5 </td> <td> MATRÍCULA Eng. 11/138.882-5 - CREA/RJ 88 1-03980-3 Subsecretário </td> </tr> <tr> <td> 1 1 1 2 4 2 5 3 6 - 1 1 </td> <td> 1 1 1 2 4 2 5 3 9 - 5 </td> <td> 1 1 1 3 8 8 8 2 5 - 1 </td> </tr> </table>			CDD. ÓRGÃO 4300	SIGLA SC/SUBEC/CGPEP/CTPAV	TEL. 2976 - 6830	ASSINATURA DO ORÇAMENTISTA 	ASSINATURA DA CHEFIA IMEDIATA 	ASSINATURA DO ORÇENADOR DE DESPESA 	NOME TULIO FABIO GUIDA	NOME Leonardo Santana Cavalcanti	NOME Eng. Marco Aurélio Regalo de Oliveira	MATRÍCULA CNUA 04-3-47000-3-0	MATRÍCULA CREA RJ - 163404/D Matriculad 11/242 539-5	MATRÍCULA Eng. 11/138.882-5 - CREA/RJ 88 1-03980-3 Subsecretário	1 1 1 2 4 2 5 3 6 - 1 1	1 1 1 2 4 2 5 3 9 - 5
CDD. ÓRGÃO 4300	SIGLA SC/SUBEC/CGPEP/CTPAV	TEL. 2976 - 6830															
ASSINATURA DO ORÇAMENTISTA 	ASSINATURA DA CHEFIA IMEDIATA 	ASSINATURA DO ORÇENADOR DE DESPESA 															
NOME TULIO FABIO GUIDA	NOME Leonardo Santana Cavalcanti	NOME Eng. Marco Aurélio Regalo de Oliveira															
MATRÍCULA CNUA 04-3-47000-3-0	MATRÍCULA CREA RJ - 163404/D Matriculad 11/242 539-5	MATRÍCULA Eng. 11/138.882-5 - CREA/RJ 88 1-03980-3 Subsecretário															
1 1 1 2 4 2 5 3 6 - 1 1	1 1 1 2 4 2 5 3 9 - 5	1 1 1 3 8 8 8 2 5 - 1															
CÂMARA TÉCNICA DO SCO-RIO	3 - PARECER DO GRUPO, DE ACORDO COM O DECRETO "N" nº 17.873 DE 01/09/1809 ENQUADRA-SE COMO ITEM ESPECIAL DE ENGENHARIA ? <input checked="" type="checkbox"/> SIM () NÃO RECOMENDA-SE A SUA INCLUSÃO NO CATÁLOGO DO SCO-RIO ? () SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO OBS: ESTE ITEM DEVE SER PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO DA OBRA.																
	<p align="center">  CÂMARA TÉCNICA DO SCO-RIO Reunião de 30/10/2025 </p>																

CONTINUAÇÃO ANEXO II

11	SERVIÇO	Revestimento em concreto asfáltico unido a quente, tipo Open Grades (CPA), com ardido boracha, atendendo as normas de segurança e de meio ambiente, para contêido do rolamento, espalhado e compactado, na espessura de 5 cm, de acordo com as especificações do D#1T, exclusão materiais e transporte da usina para o local de aplicação (desonerado)	3	UN,	m2			
MEMÓRIA DE CÁLCULO DO NOVO ITEM DE SERVIÇO								
DESCRIÇÃO DE ITEM ELEMENTAR (A)		CÓDIGO (SCO-RIO) (B)		UN.	QUANTIDADE	CUSTO UNIT. (R\$) (F)	CUSTO FINAL (R\$) (G)	PONTE DE PESQUISA DO ITEM ELEMENTAR NÃO DISPONÍVEL NO CATÁLOGO DO SCO-RIO (H)
		ELEMENTAR	REUTILIZADO	(C)	(E)	(F)	(G)	(H)
Rendilheiro (inclusive encargos sociais e encargos complementares) (desonerado)		MO0902050		h	0,01125000	30,25	0,41	
Servente (inclusive encargos sociais e encargos complementares) (desonerado)		MO0902450		h	0,01500000	23,80	0,36	
Entregador de turma (inclusive encargos sociais e encargos complementares) (desonerado)		MO0901500		h	0,00375000	30,70	0,15	
Laboralista de Seta A (inclusive encargos sociais e encargos complementares) (desonerado)		MO0902250		h	0,00750000	48,00	0,35	
PI incidente sobre mão de obra direta com Encargos Sociais para cobrir despesas relativas a equipamentos de proteção individual, uniformes e ferramentas		EVT000050		%		1,27	0,04	
Caminhão basculante, com capacidade de 10m3 a 12m3, com motorisa, material de operação e material de manutenção, com as seguintes especificações mínimas: motor diesel de 220CV. Custo horário produtivo (desonerado)		RE0901150	E004050200	h	0,00150000	228,00	0,34	
CUSTO UNITÁRIO						(I)		
								1º MÊS DE REFERÊNCIA
								SET/2025
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES								
12 ORÇAMENTISTA:			13 CHEFIA IMEDIATA:			14 ÓRGÃO SOLICITANTE:		
(Nome, assinatura e matrícula)			(Nome, assinatura e matrícula)			E-MAIL:		
#LAVRIO Sistema de Custos de Obras e Serviços								

CONTINUAÇÃO ANEXO II

11	SERVIÇO	Revestimento em concreto asfáltico unido a quente, tipo Open Grades (CPA), com ardido boracha, atendendo as normas de segurança e de meio ambiente, para contêido do rolamento, espalhado e compactado, na espessura de 5 cm, de acordo com as especificações do D#1T, exclusão materiais e transporte da usina para o local de aplicação (desonerado)	3	UN,	m2			
MEMÓRIA DE CÁLCULO DO NOVO ITEM DE SERVIÇO								
DESCRIÇÃO DE ITEM ELEMENTAR (A)		CÓDIGO (SCO-RIO) (B)		UN.	QUANTIDADE	CUSTO UNIT. (R\$) (F)	CUSTO FINAL (R\$) (G)	PONTE DE PESQUISA DO ITEM ELEMENTAR NÃO DISPONÍVEL NO CATÁLOGO DO SCO-RIO (H)
		ELEMENTAR	REUTILIZADO	(C)	(E)	(F)	(G)	(H)
Caminhão basculante, com capacidade de 10m3 a 12m3, com motorisa, com as seguintes especificações mínimas: motor diesel de 220CV. Custo horário produtivo (motor desgastado) (desonerado)		RE0901155	E004050206	h	0,00225000	63,05	0,14	
Pe Carregadeira (Carregador frontal) sobre rodas, capacidade útil de 2,80m3, com operador, material de operação e material de manutenção, com as seguintes especificações mínimas: motor diesel de 180,7CV. Custo horário produtivo (desonerado)		RE0902400	E014050461	h	0,00225000	474,11	1,07	
Pe Carregadeira (Carregador frontal) sobre rodas, capacidade útil de 2,80m3, com operador, com as seguintes especificações mínimas: motor diesel de 183,7CV. Custo horário produtivo (motor desgastado) (desonerado)		RE0902500	E014050467	h	0,00150000	162,23	0,24	
Kit de Sistema de nivelamento eletrônico para Vibro-escabridores. Custo horário (desonerado)		RE0905250	E019050871	h	0,00375000	1,08	0,01	
Rolo Compactador Tandem, com operador, material de operação e material de manutenção, com as seguintes especificações mínimas: motor diesel de 58,5CV, de 50 a 10t. Custo horário		RE0906450	E019050482	h	0,00262500	108,41	0,28	
CUSTO UNITÁRIO						(I)		
								1º MÊS DE REFERÊNCIA
								SET/2025
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES								
12 ORÇAMENTISTA:			13 CHEFIA IMEDIATA:			14 ÓRGÃO SOLICITANTE:		
(Nome, assinatura e matrícula)			(Nome, assinatura e matrícula)			E-MAIL:		
#LAVRIO Sistema de Custos de Obras e Serviços								

CONTINUAÇÃO ANEXO II

11	SERVIÇO	Revestimento em concreto asfáltico unido a quente, tipo Open Grades (CPA), com anêlo tonalha, atendendo as normas de segurança e de meio ambiente, para contêdo de rolamento, espalhado e compactado, na espessura de 5 cm, de acordo com as especificações do D#17, exclusão materiais e transporte da usina para o local de aplicação (desonerado)						3	UN,	m2
MEMÓRIA DE CÁLCULO DO NOVO ITEM DE SERVIÇO										
DESCRIÇÃO DE ITEM ELEMENTAR (A)		CÓDIGO (SCO-RIO) (B)		UN. (D)	QUANTIDADE (E)	CUSTO UNIT. (R\$) (F)	CUSTO FINAL (R\$) (G)	PONTE DE PESQUISA DO ITEM ELEMENTAR NÃO DISPONÍVEL NO CATÁLOGO DO SCO-RIO (H)		
		ELEMENTAR	REUTILIZADO							
produto (desonerado)										
Rolo Compactador Tandem, com operador, com as seguintes especificações mínimas: motor diesel de 58,3CV, de 58 a 110, Custo horário improdutivo (motor desligado) (desonerado)		REG009300	E-Q19050468	11	0,00112500	42,20	0,05			
Máquina de abertura de juntas em concreto, com operador com as seguintes especificações mínimas: motor a gasolina de 8,25CV, com 3600rpm, partida manual, chassis reforçado, guarda protetora para acomodar serras de até 14", serra para concreto especialmente desenvolvida para abertura de junta de dilatação. Custo horário improdutivo (motor desligado) (desonerado)		REG009905	E-Q19050406	11	0,00234375	35,00	0,08			
Rolo compactador tandem vibratório e oscilatório auto propelido, com operador, material de operação e manutenção e com as seguintes especificações mínimas: peso operacional de 10 t, motor diesel de 115 cv, largura de trabalho de 1.800 mm, tração em ambos os tambores, frequência de vibração de 40 Hz, amplitude nominal de vibração de 0,35 mm, frequência de oscilação de 30 Hz e amplitude tangencial de oscilação de 1,3 mm. Custo horário improdutivo (motor desligado) (desonerado)		REG009910	E-Q19050472	11	0,00262500	140,70	0,37			
CUSTO UNITÁRIO		(I)							MÊS DE REFERÊNCIA	SET/2025
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES										
12 ORÇAMENTISTA:				13 CHEFIA IMEDIATA:				14 ÓRGÃO SOLICITANTE:		
(Nome, assinatura e matrícula)				(Nome, assinatura e matrícula)				E-MAIL:		

CONTINUAÇÃO ANEXO II

11	SERVIÇO	Revestimento em concreto asfáltico unido a quente, tipo Open Grades (CPA), com anêlo tonalha, atendendo as normas de segurança e de meio ambiente, para contêdo de rolamento, espalhado e compactado, na espessura de 5 cm, de acordo com as especificações do D#17, exclusão materiais e transporte da usina para o local de aplicação (desonerado)						3	UN,	m2
MEMÓRIA DE CÁLCULO DO NOVO ITEM DE SERVIÇO										
DESCRIÇÃO DE ITEM ELEMENTAR (A)		CÓDIGO (SCO-RIO) (B)		UN. (D)	QUANTIDADE (E)	CUSTO UNIT. (R\$) (F)	CUSTO FINAL (R\$) (G)	PONTE DE PESQUISA DO ITEM ELEMENTAR NÃO DISPONÍVEL NO CATÁLOGO DO SCO-RIO (H)		
		ELEMENTAR	REUTILIZADO							
mín. Custo horário improdutivo (motor funcionando) (desonerado)										
Rolo compactador tandem vibratório e oscilatório auto propelido, com operador, material de operação e manutenção e com as seguintes especificações mínimas: peso operacional de 10 t, motor diesel de 115 cv, largura de trabalho de 1.800 mm, tração em ambos os tambores, frequência de vibração de 40 Hz, amplitude nominal de vibração de 0,35 mm, frequência de oscilação de 30 Hz e amplitude tangencial de oscilação de 1,3 mm. Custo horário produtivo (desonerado)		REG009915	E-Q19050475	11	0,00112500	83,60	0,09			
Máquina de abertura de juntas em concreto, com operador, material de operação e material de manutenção com as seguintes especificações mínimas: motor a gasolina de 8,25CV, com 3600rpm, partida manual, chassis reforçado, guarda protetora para acomodar serras de até 14", serra para concreto especialmente desenvolvida para abertura de junta de dilatação. Custo horário produtivo (desonerado)		REG007000	E-Q19050400	11	0,00140625	51,60	0,07			
Juna para mistura betuminosa alta classe, à quente, com		REG007000	E-Q19050752	11	0,00178994	5.310,18	9,48			
CUSTO UNITÁRIO		(I)							MÊS DE REFERÊNCIA	SET/2025
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES										
12 ORÇAMENTISTA:				13 CHEFIA IMEDIATA:				14 ÓRGÃO SOLICITANTE:		
(Nome, assinatura e matrícula)				(Nome, assinatura e matrícula)				E-MAIL:		

CONTINUAÇÃO ANEXO II

11	SERVIÇO	Revestimento em concreto asfáltico unido a quente, tipo Open Graded (CPA), com infuso brita, atendendo as normas de segurança e de meio ambiente, para comado de rolamento, espalhado e compactado, na espessura de 5 cm, de acordo com as especificações do D#17, exclusão materiais e transporte da usina para o local de aplicação (desonerado)						3	UN,	m2
MEMÓRIA DE CÁLCULO DO NOVO ITEM DE SERVIÇO										
DESCRIÇÃO DE ITEM ELEMENTAR (A)		CÓDIGO (SCO-RIO) (B)		UN. (D)	QUANTIDADE (E)	CUSTO UNIT. (R\$) (F)	CUSTO FINAL (R\$) (G)	PONTE DE PESQUISA DO ITEM ELEMENTAR NÃO DISPONÍVEL NO CATÁLOGO DO SCO-RIO (H)		
		ELEMENTAR	REUTILIZADO							
capacidade de 1200h, com operador e 7 servidores, com as seguintes especificações mínimas: 3 dosadores com capacidade de 7m³ cada, correias dosadoras e comportas de dosagem individuais, sensor sensor tipo contrabalaço, peneira classificadora, 3 silos quentes com pesagem individual, dosador de ligante, misturador tipo pug-mist, filtro de margem, esteira para 80t de ligante, sistema de aquecimento adequado a capacidade da usina, cabine de comando estanque com ar condicionado, sistema de controle automático e programável. Custo horário produtivo (desonerado)		REGM7990	EG10050775	8	0,00196406	685,34	1,35			
Juna para mistura betuminosa alta classe, a quente, com capacidade de 1200h, com operador e 7 servidores, com as seguintes especificações mínimas: 3 dosadores com capacidade de 7m³ cada, correias dosadoras e comportas de dosagem individuais, sensor sensor tipo contrabalaço, peneira classificadora, 3 silos quentes com pesagem individual, dosador de ligante, misturador tipo pug-mist, filtro de margem, esteira para 80t de ligante, sistema de aquecimento adequado a capacidade da usina, cabine de comando estanque com ar condicionado, sistema de controle automático e programável. Custo horário produtivo (desonerado)		REGM7990	EG10050775	8	0,00196406	685,34	1,35			
CUSTO UNITÁRIO		(I)							1º MÊS DE REFERÊNCIA	SET/2025
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES										
12 ORÇAMENTISTA:				13 CHEFIA IMEDIATA:				14 ÓRGÃO SOLICITANTE:		
(Nome, assinatura e matrícula)				(Nome, assinatura e matrícula)				E-MAIL:		
#PLANRIO Sistema de Custos de Obras e Serviços										

CONTINUAÇÃO ANEXO II

11	SERVIÇO	Revestimento em concreto asfáltico unido a quente, tipo Open Graded (CPA), com infuso brita, atendendo as normas de segurança e de meio ambiente, para comado de rolamento, espalhado e compactado, na espessura de 5 cm, de acordo com as especificações do D#17, exclusão materiais e transporte da usina para o local de aplicação (desonerado)						3	UN,	m2	
MEMÓRIA DE CÁLCULO DO NOVO ITEM DE SERVIÇO											
DESCRIÇÃO DE ITEM ELEMENTAR (A)		CÓDIGO (SCO-RIO) (B)		UN. (D)	QUANTIDADE (E)	CUSTO UNIT. (R\$) (F)	CUSTO FINAL (R\$) (G)	PONTE DE PESQUISA DO ITEM ELEMENTAR NÃO DISPONÍVEL NO CATÁLOGO DO SCO-RIO (H)			
		ELEMENTAR	REUTILIZADO								
programável. Custo horário produtivo (desonerado)											
Vibro-acabadora sobre esteiras, para asfalto, capacidade de produção de 400h, com operador e um servidor, material de produção e material de manutenção, com as seguintes especificações mínimas: motor diesel de 98CV (96,04 HP), largura de pavimentação variando de 3,05m a 4,75m. Custo horário produtivo (desonerado)		REG000000	EG10050800	8	0,00242500	407,18	1,67				
Vibro-acabadora sobre esteiras, para asfalto, capacidade de produção de 400h, com operador e um servidor, com as seguintes especificações mínimas: motor diesel de 98CV (96,04 HP), largura de pavimentação variando de 3,05m a 4,75m. Custo horário produtivo (motor desligado) (desonerado)		REG000000	EG10050800	8	0,00112500	158,12	0,58				
CUSTO UNITÁRIO		(I)							14,13	1º MÊS DE REFERÊNCIA	SET/2025
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES											
12 ORÇAMENTISTA:				13 CHEFIA IMEDIATA:				14 ÓRGÃO SOLICITANTE:			
(Nome, assinatura e matrícula)				(Nome, assinatura e matrícula)				E-MAIL:			
#PLANRIO Sistema de Custos de Obras e Serviços											

REVESTIMENTO EM CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE, TIPO OPEN GRADED (CPA), COM ASFALTO BORRACHA, ATENDENDO AS NORMAS DE SEGURANÇA E DE MEIO AMBIENTE, PARA CAMADA DE ROLAMENTO, ESPALHADO E COMPACTADO, NA ESPESSURA DE 5 CM. DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO DNIT, EXCLUSIVE MATERIAIS E TRANSPORTE DA USINA PARA O LOCAL DE APLICAÇÃO.

ESPALHAMENTO COM COMPACTAÇÃO MECÂNICA

Referente aos itens 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27 e 28.

VIBROACABADORA

Jornada de Trabalho para produzir 240t: 8 h
Quantidade de Horas para produzir 240t/dia: $8h \times 70\% = 5,6h$
Quantidade de Horas improdutivas em 240t/dia: $8h \times 30\% = 2,4h$
Quantidade de Horas para produzir 0,1125t: $(5,6h \times 0,1125t) / 240t = 0,002625h$
Quantidade de Horas improdutivas em 0,1125t: $(2,4h \times 0,1125t) / 240t = 0,001125h$

KIT ELETRÔNICO PARA VIBROACABADORA

Jornada de Trabalho para produzir 240t: 8 h
Quantidade: 1 un
Quantidade de Horas para produzir 0,1125t: 0,00375h

MÁQUINA DE ABERTURA DE JUNTA

Jornada de Trabalho para produzir 240t: 8 h
Quantidade de Horas para produzir 240t/dia: 3 h
Quantidade de Horas improdutivas em 240t/dia: 5 h
Quantidade de Horas para produzir 0,1125t: $(3h \times 0,1125t) / 240t = 0,00140625h$
Quantidade de Horas improdutivas em 0,1125t: $(5h \times 0,1125t) / 240t = 0,00234375h$

ROLOS COMPACTADORES

Jornada de Trabalho para produzir 240t: 8 h
Quantidade de Horas para produzir 240t/dia: $8h \times 70\% = 5,6h$
Quantidade de Horas improdutivas em 240t/dia: $8h \times 30\% = 2,4h$
Quantidade de Horas para produzir 0,1125t: $(5,6h \times 0,1125t) / 240t = 0,002625h$
Quantidade de Horas improdutivas em 0,1125t: $(2,4h \times 0,1125t) / 240t = 0,001125h$

SERVENTE

Jornada de Trabalho para produzir 240t: 8 h
Quantidade: 4 un
Quantidade de Horas para produzir 0,1125t: 0,015h

RASTILHEIRO

Jornada de Trabalho para produzir 240t: 8 h
Quantidade: 3 un
Quantidade de Horas para produzir 0,1125t: 0,01125h

OPERADOR DE MESA DA VIBROACABADORA

Jornada de Trabalho para produzir 240t: 8 h
Quantidade: 1 un
Quantidade de Horas para produzir 0,1125t: 0,00375h

ENCARREGADO DE TURMA

Jornada de Trabalho para produzir 240t: 8 h
Quantidade: 1 un
Quantidade de Horas para produzir 0,1125t: 0,00375h

REVESTIMENTO EM CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE, TIPO OPEN GRADED (CPA), COM ASFALTO BORRACHA, ATENDENDO AS NORMAS DE SEGURANÇA E DE MEIO AMBIENTE, PARA CAMADA DE ROLAMENTO, ESPALHADO E COMPACTADO, NA ESPESSURA DE 5 CM, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO DNIT, EXCLUSIVAMENTE MATERIAIS E TRANSPORTE DA USINA PARA O LOCAL DE APLICAÇÃO.

USINAGEM

Referente aos itens 10, 11, 12, 13 e 14

USINA DE ASFALTO

Produção média da Usina: 70 t/h
 Jornada de Trabalho: 8 h/dias
 Produção diária da Usina: 560 t
 Uso de asfalto borracha: 10% redução da produção
 Produção diária da Usina mistura CPA: 504 t
 Capacidade diária de espalhamento: 240 t
 Produção diária da Usina: 240 t
 Produtividade diária da Usina: $240t / 504t = 47,62\%$
 Improdutividade diária da Usina: $100,00\% - 47,62\% = 52,38\%$
 Quantidade de Horas para produzir 240t/dia: $8h \times 47,62\% = 3,81h$
 Quantidade de Horas improdutivas em 240t/dia: $8h \times 52,38\% = 4,19h$
 Quantidade de Horas para produzir 0,1125t: $(3,81h \times 0,1125t) / 240t = 0,00178594h$
 Quantidade de Horas improdutivas em 0,1125t: $(4,19h \times 0,1125t) / 240t = 0,00196406h$

CARREGADOR FRONTAL

Jornada de Trabalho para produzir 240t: 8 h
 Quantidade de Horas para produzir 240t/dia: $8h \times 60\% = 4,8h$
 Quantidade de Horas improdutivas em 240t/dia: $8h \times 40\% = 3,2h$
 Quantidade de Horas para produzir 0,1125t: $(4,8h \times 0,1125t) / 240t = 0,00225h$
 Quantidade de Horas improdutivas em 0,1125t: $(3,2h \times 0,1125t) / 240t = 0,0015h$

CAMINHÃO BASCULANTE

Jornada de Trabalho para produzir 240t: 8 h
 Quantidade de Horas para produzir 240t/dia: $8h \times 40\% = 3,2h$
 Quantidade de Horas improdutivas em 240t/dia: $8h \times 60\% = 4,8h$
 Quantidade de Horas para produzir 0,1125t: $(3,2h \times 0,1125t) / 240t = 0,0015h$
 Quantidade de Horas improdutivas em 0,1125t: $(4,8h \times 0,1125t) / 240t = 0,00225h$

LABORATORISTA

Jornada de Trabalho para produzir 240t: 8 h
 Quantidade de laboratorista: 2 un
 Quantidade de Horas para produzir 0,1125t: 0,0075h



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-RJ

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro

1ª Via - CONTRATADO

ART de Obra ou Serviço
2020250350078

INICIAL
INDIVIDUAL

1. Responsável Técnico

LEONARDO SANTANA CAVALCANTI

Título profissional:
ENGENHEIRO CIVIL

RNP: **2002129851**

Registro: **2000106448**

Empresa contratada:

Registro:

2. Dados do contrato

Contratante: **PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

CPF/CNPJ: **42.498.733/0001-48**

RUA AFONSO CAVALCANTI

Complemento: **BLOCO I**

Bairro: **CIDADE NOVA**

Nº: **455**

Cidade: **RIO DE JANEIRO**

UF: **RJ**

CEP: **20211911**

Contrato: -

Celebrado em: **12/11/2025**

Tipo de Contratante: **PESSOA JURIDICA DE DIREITO PUBLICO**

Valor do Contrato: **R\$ 1,00**

3. Dados da Obra/Serviço

10ª RUA AFONSO CAVALCANTI

Complemento: **BLOCO I**

Bairro: **CIDADE NOVA**

Nº: **455**

Cidade: **RIO DE JANEIRO**

UF: **RJ**

CEP: **20211911**

Data de Início: **12/11/2025** Previsão de término: **12/12/2025**

Coordenadas geográficas: **-22,909389 -43,200774**

Finalidade: **INFRAESTRUTURA**

Proprietário: **PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

CPF/CNPJ: **42.498.733/0001-48**

4. Atividade técnica

20 - ELABORACAO DE ORCAMENTO

12 - CONSERVACAO

47 - PAVIMENTACAO

62 - RESTAURACAO

202 - ASFALTO

287 - OBRA CIVIL PÚBLICA

Quantidade

111,063.45

Unidade

m2

Pavimento

-

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

ESTA ART REFERE-SE AOS SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO E DE IMPLANTAÇÃO DA ROTA CICLOVIÁRI A DA AVENIDA EDISON PASSOS, ESTRADA DE FURNAS, ESTRADA VELHA DA TIJUCA E RUA BOA VISTA – ALTO DA BOA VISTA, AP2 E AP4

6. Declarações

7. Entidade de classe

REABRJ - SOCIEDADE DE ENGENHEIROS E ARQUITETOS EST DO RIO DE JANEIRO

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

de de de

LEONARDO SANTANA CAVALCANTI - 659888033

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - 42.498.733/0001-48

Valor ART: **R\$ 103,03**

Registrada em: **12/11/2025**

9. Informações

■ A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea-RJ: www.crea-rj.org.br/servicos/autenticidade

■ A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-rj.org.br/servicos/autenticidade.

■ A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.crea-rj.org.br
Tel: (21) 2179-2007

atendimento@crea-rj.org.br
Rua Buenos Aires, 40 - Rio de Janeiro - RJ

CREA-RJ
engenharia

Valor Pago: **R\$ 103,03**

Nosso Número: **28078570002743302**



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-RJ

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro

2ª Via - CONTRATANTE

ART de Obra ou Serviço
2020250350078

INICIAL
INDIVIDUAL

1. Responsável Técnico

LEONARDO SANTANA CAVALCANTI

Título profissional:
ENGENHEIRO CIVIL

RNP: **2002129851**

Registro: **2000106448**

Empresa contratada:

Registro:

2. Dados do contrato

Contratante: **PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

CPF/CNPJ: **42.498.733/0001-48**

RUA AFONSO CAVALCANTI

Complemento: **BLOCO I**

Bairro: **CIDADE NOVA**

Nº: **455**

Cidade: **RIO DE JANEIRO**

UF: **RJ**

CEP: **20211911**

Contrato: -

Celebrado em: **12/11/2025**

Tipo de Contratante: **PESSOA JURIDICA DE DIREITO PUBLICO**

Valor do Contrato: **R\$ 1,00**

3. Dados da Obra/Serviço

10ª RUA AFONSO CAVALCANTI

Complemento: **BLOCO I**

Bairro: **CIDADE NOVA**

Nº: **455**

Cidade: **RIO DE JANEIRO**

UF: **RJ**

CEP: **20211911**

Data de Início: **12/11/2025**

Previsão de término: **12/12/2025**

Coordenadas geográficas: **-22,909389 -43,200774**

Finalidade: **INFRAESTRUTURA**

Proprietário: **PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

CPF/CNPJ: **42.498.733/0001-48**

4. Atividade técnica

20 - ELABORACAO DE ORCAMENTO

12 - CONSERVACAO

47 - PAVIMENTACAO

62 - RESTAURACAO

202 - ASFALTO

287 - OBRA CIVIL PÚBLICA

Quantidade

111,063.45

Unidade

m2

Pavimento

-

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

ESTA ART REFERE-SE AOS SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO E DE IMPLANTAÇÃO DA ROTA CICLOVIÁRI A DA AVENIDA EDISON PASSOS, ESTRADA DE FURNAS, ESTRADA VELHA DA TIJUCA E RUA BOA VISTA – ALTO DA BOA VISTA, AP2 E AP4

6. Declarações

7. Entidade de classe

REABRIL - SOCIEDADE DE ENGENHEIROS E ARQUITETOS EST DO RIO DE JANEIRO

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

de de de

LEONARDO SANTANA CAVALCANTI - 659888033

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - 42.498.733/0001-48

Valor ART: **R\$ 103,03**

Registrada em: **12/11/2025**

9. Informações

■ A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea-RJ: www.crea-rj.org.br/servicos/autenticidade

■ A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-rj.org.br/servicos/autenticidade.

■ A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.crea-rj.org.br
Tel: (21) 2179-2007

atendimento@crea-rj.org.br
Rua Buenos Aires, 40 - Rio de Janeiro - RJ



Valor Pago: **R\$ 103,03**

Nosso Número: **28078570002743302**

ANEXO II

ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA

Pregão Eletrônico, do tipo menor preço global para a prestação de serviços comuns de engenharia de “**Serviços de Revitalização da Pavimentação e de Implantação de Rota Ciclovária da Avenida Edison Passos, Estrada de Furnas, Estrada Velha da Tijuca e Rua Boa Vista – Alto da Boa Vista, AP2 e AP4**”



SECONSERVA - SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

EMITIDO EM 30/03/2026 17:25:24

ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL

Código da Obra: 9.059
Processo: CSV-PRO-2025/09418
Ano/Mes de referência: 2025/09
Prazo Previsto: 360 Dias Corridos
EAP: EAP UNICA
Aplicação de Percentuais: FATOR K
Tipo de Preço SGO: DESONERADO
Obra / Serviço: SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE ROTA CICLOVIÁRIA DA AVENIDA EDISON PASSOS, ESTRADA DAS FURNAS, ESTRADA VELHA DA TIJUCA E RUA BOA VISTA - ALTO DA BOA VISTA, AP2 E AP4.

LOCAL DA OBRA / SERVIÇO

AP	RA	BAIRRO	LOGRADOURO	COMPLEMENTO
AP 2.1				
AP 2.2				
AP 4.1				
AP 4.2				



SECONSERVA - SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL

EMITIDO EM 30/03/2026 17:25:24

Código	9.059	Processo	CSV-PRO-2025/09418	Ano/Mês de referência	2025/09	Prazo Previsto	360 Dias Corridos
SISTEMA	SISTEMA URBICO						
SUBSISTEMA	SUBSISTEMA UNICO						
PLANILHA	ASFALTO LISO ALTO DA BOA VISTA						
Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo PRE	Custo FOMC PRE	
1	SE19050200A/	Preparo manual de terreno, compreendendo acerto, raspeagem eventualmente até 0,25m de profundidade e afastamento lateral do material excedente. (Desonerado)	m2	18000,0000	17,41	313.790,38	
2	SE19101350A/	Levantamento topográfico, planialtimétrico e cadastral, executado de acordo com as especificações da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro em áreas que apresente uma maior densidade de detalhes cadastrais, com até 10 ha, elaborado na escala 1:250, incluindo-se a apresentação em papel e meio digital (Autocad). (Desonerado)	ha	11,1000	8.798,82	976.766,90	
3	SE24530430A/	Projeto de restauração de pavimentação existente em vias urbanas, nos padrões da PCRJ, apresentado em Autocad ou similar, com arquivos no padrão PDF, DWG e PLT, em meio físico ou digital. Apresentado com planilhas, perfis, memorial descritivo e de cálculo, contemplando todas as soluções recomendadas para os trechos. Detalhamento das diversas camadas de pavimentação e definição das especificações dos serviços e do controle tecnológico de campo a serem executados no subleito, nas camadas granulares e no revestimento asfáltico. Para obras de projeção horizontal acima de 6 ha. Exclui-se levantamentos de campo, contagens de tráfego e ensaios geotécnicos de caracterização do terreno e do pavimento existente. (Desonerado)	ha	11,1000	1.848,84	20.518,96	
4	SE24530850A/	Projeto executivo de via rígida de ciclovias, com 2 faixas de movimento, com largura máxima de 3m, apresentado em Autocad nos padrões da contratante. (Desonerado)	ha	1,0000	21.115,58	40.118,68	
5	MT04000050/	Escavação manual em material de 1ª categoria, a céu aberto, até 0,50m de profundidade com remoção até 1 dia. (Desonerado)	m3	82.4000	89,69	6.438,35	
6	MT08050050/	Escavacao mecanica, em material de 1ª categoria (pedra, argila ou pedra), utilizando Retro-Excavadeira. (Desonerado)	m3	369,0000	12,30	4.546,38	
7	TC04050620A/	Transporte de carga de qualquer natureza, exclusão de despesas de carga e descarga tanto de espera do caminhão como do servente ou equipamento auxiliar, em velocidade reduzida (V _{lim} =20km/h), em Caminhão Basculante a céu aberto, com capacidade útil de 17t. (Desonerado)	t.km	85811,2000	1,92	164.757,58	
8	TC040507000/	Transporte de carga de qualquer natureza, exclusão de despesas de carga e descarga tanto de espera do caminhão como do servente ou equipamento auxiliar, em média velocidade (V _{lim} =40km/h), em Caminhão Basculante a céu aberto, com capacidade útil de 17t. (Desonerado)	t.km	86568,3500	0,05	822.288,33	

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos
Subsecretaria de Gestão
Coordenadoria de Contratos, Convênios e Preparo de Licitações

Processo n.º CSV-PRO-2025/09418	
Data: 26/09/2025	Fls.:
Rubrica:	



SECONSERVA - SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO
ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL

EMITIDO EM 30/03/2025 17:25:24

Código	9 059	Processo	CSV-PRO-2025/09418	Ano/Mês de referência	2025/09	Plano Previsto	360 Dias Corridos
SISTEMA	SISTEMA UNICO						
SUBSISTEMA	SUBSISTEMA UNICO						
PLANO	ASFALTO LISO ALTO DA BOA VISTA						
Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo PRE	Custo Pessoa PRE	
8	1C0005015X0	Carga manual e descarga mecânica de material a granel (agregados, pedra de rio, pedregulhos, terra e escombros), compreendendo os tempos para carga, descarga e manobras do Caminhão Basculante a óleo diesel, com capacidade útil de 8t, empregando 2 servidores na carga (desonerado)	t	1.350,3700	38,88	52.515,88	
10	1C0005025X0	Carga e descarga mecânica, com Pte-Carregadeira e Caminhão Basculante a óleo diesel, consideradas para o caminhão a impulsionar, manobra, carga e descarga e quanto a carregadeira, espera e operação (desonerado)	t	5401,5200	2,23	12.045,38	
11	1C000503010	Serviço de disposição final de material inerte, proveniente de escavação em geral, em local adequado e licenciado por órgão ambiental competente, conforme legislação vigente (Desonerado)	t	886,8700	18,32	16.287,88	
12	1C000503100	Serviço de disposição final de resíduos de construção civil (RCC - Classes A, B ou C) em local adequado e licenciado por órgão ambiental competente, conforme legislação vigente (Desonerado)	t	14005,2300	13,80	193.261,58	
13	3C0410015X0	Demolicao, com equipamento de ar comprimido, de pisos ou pavimento de concreto simples, inclusive afastamento lateral dentro de canteiro de serviços (desonerado)	m3	1000,7100	232,21	233.768,12	
14	3C0410030X0	Demolicao, com equipamento de ar comprimido, de pisos ou pavimento de concreto armado, inclusive afastamento lateral dentro de canteiro de serviços (desonerado)	m3	1078,0000	384,70	425.551,28	
15	3C0410055X0	Demolicao, com equipamento de ar comprimido, de materiais de concreto simples, exceto pisos ou pavimentos, inclusive afastamento lateral dentro do canteiro de serviços (desonerado)	m3	113,3800	181,15	20.585,67	
16	3C0905000X0	Mão-de-obra (inclusive encargos sociais) (desonerado)	h	2196,0000	37,15	81.581,40	
17	3C0905100X0	Operador de máquina em construção civil (inclusive encargos sociais) (desonerado)	h	2196,0000	40,95	89.928,20	
18	3C0905120X0	Fretado (inclusive encargos sociais) (desonerado)	h	6588,0000	41,11	272.832,88	
19	3C0905150X0	Rodízio (inclusive encargos sociais) (desonerado)	h	4302,0000	44,08	189.511,52	
20	3C0905140X0	Servente (inclusive encargos sociais) (desonerado)	h	17588,0000	29,03	509.988,04	
21	3C0910010X0	Operador de tráfego, nível junior, com todo o seu EPI, colete, capacete, boné, óculos, (inclusive encargos sociais) (desonerado)	h	8704,0000	28,68	251.925,12	

Página 3 de 14



SECONSERVA - SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO
ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL

EMITIDO EM 30/03/2025 17:25:24

Código	9 059	Processo	CSV-PRO-2025/09418	Ano/Mês de referência	2025/09	Plano Previsto	360 Dias Corridos
SISTEMA	SISTEMA UNICO						
SUBSISTEMA	SUBSISTEMA UNICO						
PLANO	ASFALTO LISO ALTO DA BOA VISTA						
Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo PRE	Custo Pessoa PRE	
22	3C0910015X0	Operador de tráfego, nível senior, com todo o seu EPI, colete, capa, boné, óculos, (inclusive encargos sociais) (desonerado)	h	2196,0000	32,08	70.488,84	
23	3C1405000X0	Água comercial. Fornecimento, exclusão transporte (desonerado)	m3	1200,0000	27,18	32.616,00	
24	3C1410005X0	Chapa de aço de 3/4", para passagem de veículos sobre vias, compreendendo fornecimento e colocação, uso e retirada, medida para área de chapa em cada aplicação, inclusive mobilização, transporte, carga e descarga e o travessamento com gruppings (Desonerado)	m2	11,2500	1.605,57	18.073,91	
25	3C3405000X0	Levantamento ou rebaixamento de grade de caixa de ralo sobre base de rolamento, considerando demolição de camada de asfalto e concreto, movimentação e concretagem, inclusive transporte de material e toda obra do material excedente (desonerado)	un	350,0000	313,10	109.606,00	
26	3C3405005X0	Levantamento ou rebaixamento de tanque sobre base de rolamento, considerando demolição de camada de asfalto e concreto, movimentação e concretagem, inclusive transporte de material e toda obra do material excedente (desonerado)	un	44,0000	430,88	19.358,58	
27	DR3405025X0	Tanque de ferro fundido completo, articulada, pesada, de 0,60m de diâmetro, tipo overdeck, revestido com argamassa de cimento e areia no traço 1:4 em volume. Fornecimento e assentamento (desonerado)	un	44,0000	763,94	33.613,38	
28	DR3410010X0	Grade de ferro fundido completa, de (30x60)cm, com 132Kg, para caixa de ralo, articulada, assentada com argamassa de cimento e areia no traço 1:4, pedras Prefeitura-RJ. Fornecimento e colocação (desonerado)	un	350,0000	588,40	205.940,00	
29	DR6405015X0	Manta de Geotêxtil Resolvi, em fios multifilamentos de políster de alta tenacidade, revestido de PVC, em forma de grade com abertura de malha de (20x20)mm, do tipo 55/30-20. Fretado, ou similar. Fornecimento (desonerado)	m2	5553,1700	53,41	296.594,80	
30	8P0405025X0	Beto de brita graduada, inclusive fornecimento de materiais, exclusão transporte do canteiro para a pista, medida após compactação (desonerado)	m3	482,0000	263,70	121.857,12	
31	8P0405010X0	Camada de bloquinhos (cacos) de po-de-pedra, espalhado e comprimido mecanicamente, medida após compactação (desonerado)	m3	475,0000	229,68	109.086,00	
32	8P0905010X0	Concreto betuminoso curado a quente, para camada de rolamento, de acordo com as especificações da PCRJ, exclusão transporte da usina para a pista e espalhamento da mistura (desonerado)	t	2737,7700	683,83	1.817.015,56	

Página 4 de 14



SECONSERVA - SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO
ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL

EMITIDO EM 30/03/2025 17:25:24

Código	9.059	Processo	CSV-PRO-2025/09418	Ano/Mês de referência	2025/09	Prazo Previsto	360 Dias Corridos
SISTEMA	SISTEMA ÚNICO						
SUBSISTEMA	SUBSISTEMA ÚNICO						
PLANO	ASFALTO LISO ALTO DA BOA VISTA						
Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	Custo Parcela (R\$)	
33	BP090503000	Espeelhamento com vidro acabadora eletrônica e compactação mecânica de qualquer tipo de concreto asfáltico usinado à quente, executado de acordo com as especificações da PCRJ (desonerado)	m2	2737,1700	10,54	28.848,77	
34	BP090504000	Pinçada de ligantes, inclusive limpeza do bico e seu trabalho (desonerado)	m2	133276,9400	4,80	613.670,34	
35	BP091000000	Pavimento rígido em concreto usinado PCR-20M ² , cotado com cota de ferro vermelho sintético, com acabamento de superfície desempenado e amarrado, espessura de 18cm, juntas serradas a cada 1,5m, preenchidas com selante de silicone, lona plástica de polietileno de 0,20mm, e camada reguladora de po de pedra compactada mecanicamente, sua unidade com manta geotêxtil e proteção com cuneeiro de santo de madeira e lona plástica, para execução de pavimento de ciclovia, exclusivo preparo do terreno (desonerado)	m2	8900,0000	203,53	1.813.535,80	
36	BP091300000	Junta de retracção, formada com disco de diamantes, para pavimentos de placas de concreto, com 3cm de profundidade, somente o corte, exclusivo preenchimento e barras de ligação e de transferência (desonerado)	m	8900,4400	27,85	242.058,28	
37	BP190500000	Corte mecânico com fissurador a fio, em concreto asfáltico, em zona urbana com interferências, inclusive coleta de material em caminhão basculante, exclusivo transporte do material (desonerado)	m3	2082,8800	312,07	643.700,54	
38	BP190505000	Mão de obra granito, com seccao de 20x25cm, formato de paralelogramo com angulo de 45°, superfície sem pedimento com chumbo de 1cm na parte superior, em uma das faces. Fosseamento e assentamento (desonerado)	m	597,8000	202,99	121.347,42	
39	BP191000000	Cotão de concreto simples, com seccao de 10x25cm, moldado no local, inclusive escorrimo e reboco (desonerado)	m	9900,0000	39,83	378.385,80	
40	BP191001000	Mão de obra de concreto simples (fck=15,5MPa), moldado no local, conforme Caderno de Encargos - PCRJ, moldado 0,15m na base e com altura de 0,30m, reparamento com argamassa de cimento e areia na traço 1:4, inclusive o fôrmeamento de todos os moldes, alicerces e reboco (desonerado)	m	3753,2000	118,53	444.886,79	
41	BP192501000	Barras de concreto simples (fck=15,5MPa), moldado no local, conforme Caderno de Encargos - PCRJ, moldado 0,30m de largura e 0,10m de espessura, inclusive o fôrmeamento de todos os moldes (desonerado)	m	1800,4000	41,83	79.075,43	
42	P049501000	Placa de grama em placas, tipo São Carlos, Batalha ou Longa, inclusive o fôrmeamento da grama, terra preta, jorro de lençol e calagem (desonerado)	m2	1045,0000	42,36	44.266,20	

Página 5 de 14



SECONSERVA - SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO
ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL

EMITIDO EM 30/03/2025 17:25:24

Código	9.059	Processo	CSV-PRO-2025/09418	Ano/Mês de referência	2025/09	Prazo Previsto	360 Dias Corridos
SISTEMA	SISTEMA ÚNICO						
SUBSISTEMA	SUBSISTEMA ÚNICO						
PLANO	ASFALTO LISO ALTO DA BOA VISTA						
Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	Custo Parcela (R\$)	
43	ET042501000	Lancamento de concreto em peças armadas, inclusive a colocação, o adensamento e o acabamento, exclusivo o transporte (TC 05.10.0050), considerando a produção normal (desonerado)	m3	13,0000	82,93	1.078,08	
44	ET045002500	Lona de polietileno (lona termox) com espessura de 0,20mm para impermeabilização de solo, medida pela área coberta. Fosseamento e colocação, inclusive com perdas e transporte (desonerado)	m2	9900,0000	4,08	38.855,80	
45	ET046000700	Aço CA-25 para armadura de concreto, rebocada, sem substância ou moeda, coeficiente conformação mínima (aderência) igual a 1, diâmetro igual a 25mm. Fosseamento, incluindo 10% de perdas e arma 18 (desonerado)	Kg	3634,4000	7,72	26.067,36	
46	ET046001000	Aço CA-50 para armadura de concreto, com substância ou moeda, coeficiente conformação superficial mínimo (aderência) igual a 1,5, diâmetro de 10mm. Fosseamento, incluindo 10% de perdas e arma 18 (desonerado)	Kg	3655,2000	7,87	27.876,42	
47	ET091000540	Corte, dobragem, montagem e colocação de ferragens nas formas, aço CA-25, barra redonda com diâmetro maior ou igual a 10mm (desonerado)	Kg	3634,4000	5,29	19.225,97	
48	ET091000610	Corte, dobragem, montagem e colocação de ferragens nas formas, aço CA-50, em barra redonda, com diâmetro entre 10mm e 12,5mm (desonerado)	Kg	3655,2000	6,06	24.708,64	
49	ET142000500	Formas de placas de Madeira ou similar, empregando-se as de 14mm, resinadas e também as de 20mm de espessura, planificadas, servindo 4 vezes, e a madeira serrada 3 vezes, inclusive fôrmeamento e desmontagem, exclusivo escorrimo (desonerado)	m2	571,4500	127,94	73.111,31	
50	ET100002500	Escorrimo de formas de castas de concreto em geral, cimbis, blocos de fundação e suportes verticais até 1,5m, com aproveitamento de madeira 2 vezes, inclusive retirada (desonerado)	m2	571,4500	65,40	37.372,83	
51	ET380010000	Tubo de aço soldado, tipo G-136 ou similar, com malha de 10x10cm, CA-60, com diâmetro de 4,2mm e 2,2kg/m2. Fosseamento (desonerado)	m2	3000,0000	34,19	74.565,20	
52	ET380025000	Tubo de aço soldado ou similar. Colocação (desonerado)	m2	3000,0000	1,16	3.522,80	
53	ET441000580	Concreto bombeado, fck=20MPa, compreendendo o fôrmeamento de concreto importado de usina, colocação nas formas, espalhamento, adensamento mecânico e acabamento (desonerado)	m3	760,0000	824,34	626.498,48	
54	ET441000760	Concreto bombeado com fck=35MPa, compreendendo o fôrmeamento de concreto importado de usina, colocação nas formas, espalhamento, adensamento mecânico e acabamento (desonerado)	m3	1097,0000	888,60	960.372,60	

Página 6 de 14



SECONSERVA - SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO
ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL

EMITIDO EM 30/03/2025 17:25:24

Código	9.059	Processo	CSV-PRO-2025/09418	Ano/Mês de referência	2025/09	Prazo Previsto	360 Dias Corridos
SISTEMA	SISTEMA ÚNICO						
SUBSISTEMA	SUBSISTEMA ÚNICO						
PLANO	ASFALTO LISO ALTO DA BOA VISTA						
Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	Custo Pessoa (R\$)	
55	ES040301400	Guarda corpo metálico com 1,20m de altura, em módulos de 1,80m com montante em chapa de aço USF-SAC 350, chumbado no concreto através de chumbadores de aço inoxidável, interligados por dois tubos horizontais superiores com diâmetro de 2" 1/2" e dois tubos horizontais inferiores com diâmetro de 1" em aço galvanizado, inclusive pintura. Fornecimento e instalação. (desonerado)	m	807,5000	1.188,26	950.519,85	
56	CI140300600	Selante de silicone de cura neutra, à prova d'água, com comportamento de boracha, numa faixa de temperatura de 0 a 100º C. Com preenchimento de (1 Set. 50m na interseção da manta com o teto de caixa d'água, Sítio: 700 da Doca Corring ou similar. (desonerado)	m	6333,3300	29,70	188.586,90	
57	EQ040904150	Camioneta com Camioneta Fiat, capacidade de 7,5t, equipada com guindaste hidráulico com capacidade de 3,5t, com motor a operador e um ajudante, material de operação e material de manutenção, com as seguintes especificações mínimas: motor diesel de 162CV, Guindaste Hidráulico provido de lança de até 5,90m de extensão e malha. Custo horário produtivo. (desonerado)	h	1317,6000	272,00	358.466,25	
58	EQ040904160	Camioneta com Camioneta Fiat, capacidade de 7,5t, equipada com guindaste hidráulico com capacidade de 3,5t, com motor a operador e um ajudante, material de operação, com as seguintes especificações mínimas: motor diesel de 162CV, guindaste hidráulico provido de lança de até 5,90m de extensão e malha. Custo horário improdutivo (motor funcionando). (desonerado)	h	409,3000	154,23	67.737,81	
59	EQ040904170	Camioneta com Camioneta Fiat, capacidade de 7,5t, equipada com guindaste hidráulico com capacidade de 3,5t, com motor a operador e um ajudante, com as seguintes especificações mínimas: motor diesel de 162CV, guindaste hidráulico provido de lança de até 5,90m de extensão e malha. Custo horário improdutivo (motor desligado). (desonerado)	h	409,3000	91,68	40.270,34	
60	EQ180304000	Máquina de abertura de juntas em concreto, com operador, material de operação e material de manutenção com as seguintes especificações mínimas: motor a gasolina de 8,25CV, com 3600rpm, partida manual, chassis reforçado, guarda protetora para acomodar seras de até 14", seras para concreto especialmente desenvolvida para abertura de juntas de dilatação. Custo horário produtivo. (desonerado)	h	658,8000	61,12	40.385,68	

Página 7 de 14



SECONSERVA - SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO
ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL

EMITIDO EM 30/03/2025 17:25:24

Código	9.059	Processo	CSV-PRO-2025/09418	Ano/Mês de referência	2025/09	Prazo Previsto	360 Dias Corridos
SISTEMA	SISTEMA ÚNICO						
SUBSISTEMA	SUBSISTEMA ÚNICO						
PLANO	ASFALTO LISO ALTO DA BOA VISTA						
Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	Custo Pessoa (R\$)	
61	EQ180304000	Máquina de abertura de juntas em concreto, com operador com as seguintes especificações mínimas: motor a gasolina de 8,25CV, com 3600rpm, partida manual, chassis reforçado, guarda protetora para acomodar seras de até 14", seras para concreto especialmente desenvolvida para abertura de juntas de dilatação. Custo horário improdutivo (motor desligado). (desonerado)	h	1517,2000	41,30	63.488,38	
62	EQ440901560	Compressor de ar, portátil e rebocável, semi operador, com material de operação, com as seguintes especificações mínimas: motor diesel de 77CV, pressão de trabalho de 102PSI, descarga livre de 290PCM. Custo horário improdutivo (motor funcionando). (desonerado)	h	1517,2000	95,97	88.037,98	
63	EQ440901580	Compressor de ar, portátil e rebocável, semi operador, com as seguintes especificações mínimas: motor diesel de 77CV, pressão de trabalho de 102PSI, descarga livre de 290PCM. Custo horário improdutivo (motor desligado). (desonerado)	h	658,8000	19,50	12.848,65	
64	EQ440906000	Rompedor Pneumático, peso de 32,0Kg, com material de manutenção, exceto o operador, ponteiro e mangueira, com as seguintes especificações mínimas: consumo de ar de 36,8lit, frequência de impactos 1110 impactos/min. Custo horário produtivo. (desonerado)	h	1517,2000	2,05	3.151,38	
65	EQ440906000	Rompedor Pneumático, peso de 32,0Kg, exceto o operador, ponteiro e mangueira, com as seguintes especificações mínimas: consumo de ar de 36,8lit, frequência de impactos 1110 impactos/min. Custo horário improdutivo (motor desligado). (desonerado)	h	658,8000	1,30	885,96	
66	BT540502500	Contagem manual classificada de fluxo de veículos ou pedestres, de acordo com as especificações da CET-RIO. (desonerado)	h	144,0000	73,69	10.611,38	
67	BT540600000	Plano de mensagens variáveis móvel, com configuração de 48 colunas por 24 linhas, rebocável com elevatório por painel solar, serviço de comunicação GPS, sistema e equipamento para gerenciamento remoto de mensagens, serviço de movimentação e posicionamento, 24 horas por dia 7 dias por semana, incluindo manutenção. Locação mensal. (desonerado)	un. mes	24,0000	19.824,00	475.776,00	
68	BT740602900	Sinalização horizontal com placas a tri-bi-componente, conforme ABNT NBR 15470, Tipo III ou IV aplicada por extrusão, a base da resina metacrilata resina, espessura de 1,5mm a 3,0mm, aplicado do forma manual. Fornecimento e aplicação. (Desonerado)	m2	252,0000	309,75	78.067,00	
69	BT740603000	Sinalização horizontal com massa termoplástica, aplicada por extrusão, conforme especificação CET-RIO, em projetos acima de 400m2. (desonerado)	m2	13600,7000	58,30	811.985,90	
70	BT740604500	Sinalização horizontal com massa termoplástica, aplicada por extrusão, em projetos acima de 150m2, conforme especificações da CET-RIO. (desonerado)	m2	825,2000	103,30	85.262,87	

Página 8 de 14



SECONSERVA - SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO
ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL

EMITIDO EM 30/03/2025 17:25:24

Código	9.059	Processo	CSV-PRO-2025/09418	Ano/Mês de referência	2025/09	Plano Previsto	360 Dias Corridos
SISTEMA	SISTEMA ÚNICO						
SUBSISTEMA	SUBSISTEMA ÚNICO						
PLANO	ASFALTO LISO ALTO DA BOA VISTA						
Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	Custo Previsto (R\$)	
71	817400950(1)	Tachas, instalação, conforme especificação CET-RIO (desonerado)	un	12372,0000	6,15	76.087,80	
72	817400950(1)	Tachas, instalação, conforme especificação CET-RIO (desonerado)	un	5615,0000	10,78	60.526,70	
73	817410020(1)	Tachas bidirecionais, conforme especificação CET-RIO - Fomecimento (desonerado)	un	12372,0000	23,54	291.238,88	
74	817410040(1)	Tachas bidirecionais, conforme especificação CET-RIO - Fomecimento (desonerado)	un	5615,0000	51,03	286.533,45	
75	8174150150(1)	Sentidos em laminado elastoplástico, com 1,5mm de espessura e com medidas diversas, em cores, com meco onfres de vidro. Em projetos que utilizem acima de 100m2 de material. Fomecimento e aplicação (desonerado)	m2	1390,8000	461,41	644.487,48	
76	CE04100096(5)	Tecnico de nivel medio de servicos tecnicos especializados de consultoria de engenharia e arquitetura (desonerado)	h	4302,0000	20,01	87.883,32	
77	CE04100152(5)	Engenheiro senior de servicos tecnicos especializados de consultoria de engenharia e arquitetura (desonerado)	h	2100,0000	114,51	251.463,96	
78	CE04100158(5)	Engenheiro pleno de servicos tecnicos especializados de consultoria de engenharia e arquitetura (desonerado)	h	2100,0000	178,53	392.051,88	
79	CE04100164(5)	Engenheiro senior de servicos tecnicos especializados de consultoria de engenharia e arquitetura (desonerado)	h	2100,0000	255,34	560.726,64	
80	CE04100193(5)	Laborantista especializado em solos - Adesonerado	h	2100,0000	90,64	124.361,44	
81	CE04100243(5)	Tecnologo junior de servicos tecnicos especializados de consultoria de engenharia e arquitetura (desonerado)	h	2100,0000	32,70	71.940,96	
82	AD19150550(A)	Camion para transporte pesado, com capacidade de carga útil de 60.000, com motorista operador, material de operacao e material de manutengao, com as seguintes especificacoes minimas: motor diesel de 330CV, chassis extensivel ate 21m e semi-reboque de 4 eixos. Custo horario produtivo (desonerado)	h	480,0000	640,58	307.483,36	
83	AD19150550(A)	Camion para transporte pesado, com capacidade de carga útil de 60.000, com motorista operador, com as seguintes especificacoes minimas: motor diesel de 330CV, chassis extensivel ate 21m e semi-reboque de 4 eixos. Custo horario improdutivo (desonerado)	h	480,0000	241,21	115.780,80	
84	AD19150750(B)	Veiculo de servico, motor 1.0, com ar condicionado, direcao hidraulica, radio, inclusive combustivel, seguro, lubrificacao, manutengao, licenciamento, quilometragem livre, sem motorista. Custo mensal (desonerado)	un/mes	48,0000	6.301,41	302.467,68	

Página 9 de 14



SECONSERVA - SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO
ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL

EMITIDO EM 30/03/2025 17:25:24

Código	9.059	Processo	CSV-PRO-2025/09418	Ano/Mês de referência	2025/09	Plano Previsto	360 Dias Corridos
SISTEMA	SISTEMA ÚNICO						
SUBSISTEMA	SUBSISTEMA ÚNICO						
PLANO	ASFALTO LISO ALTO DA BOA VISTA						
Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	Custo Previsto (R\$)	
85	AD19150550(5)	Aluguel de banheiro quimico, incluindo transporte do dia e volta, manutengao e higienizacao 3 vezes por semana, Modelo Lixo, dimensoes 2,31 x 1,15 x 1,15m (desonerado)	un/mes	48,0000	1.829,00	87.792,00	
86	AD19150700(5)	Container excrutoria, vestiario ou deposito, modelo padrao, medindo: (6x2,4x2,55m, em estrutura de aço, composto por piso de madeira, paredes forradas com compensado naval, teto com isolamento termico, com 1 porta de (0,8x2,10m, 2 basculantes de (1,20x1,20), entrada para ar condicionado com suporte e tomada 3P, 2 pontos de iluminacao, 2 tomadas electricas, distribuiçao interna das instalacoes electricas e hidraulicas ate o ponto de entrada/saida da unidade e piso aproximado de 2,31, excludive carga, descarga e transporte ida e volta ao canteiro. Aluguel mensal (desonerado)	un/mes	24,0000	590,00	14.160,00	
87	AD19150700(5)	Container WC, modelo padrao, medindo: (6x2,4x2,55m, em estrutura de aço, composto por piso de compensado naval revestido com plurgoma, paredes ao natural, teto com isolamento termico, com 1 porta de (0,8x2,10m, 2 basculantes de (1,20x1,20), com 5 chuveiros, 3 vasos sanitarios, mictorio e 3 lavatorios, 2 pontos de iluminacao, distribuiçao interna das instalacoes electricas e hidraulicas ate o ponto de entrada/saida da unidade e piso aproximado de 2,31, excludive carga, descarga e transporte ida e volta ao canteiro. Aluguel mensal (desonerado)	un/mes	24,0000	1.770,00	42.480,00	
88	AD19160030(5)	Instalacao e ligacao provisoria de alimentacao de energia electrica, em baixa tensao (BT), para canteiro de obras, excludive o fonecimento do medidor (desonerado)	un	1,0000	2.690,90	2.690,90	
89	AD19160030(5)	Instalacao e ligacao provisoria de obra de agua e esgoto a rede publica (desonerado)	un	1,0000	2.534,58	2.534,58	
90	AD19150200(5)	Placa de sinalizacao para obra na via publica, com 0,60m de largura por 1m de altura, com avisos em letras pintadas, compreendendo o fonecimento e pintura inclusive da estrutura e suporte em madeira serrada e base de concreto (desonerado)	un	20,0000	1,95,60	3.912,00	
91	AD19150250(5)	Placa de sinalizacao para obra na via publica, compreendendo exclusivamente o servico de colocacao e retirada (desonerado)	un	20,0000	5,80	116,00	
92	AD19150310(5)	Placa de identificacao da obra publica, confeccionada em chipa de Pet 2,0mm, fundo, letras e simbolos em vinil auto adesivo e estrutura de madeira, suporte estruturado em placa de madeira serrada de (7,5 x 7,5)cm pintado, inclusive transporte. Fomecimento e colocacao (desonerado)	m2	68,0000	698,09	47.368,32	

Página 10 de 14



SECONSERVA - SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO
ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL

EMITIDO EM 30/03/2025 17:25:24

Código	9.059	Processo	CSV-PRO-2025/09418	Ano/Mês de referência	2025/09	Prazo Previsto	360 Dias Corridos
SISTEMA	SISTEMA ÚNICO						
SUBSISTEMA	SUBSISTEMA ÚNICO						
PLANO	ASFALTO LISO ALTO DA BOA VISTA						
Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	Custo Parcela (R\$)	
93	AD340502000	Aluguel de cavalete plástico universal de polietileno de alto impacto, na cor branca, com painéis de lona refletiva na dimensão (1,15x0,81)m, permitindo adaptação de até 2 peças metálicas e placas de sinalização diversas, de acordo com o manual do DHR e CET-RIO, com mais acessórios, incluindo 1 placa alética, primeira colocação e refilada no final da obra (desonerado)	un/mês	240,0000	70,08	18.258,26	
94	AD340502500(A)	Cone canalizador empilhável T-Top de alta densidade de polietileno inquebrável, com 1,14m de altura e duas faixas refletivas com base de borracha removível, permitindo colocação de placa alética, de acordo com o manual do DHR e CET-RIO, incluindo a placa alética. Fornecimento (desonerado)	un	480,0000	86,84	41.883,36	
95	AD340503000(A)	Aluguel de placa alética para adaptação em cones canalizadores e cavaletes (desonerado)	un/mês	240,0000	92,81	22.274,40	
96	AD390500000	Almoço (inclusive encargos sociais) (desonerado)	h	2106,0000	41,28	86.650,88	
97	AD390500900	Apoio (inclusive encargos sociais) (desonerado)	h	4302,0000	45,28	193.361,76	
98	AD390500900	Auxílio de escritório (inclusive encargos sociais) (desonerado)	h	4302,0000	33,68	144.922,56	
99	AD390500900	Chefe de escritório (inclusive encargos sociais) (desonerado)	h	2106,0000	95,63	122.163,48	
100	AD390501100	Encargado (inclusive encargos sociais) (desonerado)	h	4302,0000	48,34	212.300,28	
101	AD390501300(A)	Engenheiro de segurança do trabalho (inclusive encargos sociais) (desonerado)	h	2106,0000	143,47	315.060,12	
102	AD390501400	Estagiário (inclusive encargos sociais) (desonerado)	h	2106,0000	9,94	21.828,24	
103	AD390501700	Motobista de veículo leve de serviço (inclusive encargos sociais) (desonerado)	h	2106,0000	23,88	52.440,48	
104	AD390501800	Secretário (inclusive encargos sociais) (desonerado)	h	2106,0000	39,91	87.642,36	
105	AD390502000(A)	Técnico de segurança do trabalho (inclusive encargos sociais) (desonerado)	h	2106,0000	43,90	96.404,40	
106	AD390502100(A)	Vigia (inclusive encargos sociais) (desonerado)	h	6588,0000	39,29	192.963,32	

Página 11 de 14



SECONSERVA - SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO
ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL

EMITIDO EM 30/03/2025 17:25:24

Código	9.059	Processo	CSV-PRO-2025/09418	Ano/Mês de referência	2025/09	Prazo Previsto	360 Dias Corridos
SISTEMA	SISTEMA ÚNICO						
SUBSISTEMA	SUBSISTEMA ÚNICO						
PLANO	ASFALTO LISO ALTO DA BOA VISTA						
Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	Custo Parcela (R\$)	
107	E100045070	Agregados para camada anti-reflexiva de trincas tipo SAM, com asfalto borricha, atendendo as normas de segurança e de meio ambiente, de acordo com as especificações do DHR, inclusive transporte. Fornecimento (desonerado)	m2	255445,3100	4,11	1.049.882,86	
108	E100045071	Agregados para trincheira asfáltica uniaxial a quente, tipo Open Graded (OGA), com asfalto borricha, atendendo as normas de segurança e de meio ambiente, para camada de rolamento com espessura de 5 cm, de acordo com as especificações do DHR, inclusive transporte. Fornecimento (desonerado)	m2	111003,4400	16,88	1.874.750,88	
109	E100045072	Camada anti-reflexiva de trincas tipo SAM, com asfalto borricha tipo AG22, embebido em uma camada, atendendo as normas de segurança e meio ambiente, de acordo com as especificações do DHR, inclusive materiais. Inclusive transporte dos materiais até o local de aplicação (desonerado)	m2	255445,3100	3,80	963.894,58	
110	E100045073	Centelheira de Serviço, capacidade de 11 passageiros, com motor, material de operação e material de manutenção, com as seguintes especificações mínimas: o diesel de 120CV, autonomia de 3000 km/mês. Custo mensal (desonerado)	un/mês	12,0000	9.841,51	118.098,12	
111	E100045074	CAP (cemento asfáltico de petróleo) Borricha do tipo AS-22, para utilização em misturas asfálticas, inclusive frete até a Rua da Metrôpolita do Rio de Janeiro. Fornecimento (desonerado)	t	1172,5700	5.000,00	6.566.556,00	
112	E100045075	Revestimento em concreto asfáltico uniaxial a quente, tipo Open Graded (OGA), com asfalto borricha, atendendo as normas de segurança e de meio ambiente, para camada de rolamento, espedado e compactado, na espessura de 5 cm, de acordo com as especificações do DHR, inclusive materiais e transporte da obra para o local de aplicação (desonerado)	m2	111003,4400	19,03	2.113.537,36	
Total da Planilha						34.490.130,65	
Total de Subtotal						34.490.130,65	
						100,0000	
Total de Planilha						34.490.130,65	
						100,0000	

Página 12 de 14

		SECONSERVA - SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO			EMITIDO EM 30/03/2025 17:25:24	
		ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL				
Código	9.059	Processo	CSV-PRO-2025/09418	Ano/Mês de referência	2025/09	Prazo Previsto
TOTAL ORÇADO: R\$ 29.238.494,57		BDE(%)	18,00	VALOR DO BDE: R\$ 5.251.636,98	VALOR TOTAL: R\$ 34.490.130,55	360 Dias Comidos
THIRTY-FOUR MILLION FOUR HUNDRED NINETY THOUSAND ONE HUNDRED THIRTY AND 55 / 100						
Documentos		Rótulos		Rubrica		

Página 13 de 14

PREFEITURA



RIO

SECONSERVA - SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL

EMITIDO EM 30/03/2025 17:25:24

Código

9.059

Processo

CSV-PRO-2025/09418

Ano/Mês de referência

2025/09

Prazo Previsto

360 Dias Corridos

FOURA RESUMO COM OS TOTAIS DAS PLANILHAS

	Valor(R\$)	Porcentagem(%)	
ASFALTO LISO ALTO DA BOA VISTA	34.490.130,55	99,9999	
SUBSISTEMA UNICO	Total por Subitem(s)	34.490.130,55	100,0000
SISTEMA UNICO	Total por Item(s)	34.490.130,55	100,0000
TOTAL DO ORÇAMENTO	34.490.130,55	100,00	

TOTAL ORÇADO:

R\$ 29.238.494,57

BDE(%)

18,00

VALOR DO BDE:

R\$ 5.251.636,98

VALOR TOTAL:

R\$ 34.490.130,55

THIRTY-FOUR MILLION FOUR HUNDRED NINETY THOUSAND ONE HUNDRED THIRTY AND 55 / 100

Documentos

Rótulos

Rubrica

Página 14 de 14

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO (PREGÃO ELETRÔNICO – SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA)

Termo de Contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio da Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos - SECONSERVA como CONTRATANTE, e a _____, como CONTRATADA, para a execução dos serviços comuns de engenharia na forma abaixo.

O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio da **Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos - SECONSERVA** a seguir denominado **CONTRATANTE**, representado pelo Ilmo Srº. Secretário _____ e a sociedade _____, estabelecida na _____ inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, a seguir denominada CONTRATADA, neste ato representada por _____ têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado do PREGÃO ELETRÔNICO PE-SECONSERVA Nº 90274/2026, realizado por meio do processo administrativo nº CSV-PRO-2025/09418, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – **CAF**, instituído pela Lei nº 207/1980, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 1/1990, pelo Regulamento Geral do Código supra citado – **RGCAF**, aprovado pelo Decreto Municipal nº 3.221/1981, e suas alterações, pela **Lei Municipal nº 2.816/1999**, pela **Lei Municipal nº 4.352/06** e pelos **Decretos Municipais nº 17.907/99, 21.083/02, 21.253/02, 21.682/02, 27.078/06, 27.715/07, 31.349/09, 33.971/11, 46.195/2019 e 49.415/2021**,

51078/2022, 51.260/2022, 51.628/2022 51.629/2022, 51.631/2022, 51.632/2022, 51.634/2022, 51.635/2022 e 55.074/2024 com suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de Direito Público pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

O objeto do presente Contrato é a prestação de serviços comuns de engenharia de **“Serviços de Revitalização da Pavimentação e de Implantação de Rota Ciclovária da Avenida Edison Passos, Estrada de Furnas, Estrada Velha da Tijuca e Rua Boa Vista – Alto da Boa Vista, AP2 e AP4”**, pertencente ao código 261289.0002-83, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme as especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 90274/2026), do processo administrativo CSV-PRO-2025/09418.

Parágrafo Primeiro – Os serviços serão executados com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no processo administrativo nº CSV-PRO-2025/09418 Termo de Referência e/ou, quando for o caso, no Projeto Executivo, na Descrição dos Serviços, no Escopo dos Serviços ou no Memorial Descritivo, no Cronograma Físico-Financeiro, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução e conservação dos serviços.

Parágrafo Segundo – A cada alteração contratual, por acréscimo ou redução do objeto, valor ou prazo do Contrato, observados os limites legais estabelecidos nos arts. 125 e 128 da Lei Federal nº 14.133/2021, será acordado novo Cronograma, atendido o interesse do CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

O valor total do presente Contrato é de R\$_____, cuja composição se encontra especificada na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, às fls._____, do processo administrativo nº CSV-PRO-2025/09418.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em conformidade com as etapas estabelecidas no Cronograma Físico-Financeiro (Anexo IV), observada a obrigatoriedade da reserva do percentual de 10% (dez por cento) do valor do Contrato ou da Nota de Empenho para a última etapa, e obedecido o sistema de medições estabelecido neste Edital.

Parágrafo Primeiro – Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA, mensalmente, após a regular liquidação da despesa, nos termos do **art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, observado o disposto nos arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021**, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos – SECONSERVA.

Parágrafo Segundo – Para fins de medição, se for o caso, e faturamento, o período-base de medição do serviço prestado será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

Parágrafo Terceiro – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado na Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos – SECONSERVA.

Parágrafo Quarto – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do(s) serviços/fornecimento efetivamente executados e aceitos no período-base mencionado no parágrafo primeiro, sem que a Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos - SECONSERVA esteja obrigado(a) a pagar o valor total do Contrato.

Parágrafo Quinto – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Sexto – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria

Municipal de Conservação e Serviços Públicos – SECONSERVA e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

Parágrafo Sétimo – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta no Banco Santander (Brasil) S/A, ou em outro Banco que venha substituí-lo, nos conformes legais, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

Parágrafo Oitavo – Será retida a título de garantia complementar da perfeita execução e funcionamento dos serviços, de preferência a conta da fatura final, parcela igual a 10% do valor do Contrato ou da Nota de Empenho, não devendo, consequentemente, a última fatura ser inferior a esta última percentagem, conforme dispõe o art. 463 do RGCAF.

Parágrafo Nono – A garantia suplementar, constituída pelas retenções sobre as faturas, será liberada logo após a prestação definitiva dos serviços, quando for o caso.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados da data do orçamento estimado em 09/2025, observada a Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

Parágrafo Primeiro – Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA–E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, calculado por meio da seguinte fórmula:

$$R = Po [(I-Io)/Io]$$

Onde:

R = valor do reajuste;

I = índice IPCA–E mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;

Io = índice do IPCA–E mensal relativo ao mês do orçamento estimado;

Po= preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

Parágrafo Segundo – Caso o índice previsto neste Contrato seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a

perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA não terá direito ao reajuste do preço das etapas do serviço que, comprovadamente, sofrerem atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também das que forem executadas fora do prazo, sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação, de acordo com o estabelecido no art. 518 do RGCAF.

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO–FINANCEIRO

Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico–financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 90 (noventa) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA – FISCALIZAÇÃO

A CONTRATADA submeter–se–á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

Parágrafo Primeiro – A Fiscalização da execução dos serviços caberá a comissão designada por ato do Secretário Municipal de Conservação. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Terceiro – Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

Parágrafo Quarto – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Os serviços objeto deste Contrato serão executados sob a direção e responsabilidade técnica do Engenheiro (a) _____ [Arquiteto (a), se for o caso], que fica autorizado a representar a CONTRATADA em suas relações com o CONTRATANTE em matéria técnica.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se obriga a manter o profissional indicado nesta Cláusula como Responsável Técnico na direção dos serviços e no local da sua execução até o respectivo encerramento.

Parágrafo Segundo – O Responsável Técnico indicado pela CONTRATADA poderá ser substituído por outro de mesma qualificação e experiência, cuja aceitação ficará a exclusivo critério do CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – MEDIÇÕES

As medições dos serviços obedecerão ao Cronograma Físico-Financeiro (Anexo IV), que será ajustado em função de inícios e reinícios de etapas do serviço, em dias diferentes, no primeiro dia útil do mês.

Parágrafo Primeiro – As medições serão processadas independentemente da solicitação da CONTRATADA. A primeira medição será realizada em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da ordem de início, e as subsequentes a cada período de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do encerramento da medição anterior. O último dia de uma medição coincidirá obrigatoriamente com o último dia útil do mês calendário da sua realização. Poderão ser realizadas

medições intermediárias cujo último dia não coincida com o último dia útil do mês calendário de sua realização, a critério do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – O processamento das medições obedecerá à seguinte sistemática:

a) Todos os itens constantes da Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (Anexo II), originalmente ou em virtude de alterações contratuais, serão apontados em impresso próprio, assinado pela Fiscalização.

b) O preço unitário dos itens não contemplados na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (Anexo II), incluídos em virtude de alterações contratuais, observados os limites legais, será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$PUII = \frac{PLO \times PUEII}{PEO}$$

Onde:

PUII = Preço unitário do item incluído, referido ao mês base do orçamento;

PEO = Preço (SCO-RIO) do serviço, referido ao mês base do orçamento;

PLO = Preço da licitante para o serviço, referido ao mês base do orçamento;

PUEII = Preço unitário (SCO-RIO), do item incluído, referido ao mês base do orçamento.

Parágrafo Terceiro – Não serão considerados nas medições quaisquer serviços executados, mas não discriminados na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (Anexo II), ou em suas eventuais alterações no curso deste Contrato.

Parágrafo Quarto – Para obtenção do valor de cada medição, será observado, quando cabível, o seguinte procedimento, respeitadas as quantidades constantes do orçamento oficial eventualmente alteradas no curso deste Contrato:

a) as quantidades medidas serão multiplicadas pelos respectivos preços unitários;

b) o valor de cada medição corresponderá ao somatório dos produtos finais obtidos nos termos da alínea anterior;

c) para efeito de faturamento o valor de cada medição deverá considerar o percentual de redução ou acréscimo proposto pela CONTRATADA.

Parágrafo Quinto – Na medição final ou na medição única será anexado cadastro técnico dos serviços realizados, com todas as plantas, detalhes e especificações.

CLÁUSULA DÉCIMA – ALTERAÇÃO DE QUANTITATIVOS

Na vigência do Contrato, as quantidades dos itens constantes da Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (Anexo II), poderão ser acrescidas em até 30% (trinta por cento), por item, da quantidade primitiva, a juízo exclusivo da Fiscalização, desde que o acréscimo não altere o valor do Contrato e nem transfigure o objeto da contratação, na forma do disposto nos arts. 124, 125 e 126 da Lei Federal nº 14.133/2021, e sejam observadas as demais disposições deste Contrato.

Parágrafo Primeiro – Em circunstâncias especiais, devidamente justificadas e mediante prévia autorização do CONTRATANTE, as quantidades referidas no caput desta Cláusula poderão ser acrescidas em percentual superior a 30% (trinta por cento), por item, da quantidade primitiva, ou substituídos, total ou parcialmente, por outras quantidades de itens novos constantes da tabela de preços adotada neste Contrato dentro do limite de 10% (dez por cento) do valor do Contrato, desde que as substituições sejam imprescindíveis à perfeita execução da obra e os preços unitários respectivos conservem o valor da proposta de preços obtido por meio da seguinte fórmula:

$$PUII = \frac{PLO \times PUEII}{PO}$$

Onde:

PUII – Preço Unitário do Item Incluído, referido ao mês base do orçamento;

PO – Preço do serviço na data do orçamento;

PLO – Preço da Licitante para o serviço referido à data do documento;

PUEII – Preço Unitário (SCO-RIO) do Item Incluído, referido ao mês base do orçamento.

Parágrafo Segundo – Para a preservação do valor do Contrato, aos acréscimos corresponderão, sempre que possível e recomendável, supressões de outros itens, em igual proporção, desde que não haja comprometimento da obra e nem se transfigure o objeto do contrato, conforme o art. 126 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Terceiro – Itens simples ou compostos que não constem originariamente na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (Anexo II), e que

eventualmente se façam necessários, deverão ser incluídos sempre com base nos insumos, composições ou itens relacionados na tabela de preços adotada no Contrato.

Parágrafo Quarto – Poderão ser aceitas variantes do Projeto Executivo, quando houver, para a execução dos serviços, que, depois de analisadas pela Fiscalização, conduzam à redução do preço contratado. Esta variante será acompanhada de uma Planilha de Quantitativos e Preços Unitários que demonstre a efetiva redução do preço referencial. A aceitação das variantes implicará:

- a) a contemplação dos seus quantitativos e preços na Planilha Oficial de Quantitativos e Preços Unitários, procedendo-se às adaptações necessárias, com as substituições e modificações indispensáveis e pertinentes;
- b) a inalterabilidade dos preços e dos quantitativos das variantes.

Parágrafo Quinto – O CONTRATANTE poderá modificar o projeto ou as suas especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos, com alteração ou não do valor contratual, observado o disposto nos arts. 124, inciso I, e 130, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Sexto – A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária, conforme o art. 128 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Sétimo – Nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada ou semi- integrada, é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos:

- a) para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;
- b) por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites estabelecidos no art. 125 desta Lei;
- c) por necessidade de alteração do projeto nas contratações semi-integradas, nos termos do § 5º do art. 46 desta Lei;

d) por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA

A CONTRATADA prestou garantia na modalidade de _____ no valor de R\$ _____ equivalente a 2% (dois por cento) do valor total do Contrato.

Parágrafo Primeiro – A Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos - SECONSERVA se utilizará da garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a esta inclusive para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações. Para reparar esses prejuízos, poderá a CONTRATANTE ainda reter créditos.

Parágrafo Segundo – Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato serão **descontados da garantia** caso não venham a ser quitados no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados da ciência da aplicação da penalidade. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Terceiro – Em caso de extinção decorrente de ato praticado pela CONTRATADA, a garantia reverterá ao CONTRATANTE para execução na forma do inciso III, do art. 139 da Lei 14.133/2021. Quando a garantia for insuficiente, o CONTRATANTE promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada.

1) Caso seja utilizada garantia modalidade de Caução em Dinheiro (art. 96, § 1º, I, 1ª parte, da Lei Federal nº 14.133/2021):

Parágrafo Quarto – Na hipótese de **descontos da garantia** a qualquer título, seu valor original deverá ser integralmente recomposto no prazo de **7 (sete) dias úteis**, exceto no caso da cobrança de valores de multas aplicadas, em que esse será de **48 (quarenta e oito) horas**, sempre contados da utilização ou da notificação pela Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos - SECONSERVA o que ocorrer por último, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

Parágrafo Quinto – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato**.

Parágrafo Sexto – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com o **art. 465 do RGCAF** e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

2) Caso seja utilizada garantia na modalidade de Seguro–Garantia (art. 96, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133/2021)

Parágrafo Quarto – A apólice deverá ter vigência idêntica ao prazo do contrato, acrescido de _____ (_____) dias para apuração de eventual inadimplemento da Contratada - ocorrido durante a vigência contratual — e para a comunicação do inadimplemento à seguradora, com cláusula de renovação até a extinção das obrigações da CONTRATADA, vinculada à reavaliação do risco.

Parágrafo Quinto – A apólice deverá conter disposição expressa de obrigatoriedade de a seguradora informar ao CONTRATANTE e à CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias antes do prazo final da validade, se a apólice será ou não renovada.

Parágrafo Sexto – No caso de a seguradora não renovar a apólice de seguro–garantia, a Contratada deverá apresentar garantia de valor e condições equivalentes, para aprovação do Contratante, antes do vencimento da apólice, independentemente de notificação, sob pena de caracterizar-se inadimplência e serem aplicadas as penalidades cabíveis.

Parágrafo Sétimo – As apólices emitidas não poderão conter obrigações, restrições ou disposições que contrariem as disposições do presente CONTRATO e deverão conter declaração expressa da companhia seguradora, da qual conste que conhece integralmente este contrato.

Parágrafo Oitavo – A CONTRATADA encaminhará ao Contratante cópia autenticada das apólices de seguro, antes da assinatura do contrato,

Parágrafo Nono – A apólice deverá ser emitida por seguradora autorizada a funcionar no Brasil pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, – fato

que deverá ser atestado mediante apresentação, junto com a apólice, da Certidão de Regularidade expedida pela SUSEP.

Parágrafo Décimo – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato**.

Parágrafo Décimo Primeiro – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com o **art. 465 do RGCAF**.

3) Caso seja utilizada a garantia na modalidade Fiança-Bancária (art. 96, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133/2021):

Parágrafo Quarto – A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo Quinto – A fiança bancária será apresentada com firma devidamente reconhecida em cartório, exceto no caso de documento emitido por via digital, cuja autenticidade pode ser aferida junto aos certificadores digitais devida e legalmente autorizados.

Parágrafo Sexto – A fiança bancária deverá ter prazo de validade correspondente ao período de vigência deste contrato, acrescido de (____) dias para apuração de eventual inadimplemento da CONTRATADA — ocorrido durante a vigência contratual — e para a comunicação do inadimplemento à instituição financeira.

Parágrafo Sétimo – No instrumento de fiança bancária constará renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos arts. 827 e 838 do Código Civil Brasileiro, bem como sua expressa afirmação que, como devedor solidário, fará o pagamento ao Contratante, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações.

Parágrafo Oitavo – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato**.

Parágrafo Nono – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com o **art. 465 do RGCAF**.

4) Caso seja utilizada garantia modalidade Caução Títulos Públicos (art. 96, § 1º, I, 2ª parte, da Lei Federal nº 14.133/2021):

Parágrafo Quarto – A contratada entregará, até a data da assinatura do contrato, os Títulos da Dívida Pública emitidos na forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia ou órgão que o suceder, no Órgão responsável pela contratação, para aferição de sua legalidade, registro e anexação ao processo de contratação.

Parágrafo Quinto – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato**.

Parágrafo Sexto – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com o **art. 465 do RGCAF**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PRAZO

A contratação terá eficácia a partir da data da publicação do instrumento correspondente no Portal Nacional de Contratações Públicas e vigorará por 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, contados da data estabelecida no memorando de início se posterior.

Parágrafo Primeiro – Os prazos de cumprimento das etapas são aqueles constantes do Cronograma Físico-Financeiro (Anexo IV).

Parágrafo Segundo – O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Terceiro – No caso de serviços e fornecimentos contínuos, o contrato poderá ser prorrogado na forma dos arts. 107 e 106, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e das demais normas aplicáveis.

Parágrafo Quarto – O período de conservação por conta da CONTRATADA será de 180 (cento e oitenta) dias corridos, a contar do aceite provisório, na forma do art. 462 do RGCAF, sem prejuízo da garantia legal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CRONOGRAMA

O programa mínimo de progressão dos trabalhos e do desenvolvimento dos serviços obedecerá à previsão das etapas constantes do Cronograma Físico-Financeiro (Anexo IV).

Parágrafo Primeiro – No decorrer da prestação dos serviços será exigida uma produção que, aos preços contratuais originários, corresponda às etapas mínimas, em dias corridos, estabelecidos no Cronograma Físico-Financeiro, em percentagens acumuladas em relação ao valor global dos serviços contratados, que são:

até o _____ dias corridos, até o _____ dias corridos.
até o _____ dias corridos, até o _____ dias corridos.
até o _____ dias corridos, até o _____ dias corridos.
até o _____ dias corridos, até o _____ dias corridos.
até o _____ dias corridos, até o _____ dias corridos.

Parágrafo Segundo – Havendo progressão no Cronograma Físico maior do que a previsão original, a Fiscalização poderá adaptar o Cronograma Financeiro para atender essa situação, até o limite da dotação consignada no orçamento anual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – REGIME E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços objeto do presente Contrato serão executados sob o regime de Empreitada por Preço Unitário, conforme as especificações constantes Termo de Referência (Anexo I) do processo administrativo n.º CSV-PRO-2025/09418.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

I – Realizar os serviços de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência e na Proposta;

II – tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos;

III– responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas;

IV – apresentar o documento de responsabilidade técnica relativo aos serviços nas datas devidas, responsabilizando-se integralmente pelas penalidades decorrentes da falta de apresentação;

V – atender às determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;

VI – reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por sua conta e responsabilidade, dos serviços recusados pelo CONTRATANTE no prazo determinado pela Fiscalização;

VII – responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços até o seu término:

a) em caso de ajuizamento de ações trabalhistas em face da CONTRATADA, decorrentes da execução do presente Contrato, com a inclusão do Município do Rio de Janeiro ou de entidade da Administração Pública indireta como responsável subsidiário ou solidário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

b) no caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do presente Contrato, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária do CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

c) as retenções previstas nas alíneas “a” e “b” poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o Município do Rio de Janeiro ou o CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso o Município do Rio de Janeiro ou entidade da Administração Pública indireta sejam compelidos a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;

d) eventuais retenções previstas nas alíneas “a” e “b” somente serão liberadas pelo CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.

VIII – responsabilizar-se integralmente pela iluminação, instalações e despesas dela provenientes, pelos equipamentos acessórios necessários à fiel execução dos serviços contratados, assim como pela limpeza final do local de trabalho;

IX – responsabilizar-se, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações do Termo de Referência, com as normas **da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT**, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pela Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos – SECONSERVA, assim como pelo refazimento do serviço e a substituição dos materiais recusados, sem ônus para o(a) CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

X – manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital durante todo prazo de execução contratual;

XI – responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução deste Contrato, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;

XII – responsabilizar-se pelo licenciamento integral do serviço perante entidades e órgãos públicos, inclusive o licenciamento ambiental;

XIII – observar o disposto nos Decretos Municipais nº 21.682/02, 23.103/03 e 27.715/07 e suas alterações posteriores, no que couber.

XIV – cumprir durante toda a execução do contrato as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

XV – manter hígidas as garantias contratuais até o recebimento definitivo do objeto do contrato;

XVI – se comprometer a não subcontratar pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

XVII – informar endereço(s) eletrônico(s) para comunicação e recebimento de notificações e intimações, inclusive para fim de eventual citação judicial;

XVIII – comprovar o cadastramento de seu endereço eletrônico perante os órgãos do Poder Judiciário, mantendo seus dados atualizados para fins de eventual recebimento de citações e intimações;

XIX – entregar o Questionário Eletrônico de Integridade e Transparência devidamente preenchido, conforme o parágrafo único do art. 7º do Decreto Rio nº 49.415/2021;

XX - observar as vedações contidas no Decreto Rio nº 51.260/2022, que dispõe sobre a obrigatoriedade de observância dos princípios e regras de integridade pública por parte dos agentes públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro;

XXI– efetuar a retenção na fonte do imposto de renda sobre os pagamentos feitos às pessoas físicas e jurídicas, com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, observando a alíquota aplicável e o procedimento disposto no Decreto Rio nº 49.593, de 18 de outubro de 2021, e alterações posteriores.

XXII - Promover, sem ônus para o contratante, nos casos de remoção de vegetação, a solicitação de autorização para a remoção e posterior implantação das medidas compensatórias correspondentes, nos termos da legislação em vigor;

XXIII - Manter o registro da medida compensatória realizada de modo a ser apresentada ao contratante quando solicitado;

XXIV - Realizar prova da disponibilidade de veículos e equipamentos, em conformidade com o Quadro de Equipamentos (Anexo I), indispensáveis à

execução do objeto do contrato, em todas as suas fases, mediante apresentação de relação explícita e declaração formal das disponibilidades exigidas, quando for o caso.

XXV - Manter as condições apresentadas na proposta vencedora, caso a execução do presente contrato importe na sua exclusão do regime do SIMPLES NACIONAL.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

- I – Realizar os pagamentos na forma e condições previstas neste Contrato;
- II – Realizar a fiscalização do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

I - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da execução do presente contrato administrativo independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

II- Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da adequação, o da necessidade e o da finalidade específica, bem como as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE.

III- É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei e nesse contrato.

IV- Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa SUBCONTRATADA dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE, restringindo-se ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual, hipótese em que a SUBCONTRATADA ficará sujeita aos mesmos limites e obrigações legais e contratuais relativos à LGPD impostos à CONTRATADA, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável por garantir a sua observância perante o CONTRATANTE.

V- É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

VI- A CONTRATADA é responsável pelo uso indevido e em desconformidade com a LGPD e com este contrato que seus empregados, colaboradores, prepostos, consultores ou prestadores de serviços fizerem dos dados pessoais, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados pessoais.

VII- A CONTRATADA deve adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas, aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

VIII - O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo realizar diligências, inspeções e auditorias, a fim de zelar pelo cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender, no prazo indicado pelo CONTRATANTE, eventuais pedidos de comprovações formulados.

IX- A fiscalização do CONTRATANTE não exime, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da LGPD e desse ajuste.

X- A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

XI- Na hipótese de ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, a CONTRATADA deve comunicar ao CONTRATANTE o fato em, no máximo, 24 horas, contados da sua ciência, para que este possa comunicar à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e ao Titular, na forma do art. 48 da LGPD.

XII - A CONTRATADA deverá manter banco de dados - art. 5º, IV da LGPD - em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, disponibilizando-o quando solicitado, na forma dos arts. 25 e 37 da LGPD.

XII.1 - Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

XIII - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, os dados pessoais serão transferidos ao CONTRATANTE, assegurada a integridade e disponibilidade dos dados recebidos, e eliminados definitivamente pela CONTRATADA.

XIII.1 - O CONTRATANTE manterá os dados pessoais necessários ao cumprimento do art. 16 da LGPD somente enquanto não prescritas essas obrigações.

XIV - Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

O recebimento do objeto do contrato previsto na CLÁUSULA SEGUNDA se dará mediante avaliação de servidores designados pelo titular da Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos - SECONSERVA, na forma do art. 501 do RGCAF, que constatarão se o objeto entregue atende a todas as especificações contidas no Termo de Referência.

Parágrafo Primeiro – O objeto do presente contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao pagamento.

Parágrafo Segundo – Os serviços executados em desacordo com a especificação do Edital e seus Anexos, e da Proposta deverão ser recusados pela Comissão responsável pela fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de recusa de recebimento, a CONTRATADA deverá reexecutar os serviços não aceitos, em prazo a ser estabelecido pela CONTRATANTE, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do CONTRATANTE da data da efetiva aceitação. Caso a CONTRATADA não reexecute os serviços não aceitos no prazo assinado, a CONTRATANTE se reserva o direito de providenciar a sua execução às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Parágrafo Quarto – O objeto do presente Contrato será recebido:

a) provisoriamente, na forma dos art. 501 a 504 do RGCAF e do art. 140, II, "a", da Lei Federal nº 14.133/2021.

b) definitivamente, após o decurso do prazo de conservação e verificada a perfeita adequação do objeto aos termos contratuais, na forma dos arts. 501 a 503 e 505, todos do RGCAF.

Parágrafo Quinto – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra e/ou serviço, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, a Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos - SECONSERVA poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 589 do RGCAF:

- (a) Advertência;**
- (b) Multa;**
- (c) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;**
- (d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**

Parágrafo Primeiro – A aplicação da sanção prevista na alínea “b” observará os seguintes parâmetros:

- 1)** 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela/etapa em atraso do Contrato, nos primeiros 15 (quinze) dias de atraso na execução dos serviços.
- 2)** 0,3% (três décimos por cento) até 0,4% (quatro décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, a partir do 16º (décimo sexto) dia útil de atraso na execução dos serviços;
- 3)** após o 15º (décimo quinto) dia útil de atraso na execução do serviço, a Administração poderá optar pela extinção unilateral da avença e aplicar multa de 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do Contrato;
- 4)** 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- 5)** 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a extinção do Contrato e aplicar multa de 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do Contrato.
- 6)** As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 7)** Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução dos serviços;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01

Parágrafo Segundo – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

Parágrafo Terceiro – As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista nas alíneas “b”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

Parágrafo Quarto – As multas deverão ser recolhidas no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade ou da publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO do ato que as impuser.

Parágrafo Quinto – O valor das multas vencidas e não pagas deverá ser compensado com as quantias devidas à CONTRATADA e/ou executada a garantia.

Parágrafo Sexto – Quando do vencimento da penúltima e/ou da última fatura do contrato, o valor de eventual multa ainda pendente de recurso ou não vencida deverá ser retido das quantias devidas à CONTRATADA.

Parágrafo Sétimo – Nos casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá ser recomposto em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção administrativa do Contrato.

Parágrafo Oitavo – As multas eventualmente aplicadas com base na alínea "b" do caput desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo Nono – A aplicação das sanções estabelecidas nas alíneas "a", "b" e "c" do caput desta Cláusula é da competência da Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos – SECONSERVA e a da alínea "d" é da competência exclusiva do Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos – SECONSERVA.

Parágrafo Décimo - A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Parágrafo Décimo Primeiro – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – RECURSOS

A CONTRATADA poderá apresentar:

a) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da intimação da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do caput da Cláusula anterior;

b) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **3 (três) dias úteis** contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;

c) **Pedido de Reconsideração** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida na alínea “e” do caput da Cláusula anterior;

Parágrafo Único – Os recursos a que aludem as **alíneas “a” e “b”** do caput da presente Cláusula serão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA– EXTINÇÃO

O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 529, do RGCAF, e no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Parágrafo Segundo – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à **multa** de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda,

sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Sexta, caput, alínea “c”, deste Contrato.

Parágrafo Quarto – A multa referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- (a) a devolução da garantia;
- (b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- (c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- (d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA– SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá subcontratar, nem ceder sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.

Parágrafo Único – A SUBCONTRATADA será solidariamente responsável com a CONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do Contrato, nos limites da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

CLÁUSULA VISÉGIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários à execução dos serviços ora contratados correrão à conta do Programa de Trabalho 43001.154520071.1774, Código de Despesa 449051, tendo sido empenhada a importância de R\$_____, por meio da Nota de Empenho nº_____, ficando o restante a ser empenhado à conta do orçamento do próximo exercício.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA– FORO

Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município no prazo estabelecido no art. 441 do RGCAF, além da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

O CONTRATANTE providenciará a remessa de cópias autênticas do presente instrumento ao Tribunal de Contas do Município na forma da legislação aplicável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS

a) A CONTRATADA se obriga a manter, durante todo o período de execução do Contrato, as condições de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e regularidade trabalhista exigidas no Edital por meio do qual foi licitada a aquisição objeto do presente instrumento e o teor da sua proposta de preço, sob pena de extinção do Contrato;

b) Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.

c) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, na data da última assinatura eletrônica.

Agente Público competente do órgão ou entidade contratante
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Representante Legal da Empresa contratada
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Testemunha
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Testemunha
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

ANEXO IV

CRONOGRAMA FÍSICO/FINANCEIRO



SECONSERVA - Secretaria Municipal de Conservação
CRONOGRAMA FÍSICO / FINANCEIRO - INICIAL

EMITIDO EM 30/03/2025 17:24:38

Código: 9.059 Processo: CSV-PRO-2025/09418 Análise de Referência: 2025/09

Nº	SISTEMA	VALOR	ETAPAS (DIAS)											
			1 (30)	2 (30)	3 (30)	4 (30)	5 (30)	6 (30)	7 (30)	8 (30)	9 (30)	10 (30)	11 (30)	12 (30)
1	SISTEMA UNICO													
1.01	ADAPTAÇÃO AUTOMÁTICA	24.400.000,00	1.004.705,92	1.004.705,92	1.004.705,92	1.004.705,92	1.004.705,92	1.004.705,92	1.004.705,92	1.004.705,92	1.004.705,92	1.004.705,92	1.004.705,92	1.004.705,92
Total	EMPREIS		1.004.705,92	1.004.705,92	1.004.705,92	1.004.705,92	1.004.705,92	1.004.705,92	1.004.705,92	1.004.705,92	1.004.705,92	1.004.705,92	1.004.705,92	1.004.705,92
Etapa	EM PERCENTAGEM		1,000000	1,000000	1,000000	1,000000	1,000000	1,000000	1,000000	1,000000	1,000000	1,000000	1,000000	1,000000
Total	EMPREIS		1.004.705,92	1.004.705,92	1.004.705,92	1.004.705,92	1.004.705,92	1.004.705,92	1.004.705,92	1.004.705,92	1.004.705,92	1.004.705,92	1.004.705,92	1.004.705,92
Anual	EM PERCENTAGEM		1,000000	1,000000	1,000000	1,000000	1,000000	1,000000	1,000000	1,000000	1,000000	1,000000	1,000000	1,000000

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2026.

AGENTE PÚBLICO
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

Rio de Janeiro, ____ de ____ de 2026.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO VII

DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO ART. 63, inciso I e § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Considerando o inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que atendemos aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Considerando o disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS, sob pena de desclassificação, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

DECLARO, sob a penas da lei e para os devidos fins de comprovação junto ao(à) _____ [órgão ou entidade CONTRATANTE], que, na execução do presente contrato, são devidamente observadas as normas de saúde e segurança do trabalho pertinentes.

Rio de Janeiro, ____ de ____ de 2026.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO IX

DECLARAÇÃO REF. ARTIGO 2º, PARÁGRAFO ÚNICO, DO DECRETO RIO Nº 19.381/2001 E ART. 9º, § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____ .

[endereço da sociedade empresarial]

DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que não participam dos nossos quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses, nos termos do parágrafo único do artigo 2º do Decreto Rio nº 19.381/01.

DECLARAMOS, de igual turno, sob as penalidades cabíveis, que não dispomos em nosso quadro societário de nenhum familiar de agente público vinculado direta ou indiretamente a unidades administrativas na linha hierárquica daquela encarregada da contratação, independentemente da modalidade adotada, nos termos do art. 7º do Decreto Rio nº 49.414/2021.

DECLARAMOS, ainda, que não participam de nossos quadros funcionais agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2026.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO X

DECLARAÇÃO REF. AO DECRETO RIO Nº 23.445/2003

(em papel timbrado da empresa)

_____[órgão ou entidade licitante] Ref.
Licitação nº ____/____ [denominação/razão social da sociedade empresarial],
inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o
nº_____, por intermédio do seu(sua) representante legal o(a)
Sr.(a)_____, portador(a) da carteira de identidade
nº_____ e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o
nº_____, DECLARA, para fins do disposto no inciso VI, do art. 68, da Lei
Federal nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho
noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: () Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Rio de Janeiro ____ de _____ de 2026.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO XI

DECLARAÇÃO REF. AO DECRETO RIO Nº 27.715/07

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____ .
[endereço da sociedade empresarial]

Em conformidade com o disposto no Decreto Rio nº 27.715/2007, DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que, para a execução do objeto deste Contrato, somente serão utilizados produtos e subprodutos de madeira que tenham procedência legal.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2026.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO XII

DECLARAÇÃO REF. AOS DECRETOS MUNICIPAIS Nº 27.078/06 E Nº 33.971/11

A _____ inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
– CNPJ nº _____.
[endereço da sociedade empresarial]

Em conformidade com o disposto nos Decretos Municipais nº 27.078/06 e nº 33.971/11, DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que a execução do contrato objeto desta licitação observará as disposições da política municipal de gestão sustentável de resíduos da construção civil.

Rio de Janeiro, ____ de ____ de ____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO XIII

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE TRABALHISTA (em papel timbrado da empresa)

DECLARO, sob a penas da lei e para os devidos fins de comprovação junto ao(à) _____ [órgão ou entidade licitante], que o pagamento dos salários e dos respectivos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários (competência __mês__/_ano__) referentes aos empregados vinculados à execução do objeto contratado por meio da(o) _____ [modalidade licitatória] n.º __/__/__ encontram-se regularmente quitados. Conforme previsto no subitem _____ do edital de [modalidade licitatória] n.º __/__, encaminho em anexo o comprovante de pagamento das guias de FGTS e INSS relativas ao mês de __mês__/_ano__.

ANEXO XIV

DECLARAÇÃO DE VISITA

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ n.º _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Em atendimento à previsão legal contida no art. 67, VI da Lei Federal nº 14.133/2021, _____ [nome completo do representante legal da empresa],
DECLARO que o(a) Sr(a).
_____ profissional indicado por essa empresa,
realizou visita para fins de vistoria técnica ao _____,
acompanhado do respectivo responsável, tendo tomado ciência de todas as
condições locais para o cumprimento das obrigações inerentes ao objeto da
licitação na modalidade Pregão Eletrônico, n.º ____/____, as quais serão
consideradas quando da elaboração da proposta que vier a ser apresentada.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2026.

Agente Público
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Profissional indicado pela Empresa
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Representante Legal da Empresa
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO XV

MODELO DE PROPOSTA

Pregão Eletrônico, do tipo menor preço global para a prestação de serviços comuns de engenharia de “**Serviços de Revitalização da Pavimentação e de Implantação de Rota Cicloviária da Avenida Edison Passos, Estrada de Furnas, Estrada Velha da Tijuca e Rua Boa Vista – Alto da Boa Vista, AP2 e AP4**”.

Nome do Órgão: SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS - SECONSERVA		Pregão Eletrônico n.º 90274/2026	CNPJ:			
Razão Social:		E-mail:				
Endereço:		Tel.:			Fax:	
Banco:	Agência:	Conta Corrente:				
Item	Código do Serviço					

ANEXO XVI

INDICAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ n.º _____ .

[endereço da sociedade empresarial]

Informamos que as instalações dedicadas ao desempenho das nossas atividades relacionadas ao cumprimento do contrato objeto desta licitação estão localizadas na _____ acompanhando a presente declaração cópia do respectivo Alvará de Funcionamento.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2026.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO XVII

DECLARAÇÃO ME/EPP

(em papel timbrado da empresa)

_____ [denominação/razão social da sociedade empresarial, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu(sua) representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____ e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF sob o nº _____, DECLARA, para fins do disposto no item _____ do Edital de nº 90274/2026 e sob as penas da lei, atender os requisitos para enquadramento como microempresa/empresa de pequeno porte e não incorrer em qualquer dos impedimentos para se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado correspondente conferido pela legislação em vigor, nos termos do artigo 3º, da Lei Complementar Federal nº 123/06.

RESSALVA: () Há regularidade fiscal () Não há regularidade fiscal.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Obs.: A presente Declaração deverá ser acompanhada de certidão expedida pela Junta Comercial da sede ou do domicílio da microempresa ou empresa de pequeno porte licitante para comprovação do respectivo enquadramento como tal, apresentada no original ou em cópia autenticada, conforme Instrução Normativa nº 103/2007 do DNRC, publicada no DOU de 22/05/2007.

ANEXO XVIII

DECLARAÇÃO DE CRITÉRIO DE DESEMPATE ART. 60 DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

Em atendimento ao Edital a [sociedade empresarial] registrada sob o número CNPJ _____, sediada no endereço _____, por meio do seu representante legal, DECLARA para os devidos fins, que atende aos seguintes critérios estabelecidos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021:

- () - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; ([Vide Decreto nº 51.632/2022](#))
- () - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle; ([Vide Decreto nº 51.631/2022](#))

Caso persista o empate será aplicado o § 1º do Art. 60 da Lei 14.133/2021, assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- () - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- () - empresas brasileiras;
- () - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- () - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

Obs:

1 – Os incisos I e II do art. 60 da Lei Federal 14.133/2021 são observados de forma sistêmica através do Portal de Compras do Governo Federal.

2 – Os documentos comprobatórios referentes ao que dispõe o art. 60 da Lei 14.133/2021, deverão ser anexados à presente declaração.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO XIV

DECRETO MUNICIPAL Nº 43.562/2017 ANEXO I-A

As partes que a esta subscrevem declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que *dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira*, e se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente na relação com a Administração Municipal.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

AGENTE PÚBLICO
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Obs.: Este Anexo pertence ao Contrato.

ANEXO XX

DECRETO MUNICIPAL Nº 43.562/2017 ANEXO I-B DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

(Em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu(sua) representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____ e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº _____, DECLARA, para fins do disposto no item do Edital de nº / e sob as penas da lei, se comprometer a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e está ciente de que nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto desta contratação, ou de outra forma a ele não relacionada, nos termos da Lei 12846/2013.

DECLARA ainda estar ciente de que a responsabilidade da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, abrangendo as sociedades controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas para o contrato, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Obs.: Este Anexo pertence ao Contrato.

ANEXO XXI

DECLARAÇÃO DE QUANTIDADE DE EMPREGADOS

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ n.º _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Nos termos do art. 93 da Lei Federal nº 8.213/1991, DECLARO, sob as penalidades cabíveis, possuir menos de 100 (cem) empregados, não estando obrigada a cumprir a reserva de cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)